

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**ANTERO DE QUENTAL LIDO POR EDUARDO LOURENÇO – A PROBLEMATIZAÇÃO DO *SER*
PORTUGUÊS E A “PREOCUPAÇÃO POR PORTUGAL”**

Mário Tiago de Sá Matos Paixão

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

2024

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**ANTERO DE QENTAL LIDO POR EDUARDO LOURENÇO – A PROBLEMATIZAÇÃO DO *SER*
PORTUGUÊS E A “PREOCUPAÇÃO POR PORTUGAL”**

Mário Tiago de Sá Matos Paixão

Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares

Dissertação orientada pela Professora Doutora Ana Nascimento Piedade

2024

Declaração

Este trabalho académico pode ser utilizado por terceiros, desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

O presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor.



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

Agradecimentos

Um agradecimento especial à Professora Doutora Ana Nascimento Piedade, pela orientação precisa e rigorosa sem a qual esta Dissertação não aconteceria. Aos demais docentes do Mestrado de Estudos Portugueses Multidisciplinares da UAb, com quem tive o prazer de aprender, o meu sentido obrigado.

Dedicatória

À Bengi, presença constante e fonte de força permanente.

À memória do Elvis, cuja companhia, durante 14 anos, foi sempre indispensável.

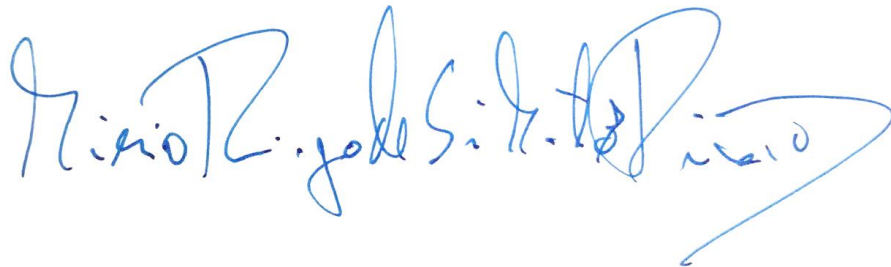
Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho.

Confirmo que não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Ancara, 10 de outubro de 2024

Assinatura:

A handwritten signature in blue ink, written in a cursive style. The signature appears to read 'Mário Tiago de Sá Matos Paixão'.

(Mário Tiago de Sá Matos Paixão)

**ANTERO DE QUENTAL LIDO POR EDUARDO LOURENÇO – A PROBLEMATIZAÇÃO DO *SER*
PORTUGUÊS E A “PREOCUPAÇÃO POR PORTUGAL”**

Resumo

Em apenas 49 anos de vida e 30 de *carreira literária*, Antero de Quental deixou uma marca de enorme relevo em Portugal. O seu pensamento, concretizado na sua obra literária e expresso em ações verdadeiramente políticas, no sentido amplo do termo, fazem do autor um dos mais relevantes das Letras portuguesas. Não é por acaso que Eduardo Lourenço, provavelmente o mais importante pensador português contemporâneo, devotou tanto da sua obra à reflexão sobre o ideário anteriano, à leitura do autor com o qual o seu pensamento tantas vezes convergiu. Este trabalho tratará de dar conta da leitura de Antero de Quental conforme realizada por Eduardo Lourenço, procurando colocar em evidência a problematização do *ser português* e a “preocupação por Portugal”, zona de convergência entre estes dois nomes incontornáveis da cultura portuguesa.

Palavras-chave: Antero de Quental; Eduardo Lourenço; Identidade; Literatura e Cultura Portuguesas

**ANTERO DE QUENTAL READ BY EDUARDO LOURENÇO – THE PROBLEMATIZATION OF
THE *BEING-PORTUGUESE* AND THE “CONCERN FOR PORTUGAL”**

Abstract

In just 49 years of life and 30 of *literary career*, Antero de Quental left a huge mark on Portugal. His thought, materialized by his literary work and expressed in truly political actions, in the broadest sense of the term, make this author one of the most important among the Portuguese Letters. It is no coincidence that Eduardo Lourenço, probably the most important contemporary Portuguese thinker, devoted so much of his work to reflect on the anterior set of ideas, the reading of the author with whom his thought so often converged. This work will deal with the reading of Antero de Quental as carried out by Eduardo Lourenço, seeking to highlight the problematization of *being-Portuguese* and the “concern for Portugal”, area of convergence between these two unavoidable names of Portuguese culture.

Keywords: Antero de Quental; Eduardo Lourenço; Identity; Portuguese Literature and Culture

Índice

Declaração	II
Agradecimentos	III
Dedicatória	IV
Declaração de Integridade	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Índice	VIII
Introdução	1
Parte I: Antero de Quental	5
1. Breve contextualização	5
2. Leitura crítica	9
2.1. <i>As Odes Modernas</i> ou o último romântico e o primeiro moderno	9
2.2. <i>Bom Senso e Bom Gosto</i> ou o grito de rutura e novidade	22
2.3. <i>Causas da Decadência dos Povos Peninsulares</i> ou a transparente problematização do <i>ser português</i> e a “preocupação por Portugal”	31
3. Antero de Quental entre os seus contemporâneos	38
3.1. António Feliciano de Castilho	38
3.2. Alexandre Herculano	44
3.3. Eça de Queirós	48
Primeiras conclusões	53
Parte II: Eduardo Lourenço e a leitura de Antero de Quental	57
1. O pensador em ação	57
2. Antero, a interpelação anteriana de Portugal, o <i>ser português</i> e a “preocupação por Portugal”, segundo Eduardo Lourenço	62
2.1. <i>Europa ou o Diálogo que nos falta</i> (1949)	62
2.2. <i>Le destin – Antero de Quental</i> (1971)	65
2.3. <i>Da literatura como interpretação de Portugal</i> (1975)	69
2.4. <i>Psicanálise mítica do destino português</i> (1977-1978)	72

2.5. <i>Antero ou socialismo como utopia</i> (1979)	76
2.6. <i>Portugal – Identidade e Imagem</i> (1987)	78
2.7. <i>Nacionalistas e estrangeirados</i> (1988)	80
2.8. <i>I(recuperável) Antero</i> (1991)	82
2.9. <i>La défense de la “lettre encyclique” ou la double pensée d’Antero de Quental</i> (1991)	84
2.10. <i>Antero e a Filosofia</i> (1991)	87
2.11. <i>Antero e a Filosofia ou a Filosofia de Antero</i> (1992)	90
2.12. <i>Antero, Hegel e as causas da decadência</i> (1994)	92
2.13. <i>A hora de Vila do Conde</i> (1994)	95
2.14. <i>Antero e o imaginário Nemesiano</i> (1998)	98
2.15. <i>A Musa de Antero ou Antero e Eros</i> (1999)	100
2.16. <i>A passos de pomba</i> (2000)	102
Conclusões Finais	103
Bibliografia	107
1. Bibliografia ativa	107
1.1. Parte I	107
1.2. Parte II	107
2. Bibliografia passiva	108

Introdução

O primeiro critério para a realização de qualquer trabalho acadêmico deve ser, segundo Eco (2007), com quem concordamos em absoluto, o seguinte: “Que o tema corresponda aos interesses do candidato” (Eco, 2007, p.33). Há autores que, por um ou outro motivo, nos seduzem de tal maneira que não podemos deixar de os ler sem pausas, ou aos quais voltamos vez após vez. Entre estes autores está, para o autor da presente Dissertação, Antero de Quental, cuja vida e obra são capazes de provocar a maior admiração e espanto. O mesmo nível de admiração é devido a Eduardo Lourenço, verdadeiro pensador de Portugal, cuja leitura e releitura nunca cessa de surpreender e ensinar, pela capacidade do autor em expor de forma transparente um ideário de grande densidade, facilitando dessa forma o acesso, de qualquer leitor interessado, ao seu pensamento.

Voltando a Umberto Eco, que guiará a elaboração desta investigação, do ponto de vista formal, descobrimos no seu livro *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas* outra regra básica: “que o quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato” (Eco, 2007, p.33). Uma investigação em torno de uma obra literária deve ser perspectivada segundo coordenadas mais ou menos estabelecidas. Assim, para efeitos de rigor, trabalharemos criticamente três textos essenciais de Antero de Quental, três textos sobre (críticos, dirigidos a, ou abordando a sua obra) Antero produzidos por autores seus contemporâneos, e um conjunto composto por dezasseis ensaios de Eduardo Lourenço dedicados, em exclusivo ou parcialmente, ao poeta de *Odes Modernas*. Os trabalhos referidos, constituindo o nosso *corpus* de estudo, serão devidamente assinalados em sede de Bibliografia Ativa. Neste esforço de investigação, recorreremos também a uma variedade de trabalhos publicados sobre a matéria em estudo, sobre Antero de Quental e sobre Eduardo Lourenço, confrontando estas fontes com a nossa análise. Daremos conta destas fontes em sede de Bibliografia Passiva.

Em apenas 49 anos de vida e 30 de carreira literária, Antero de Quental deixou uma marca de enorme relevo em Portugal. O seu pensamento, concretizado na sua obra literária e expresso em ações verdadeiramente políticas, no sentido amplo do termo,

fazem do autor um dos mais relevantes das Letras portuguesas. Não é por acaso que Eduardo Lourenço, provavelmente o mais importante pensador português contemporâneo, devotou tanto da sua obra à reflexão sobre o ideário anterior, à leitura do autor com o qual o seu pensamento tantas vezes convergiu. Este trabalho tratará de dar conta da leitura de Antero de Quental conforme realizada por Eduardo Lourenço, procurando colocar em evidência a problematização do *ser português* e a “preocupação por Portugal”, zona de convergência entre estes dois nomes incontornáveis da cultura portuguesa.

A primeira parte do nosso trabalho será, em primeiro lugar, devotada à leitura crítica de três trabalhos essenciais de Antero de Quental, a saber, *Odes Modernas*, *Bom Senso e Bom Gosto – Carta ao Excelentíssimo Senhor Antonio Feliciano de Castilho* (doravante referido como *Bom Senso e Bom Gosto*) e *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos* (doravante referido como *Causas da Decadência*). A escolha dos trabalhos mencionados não foi casual. Não sendo possível, por motivos do tempo e do espaço físico que esta dissertação deverá ocupar, pareceu-nos acertado optar pelo estudo destes trabalhos, que cremos serem bem representativos do pensamento anterior. Optamos por uma ordem cronológica, começando pela antologia poética *Odes Modernas*, continuando com a epístola, e quase-manifesto, se me é permitido afirmá-lo, *Bom Senso e Bom Gosto*, terminando com a conferência *Causas da Decadência*.

Ainda nesta primeira parte, de modo a ilustrar a receção da obra anterior pelos seus contemporâneos, decidimos realizar uma leitura de três textos de grande interesse, da autoria de três nomes maiores da literatura portuguesa: Feliciano Castilho, Alexandre Herculano e Eça de Queirós. Os textos escolhidos foram, respetivamente, “Crítica Litteraria, Carta do Ill.mo e Ex.mo Sr. Antonio Feliciano de Castilho ao Editor”¹ (posfácio à obra *Poema da Mocidade seguido de Anjo do Lar*, por Pinheiro Chagas), “A Supressão das Conferencias do Casino, carta a José Fontana” e “Um Génio que era um Santo”. Mais uma vez, mantemos a ordem cronológica como critério na organização desta secção, sendo os textos, respetivamente, datados de 1865, 1871 e 1896. A nossa escolha teve

¹ Em todas as citações, ou menções de quaisquer títulos, tal como no caso deste exemplo, optamos por manter sempre a grafia original, conforme encontrada nos documentos mencionados. Mantêm-se também todas e quaisquer marcas formais presentes no texto original (sublinhados, itálico, negrito).

como objetivo deixar a descoberto três atitudes distintas face à obra e ao pensamento anterior, atitudes essas que informam também a leitura que Eduardo Lourenço faz de Antero de Quental, que abordaremos na segunda parte desta dissertação. Temos em Castilho alguém *tornado inimigo* literário, em Herculano temos um mestre do qual Antero tantas vezes diverge, em Eça encontramos um amigo de todas as horas, um *companheiro de luta*, ainda que muitas vezes com opiniões diferentes. A escolha destes textos permitirá ainda descobrir três *tempos* distintos do próprio Antero e da sua obra: Castilho criticará o *moço* de Coimbra, Herculano defenderá o *homem* revolucionário; Eça fará o elogio póstumo do *génio-santo* Antero.

Após esta primeira parte, em torno da obra de Antero de Quental, que iniciaremos com uma breve contextualização, apresentaremos uma súpula do pensamento anterior, com foco na problematização do *ser português*, a que chamaremos Primeiras conclusões.

Para a análise original do *corpus* selecionado, nesta primeira parte da nossa dissertação, recolheremos uma série de contributos de vários especialistas na obra anterior, promovendo assim também um diálogo com esses. Deixaremos de fora, salvo muito raras exceções, quaisquer contributos produzidos por Eduardo Lourenço, autor do qual nos ocuparemos na segunda parte do nosso trabalho.

A segunda parte da dissertação, outra área nuclear do trabalho, tratará de refletir sobre Eduardo Lourenço enquanto leitor de Antero de Quental, indo ao encontro, ou melhor, cumprindo, o título que damos a esta dissertação. Analisaremos dezasseis trabalhos de Eduardo Lourenço em que o autor aborda a obra e o pensamento de Antero. Destes dezasseis títulos, que estudaremos por ordem cronológica², assinalamos o facto de onze estarem incluídos na obra, compilação publicada em 2007, *Antero ou a Noite*

² Por “ordem cronológica” entenda-se a data em que Eduardo Lourenço escreve (datação do próprio, no final do texto) ou a data em que determinado texto é apresentado ao público pela primeira vez, tanto quanto nos foi possível apurar (em conferência ou publicação). Para efeitos de referência, e adiante na Bibliografia, daremos conta da data de publicação de cada texto segundo a fonte a que temos acesso. A título de exemplo, o ensaio *Antero ou socialismo como utopia*, por datar de 1983, será o quinto texto de Eduardo Lourenço que leremos, e o subcapítulo em que discorreremos sobre a nossa leitura terá como título *Antero ou socialismo como utopia* (1983). No entanto, para efeitos de referência tomamos a opção de o identificar como “Lourenço (2007)”, uma vez que lemos este ensaio conforme incluído na obra *Antero ou a Noite Intacta*, cuja 1ª edição, à qual acedemos, data de 2007.

Intacta, sendo por isso trabalhos no qual Lourenço se debruça em exclusivo, ou quase, sobre Antero. Os restantes cinco ensaios são de âmbito mais generalista, contudo, sendo clara a abordagem do pensamento anteriano³, julgamos a sua inclusão como essencial à realização da nossa dissertação.

Esta análise exaustiva, *texto-a-texto*, será primeiro enquadrada por uma breve contextualização da obra de Eduardo Lourenço na qual, para além de uma nota biográfica breve, explicitaremos o que entendemos sobre a sua “preocupação por Portugal” e o seu pensamento quanto à questão do *ser português*. Na análise de cada texto de Eduardo Lourenço, recorreremos apenas muito raramente a opiniões estranhas ao texto, de outros especialistas. A opção será a de permitir que cada texto de Eduardo Lourenço nos fale, por si próprio, de Antero e de Lourenço.

Finalmente, em Conclusões Finais, faremos uma breve súmula das descobertas realizadas, procurando não repetir o já escrito, tendo especial atenção às Primeiras conclusões encontradas, secção colocada em posição intermédia, com o intuito de demonstrar a nossa hipótese: Antero de Quental e Eduardo Lourenço partilham aquilo que Lourenço chama de uma “preocupação por Portugal”, convergindo quanto à problematização do *ser português*.

³ Tendo procedido ao levantamento do número de referências diretas (entenda-se, por nome) a Antero e/ou à Geração de 70 neste cinco trabalhos, totalizando 51 ocorrências, entendemos estes textos serem relevantes para o estudo a emprender.

Parte I: Antero de Quental

1. Breve contextualização

Antes de passarmos ao trabalho de análise textual, que nos propomos fazer nos próximos três capítulos desta dissertação, julgamos ser conveniente dedicar algumas linhas a um momento de contextualização, que servirá de base à nossa análise. Em que contexto *nasce* Antero de Quental? De onde vem este homem, que havia de se afirmar como *líder* de um grupo de escritores e intelectuais que ficariam conhecidos como Geração de 70? Em termos gerais, o que propõe esta geração e que influências – literárias, filosóficas, políticas, outras – traz Antero para este grupo e para a sua produção literária individual?

Antero Tarquínio de Quental nasce a 18 de abril de 1842 na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, Açores, no seio de uma família descendente dos primeiros colonos da ilha. Recebe uma educação cuidada, conservadora e católica. Aos cinco anos de idade, sob a tutoria de Feliciano Castilho, começa a aprender francês. Três anos depois, o jovem Antero começará também a aprender inglês. Abandona pela primeira vez a casa familiar em 1852 quando, com apenas 10 anos de idade, se muda para Lisboa por motivos de estudo. O encerramento do colégio que frequenta força o regresso a Ponta Delgada, de onde voltará a partir, de novo para a capital do reino, em 1855. Um ano volvido, o adolescente Antero muda-se para Coimbra, onde terminará os seus estudos liceais e ingressará no curso de Direito, na Universidade de Coimbra, em 1858.

É fácil imaginar que esta instabilidade, toda esta mobilidade, numa idade tão tenra, especialmente tendo em consideração os condicionantes da época, bem como a ausência da família por períodos tão longos, marcam o espírito de Antero, moldando a sua sensibilidade. É também nesta fase que o nosso autor terá tido o seu primeiro contacto com os primeiros românticos portugueses, em especial com a obra de Alexandre Herculano. Por consequência, “ainda adolescente, assumiu-se como discípulo do romântico Alexandre Herculano” (Martins, 1997, p.450). Esta *relação* com Herculano

manter-se-ia como uma influência central no pensamento anterior durante toda a sua vida.

Escreve o seu primeiro poema aos 15 anos de idade, texto que é publicado em 1861, sob o título “A Pátria”. Durante os seus anos em Coimbra, Antero revela-se um autor arrebatado, publicando poesia e textos de carácter político e social em vários periódicos. 1861 é também o ano de publicação da primeira antologia poética de autor, sob o título *Sonetos*. Em 1865, Antero de Quental publica aquela que será, pelo efeito que a sua publicação produziu, a sua mais importante obra literária, *Odes Modernas*, que abordaremos em detalhe no próximo capítulo desta Dissertação.

Note-se que Antero, “pela formação e evolução intelectual e pela mentalidade do seu tempo, a partir da sua passagem por Coimbra, se foi mostrando generosamente empenhado na construção utópica de uma sociedade socialista” (Moura, 2001, p.5). Face à sociedade, a postura de Antero é a de agitador e mobilizador: um líder para os *moços de Coimbra* que ficariam conhecidos como a Geração de 70.

Antero “teve logo na primeira parte da década de 60 do século XIX um papel aglutinador das inclinações dispersas que frequentavam entre a juventude académica da cidade do Mondego” (Franco, 2019, p.91). A partir desta afirmação, com a qual concordamos totalmente, o estudo da vida e obra de Antero de Quental leva-nos a afirmá-lo como um dos grandes escritores portugueses: o último dos românticos ou o primeiro dos modernos. Antero foi um dos mais destacados membros da Geração de 70. “A Geração de 70 representa, em Portugal, uma profunda revolução cultural” (Machado, 1986, p.12). Esta geração, nascida num Portugal preso ao passado, decadente e atrasado, da qual fizeram também parte Eça de Queirós, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão, procurou modernizar a literatura portuguesa, rompendo com o romantismo tradicional da época, colocando o foco em questões sociais e políticas contemporâneas, tais como o declínio do império português, a desigualdade social e a luta pela reforma política. “Há neles o desejo de revolver a sociedade estagnada, de reformá-la, de lançar sobre ela um sopro de ar puro e vivificador, de renová-la, enfim. E nenhum mais tocado de tal desejo do que Antero de Quental, pela aguda sensibilidade, bondade extrema e inteligência receptiva de todas as ideias” (Berardinelli, 1985, p.161).

Não obstante o liberalismo estar já implantado em Portugal, apesar de existir um parlamento, apesar de algum progresso, essencialmente material, ter aproximado o país das nações europeias, Portugal era ainda um país que “sob o ponto de vista tecnológico, económico e mesmo social pouco progredia” (Saraiva & Lopes, 2005, p.797). A Geração de 70 surge num Portugal onde, graças ao desenvolvimento da ferrovia, a Europa estava já um pouco mais perto do que antes, mas o país continuava a ser palco de uma evidente estagnação. “A consciência da Geração de 70 desperta dentro destas condições, e no seu despertar tem papel decisivo certa visão imaginária da Europa em conjuntura de crise, sobre a qual os moços de Coimbra fixam avidamente os olhos” (Saraiva & Lopes, 2005, p.798).

Partilhamos a ideia de que Antero de Quental é o líder da Geração de 70. Saraiva & Lopes identificam-no como “principal mentor” (Saraiva & Lopes, 2005, p.817) desta Geração. Machado chama-o “mestre incontestável” (Machado, 1986, p.13) da mesma. O nosso multifacetado autor, é um mestre, um líder, um pensador, um poeta, um filósofo, um agitador político de tendência socialista. Como procuraremos demonstrar adiante, Antero representou a profunda recuperação de muitos dos grandes modelos da poesia e da filosofia europeias, que até então eram apenas vagamente imitados ou totalmente ignorados em Portugal. É na sua obra que encontramos pela primeira vez na literatura portuguesa “o naturalismo de Flaubert, o satanismo de Baudelaire, o espiritualismo dialético de Hegel, o evolucionismo de Spencer, o positivismo de Augusto Comte, o socialismo utópico de Proudhon, o materialismo histórico de Karl Marx” (Berardinelli, 1985, p.161). É também por trazer até nós esta riqueza – no que diz respeito a qualidade, quantidade e diversidade – que Antero de Quental pode ser contado entre os nossos *escritores maiores* e, na nossa opinião, indo mais longe, entre os nossos *pensadores maiores*.

Depois de uma agitada vida, repleta de episódios extraordinários e polvilhada de muitas viagens, entre Portugal continental e insular, passando pela América do Norte e por Paris, Antero embarca numa última jornada que o leva à sua cidade natal, onde chega a 5 de junho de 1891. A vida de Antero de Quental chegaria ao fim no dia 11 de setembro de 1891. Sentado num banco de jardim, junto à cerca do Convento da Esperança, Campo

de São Joaquim, Ponta Delgada, o poeta usa contra si mesmo o revólver comprado nesse mesmo dia. “A sua existência, posto que breve, decorreu em altitude moral e intelectual que explica a influência que exerceu e nos deixou” (Cidade, 1997b, p.891).

2. Leitura crítica

2.1. As *Odes Modernas* ou o último romântico e o primeiro moderno

“Escrever é pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (Foucault, 1992, p.150). Por outras palavras, quem escreve, escreve para algo e para alguém, escreve com uma intenção. Esse propósito, essa finalidade, pode ser apenas a expressão, pela escrita, de um estado de alma, e/ou pode ter por objetivo a alteração de um estado de coisas ou realidade social. Enfim, o ato de escrita é, em qualquer caso, intencional. Partindo desta premissa – a *intencionalidade da escrita* – para que escreve Antero as suas *Odes Modernas*?

“É nas *Odes Modernas* (1865) que Antero de Quental nos dá a medida decisiva da renovação da nossa poesia romântica” (Martins, 1997, p.451). Parece-nos feliz o uso da expressão “renovação”. Por um lado, “este livro marca a ruptura com a escola ultraromântica representada por Castilho, seu pontífice máximo, mestre absoluto dos corrilhos literários da capital, onde promovia jovens poetas e romancistas insignificantes, que o incensavam” (Martins, 2010, p.189); por outro lado, e tal como apontado por Nogueira (2021), é com a publicação de *Odes Modernas* que podemos assistir à estreia do “período do terceiro Romantismo (de tipo social, à Hugo e Michelet), cujo conceito de poesia continua o empreendimento da primeira geração romântica portuguesa: a atribuição à literatura de uma superior função ética, instrutiva e progressista, de um comprometimento social, ideológico, político e filosófico” (Nogueira, 2021, p.225). Retemos o essencial: com *Odes Modernas* assistimos à afirmação de Antero como *moderno*, ou como, *novo diante do antigo*, assistimos à rutura com o passado, sendo este passado um passado mais imediato, ou mais presente, isto é, o da “escola ultraromântica”; ao mesmo tempo, e por isso afirmamos acima a felicidade da escolha da palavra “renovação” em associação a esta obra, o que Antero *faz* nas suas *Odes* é recuar ao período do primeiro romantismo, o de lutas e causas, de Garrett e, em especial, de Herculano, encontrando aí um *alicerce ideal*, alicerce ao qual juntará outros *materiais de*

construção, outras influências, vindas de uma Europa *pensante*, na edificação deste empreendimento poético.

A defesa que fazemos da ideia de “renovação”, não impede, todavia, a nossa firme convicção na *natureza revolucionária*, para a nossa literatura, representada por esta obra. Tal *revolução* situa-se no campo da *militância doutrinária*, se assim podemos dizer. Assim, concordamos que, ainda que Antero encontre no Primeiro Romantismo um *alicerce ideal*, “a atitude doutrinária deste livro contrasta com a da anterior poesia portuguesa, incluindo a do romantismo humanitarista e protestativo até então conhecido, apresentando-se bem mais explicitamente revolucionária.” (Saraiva & Lopes, 2005, p. 819) Os mesmos autores dizem-nos: face ao “cristianismo dos primeiros românticos opõe-se um panteísmo em que, sob a inspiração de Michelet [...], os mitos e religiões, incluindo a de Cristo, aparecem como fases poéticas ultrapassadas na vasta epopeia da Humanidade, fases em que esta ainda não dominava a fatalidade das leis naturais para, controlando-as, instaurar a lei da sua própria liberdade” (Saraiva & Lopes, 2005, p. 819).

Escutando todas as opiniões acima, podemos concluir que as *Odes Modernas* são, de facto, uma obra revolucionária, renovando a nossa literatura, efetuando um corte com o passado-presente, ultra-romântico, contemporâneo do seu autor, voltando a sua atenção em duas direções: primeiro, para os valores do Primeiro Romantismo português, em especial para a obra de Herculano, socialmente comprometida, e acrescentando-lhe uma maior veemência, uma maior militância; segundo, para a Europa *pensante*, para o progresso. Desta forma, podemos afirmar, desde já, Antero como, por um lado, o *último romântico*, por outro, o *primeiro moderno* ou, como nos diz Machado (1986), “Antero surge como uma conclusão que, simultaneamente, é um começo: o de todo um imaginário romântico no sentido mais ‘moderno’ do termo” (Machado, 1986, p.14).

Feita esta introdução, na qual estabelecemos, em termos gerais, o que nos traz Antero nas suas *Odes Modernas*, passemos à análise breve da obra. Começaremos com os elementos paratextuais: o Título, a Dedicatória e a Nota (em posição de posfácio). Em seguida, passaremos ao texto propriamente dito, aos poemas. Não iremos realizar uma análise detalhada de cada poema, organizados por Antero em duas partes, Parte Primeira e Parte Segunda. Atrevemo-nos a afirmar que uma *dissecação formal* de cada poema

seria quase um desvirtuamento da intenção do próprio Antero, que pretende, antes de tudo, impelir à ação. O que nos propomos realizar é, então, uma leitura que permita descobrir em *Odes Modernas* a ilustração prática, poética, daquilo que poderemos chamar de *ideário* anteriano, conforme expresso, ou indo ao encontro, das explicações teóricas concedidas pelo autor, encontradas na Nota, posfácio da obra.

“O título de um texto não é, em princípio, uma escolha arbitrária, sendo possível, como tentou Genette, sistematizar em dois tipos dominantes, como modulações e modalidades de transição, essa escolha: títulos temáticos e títulos remáticos” (Reis, 2001b, p. 214). Nada em Antero de Quental é arbitrário, nada é casual, e este título – remático, uma vez designar o género, conforme Reis (2001b), à luz de Genette – também não o é. Façamos aqui uma pausa para dizer o seguinte: consideramos *reductor* afirmar, sem mais, *Odes Modernas* um título remático. Expliquemos porquê. Primeiro, definamos Ode: “originariamente, e desde Homero, um poema destinado a ser cantado. [...] O sentido da palavra modificou-se, todavia, passando a significar uma poesia rimada de assunto elevado, normalmente escrita em forma dedicatória de acordo com um estilo e sentimentos nobres” (Ladeira, 2009). Com esta definição em mente, assentimos com a ideia de que o título escolhido por Antero designa o género, podendo ser, por isso, considerado remático. Contudo, a escolha de Antero, reforçamos, pensada, faz mais do que apenas apontar o género da obra. “Antero de Quental vai estabelecer a ponte entre o Romantismo e o Realismo, já que as ideias e espíritos do primeiro não vão ser rápida e totalmente extintas pelo segundo. O autor das *Odes Modernas* (até a escolha deste título de transição é simbolicamente elucidativo)” (Martins, 1997, p.452). O adjetivo *Modernas*, colocado cirurgicamente por Antero depois de *Odes*, dá ao leitor uma indicação temática. Assim, estamos face a um título que deveremos dizer misto, de “transição”, diz-nos Martins (1997).

Nas páginas 3 e 4, encontramos outro elemento interessante: a Dedicatória a Germano Vieira Meyrelles. Nome, menos famoso, da Geração de 70, haveria de ser um dos signatários do programa das *Conferências do Casino Lisbonense*, de que falaremos mais adiante. Germano terá sido um dos amigos e confidentes mais próximo de Antero, tanto que, após a sua morte muito prematura, aos 35 anos de idade, em 1877, o nosso

autor adota as duas filhas de Germano. Não obstante esta tão profunda amizade entre os dois, não podemos deixar de assinalar que Germano se afirmava monárquico, anti-iberista e antifederalista – à primeira vista, seria um *inimigo* de Antero. No entanto, escreve Antero, a Germano: “É *nosso* este livro [...] Deixa pois que escreva aqui o teu nome, enlaçado com o meu, perante os homens, como um protesto solenne de fraternidade” (Quental, 1865, p.4). Este detalhe, que é apenas isso, parece-nos digno de nota por dois motivos: primeiro, a *disponibilidade* de Antero para a *partilha*, um querer *fazer em grupo*, denotado por aquele “*nosso*” livro; segundo, o próprio facto de Antero ser capaz de ser realmente amigo de alguém com opiniões tão divergentes das suas (algo, aliás, comum entre os *rapazes* da Geração de 70). A partir do primeiro motivo elencado (não apenas, mas também), podemos extrapolar que o papel de liderança de Antero, no contexto da Geração de 70, lhe terá sido atribuído, e não exigido ou demandado por ele. Exploraremos esta ideia mais adiante, em capítulos posteriores. Do segundo motivo acima, vincamos que, contrariamente a algum folclore em torno de Antero – o homem que lutava, fisicamente, em duelo, com quem quer que seja que não apoiasse as suas opiniões –, estamos na presença de alguém que, sendo capaz de agressividade, sendo um homem de ação, é também um homem capaz de dialogar, de encontrar pontos em comum, na prossecução de objetivos comuns.

Passemos agora ao posfácio da obra, escrito pelo próprio Antero, sob um simples título: Nota. É neste breve texto que Antero nos explica a sua poesia, ou melhor, a Poesia, o Poeta e a sua missão. Mais do que uma explicação da obra que a antecede, a Nota apresenta uma proposta artística nova, moderna. Trata-se por isso de um texto, sem dúvida, doutrinário. Diz-nos Reis (2001a) que “o que aqui se postula é aquilo que hoje chamaríamos uma concepção empenhada e socialmente militante da poesia; essa militância cultural, de teor e orientação essencialmente crítica, não podia deixar de contrastar com as dominantes socioculturais da poesia ultra-romântica” (Reis, 2001a, p.44). É um texto explicativo, que poderia ser tomado como *provocatório* – como o é tudo o que constitui novidade –, ainda que sem a *agressividade* (que surgiria mais tarde em *Bom Senso e Bom Gosto...*) de um Manifesto *per se*.

Esta Nota doutrinária é um texto da maior importância para a história da nossa literatura, uma vez que é aqui que encontramos a essência da maior polémica literária portuguesa, a *Questão Coimbrã*, ou do *Bom Senso e Bom Gosto*. É esta Nota, e não exatamente os poemas de *Odes Modernas*, que suscitou uma dura e desmedida crítica de Feliciano de Castilho a Antero e à Geração de 70, aos *moços de Coimbra*. Mais adiante, voltaremos ao assunto, analisando, em dois momentos, a reação de Castilho e a subsequente resposta de Antero a essa crítica. Sustentamos esta opinião no facto dos poemas de *Odes Modernas* terem sido escritos três anos antes da sua publicação em livro, terem sido tornados públicos e serem do conhecimento do próprio Castilho que, à data, não emitiu qualquer crítica negativa. É apenas depois da publicação em livro, com a inclusão da Nota, em 1865, que o *mestre dos ultra-românticos* se sentirá movido a censurar, ou depreciar, a obra do nosso autor. Pensaria Antero que este breve texto seria capaz de suscitar tantas emocionadas reações? Cremos que sim. Acreditamos que nada em Antero é casual, tudo é intencional. Concordamos com Reis (2001a) que observa: “Para além do que a poesia de Antero trazia à literatura portuguesa, eram também as afirmações doutrinárias que fazia que constituíam algo de novo e destinado a arrastar reacções decisivas” (Reis, 2001a, p.44).

“A Poesia moderna é a voz da Revolução” (Quental, 1865b, p.151), escreve o poeta. Que “revolução” é essa que Antero defende e exemplifica com os poemas que reúne em *Odes Modernas*? O poeta explica-nos, logo nas linhas introdutórias: “dar à poesia contemporânea a cor-moral, a feição espiritual da sociedade moderna, fazendo corresponder á alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos” (Quental, 1865b, p.151) Dissecando estas palavras encontramos todo o sentido e intenção oferecido por Antero nesta Nota, mais, oferecido em *Odes Modernas*: impõe-se a necessidade de restaurar a Poesia à sua “missão”, “missão” essa que não é nova, mas que foi comprometida, perdida; é então necessário efetuar um corte com o mau gosto do passado-presente, com o ultra-romantismo, e trazer a modernidade para a Poesia, dar-lhe “cor-moral” (curiosa e belíssima imagem) e “feição espiritual” – “espiritual” mas “da sociedade moderna”, rompendo com dogmas religiosos e culturais passados e atávicos, em busca de uma nova moral apoiada no progresso filosófico. Tal só seria possível

estabelecendo uma nova ligação à Europa, símbolo de conhecimento e progresso. No mesmo sentido, afirma Machado (1986): “Antero procura uma totalidade de poesia do Romantismo europeu que até então nunca fora alcançada em Portugal. Esta totalidade não é uma simples sucessão de referências estéticas, mais ou menos elaboradas e fechadas num sistema” (Machado, 1986, p.86). Neste sentido, o poeta dá conta das suas fontes, ou das suas influências, como preferimos chamar: Proudhon, Quinet, Renan, Michelet, Dolfuss, Taine, Littré, Heine, Bruno Bauer, Feuerbach e Büchner (não menciona Hugo, o que nos parece algo estranho uma vez que a noção de defesa da *missão social* do Poeta parece-nos algo muito próprio do romantismo francês e de Hugo (pensemos apenas e só em *Les Misérables*)).

Segundo Antero, a poesia necessitava de se apresentar sóbria, lúcida, sem *pieguices*, séria, capaz de impelir o Homem no caminho do progresso, da justiça, da razão, da verdade. Para tal, o caminho que Antero encontra, e que aqui nos dá conta, é um *encontro* entre humanismo democrático e libertário *à francesa* e o idealismo filosófico *muito alemão*. Estes *nomes estranhos* que acima mencionámos, que Antero nos dá a conhecer na sua Nota, não são apenas uma simples apresentação de leituras feitas pelo nosso poeta, ou um qualquer exercício de pedantismo, são em si mesmos, na sua totalidade *fundida* pela mão de Antero, o caminho, a missão da “Poesia moderna” e a sua voz, total e una, é a “da Revolução”. Esta proposta nova do nosso poeta é necessária e inevitável, face ao estado de coisas vigente. A partir da segunda página da Nota, o poeta traça um retrato da sociedade que o rodeia, sem qualquer tipo de inibição. Vejamos.

“O ar que a nossa sociedade respira, a atmosfera turva e agitada, mas vivificante, em que vai penetrando dia a dia, não é já composta, não, de boas e pacíficas crenças velhas, de resignação, de fé sublime... e cega” (Quental, 1865b, p.152). Face a uma sociedade em transformação, transformação positiva que implica alguma agitação, não é possível continuar agarrado ao passado, a modelos passados. Exige-se progresso. Exige-se mudança daqueles que continuam, em profundo desfasamento com a realidade, resignados e agarrados ao passado. Quem são estes a quem Antero aponta o dedo? “Reis”, “Padres”, “os nossos Ministros d’Estado”, “os nossos Professores”, “os nossos Jornalistas” (Quental, 1865b, p.152). Em suma, a crítica de Antero é dirigida a: “o Estado,

a Igreja, o Ensino, a Arte, a Propriedade”, instituições que representam e viabilizam, a “hypocrisia do tempo, este machiavelismo inconsciente da nossa sociedade” (Quental, 1865b, p.153); daí, “a cegueira, a banalidade, o medo, a dilaceração interior que caracterizam hoje a Classe-media” (Quental, 1865b, p.154). Traçado o retrato social português, do *ser português* – retrato que Antero voltará a traçar, com maior nitidez e maior detalhe, em *Causas da Decadência*, como adiante veremos – passa o autor à sua proposta nova, porque “entretanto o tempo segue impassível o seu caminho e arrastamos a todos com as nossas ilusões ou as nossas evidências, com as esperanças, as conjecturas e os desejos” (Quental, 1865b, p.1535).

Os “todos” referidos por Antero são os que anseiam o futuro, o progresso, são os “vivos”. “Os vivos não são os que levantam ruidosamente o pó d’essas estradas sob as rodas de seus carros opulentos” (Quental, 1865b, p.156), não, não são os privilegiados, os “vivos” são os que entendem o espírito do tempo, que demanda mudança, demanda o novo. Os “vivos” de Antero são os que entendem que “a vida é a consciência e o espírito” (Quental, 1865b, p.156), isto é, os que estão despertos. Desses “vivos”, “depende a reconstrução do mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade”, e tal só é possível “com a exclusão dos Reis e dos Governos tyrannicos, dos Deuses e das religiões inúteis e ilusórias” (Quental, 1865b, p.159). Aqui está a conclusão de Antero: impõem-se a revolução, revolução restauradora das tais “bases eternas”, e essa revolução tem de eliminar os obstáculos ao progresso humano, as figuras-símbolo de autoridade incapazes de dar resposta aos anseios humanos e, por isso, inúteis. Chegados a esta conclusão, somos motivados a observar nela uma divergência face ao pensamento de Herculano, que Antero domina e, até certo ponto, segue. O certo ponto de divergência, pelo menos o principal ponto de discordância, está nesta proposta final de Antero: a eliminação da monarquia, dos governos tirânicos, de deuses e religiões inúteis. Para Herculano, liberal e católico, ainda que anticlerical, que antes de Antero traça um retrato semelhante de Portugal, a solução deveria passar por uma renovação *por dentro* das instituições, e não pela sua abolição. Para esta *diferença* de Antero, contribuem outras influências, nomeadamente do socialismo utópico de Proudhon, e várias outras, de que acima já demos conta – *ventos* da Europa do progresso que chegavam a Coimbra.

E a poesia? “A poesia que quizer corresponder ao sentir mais fundo do seu tempo, hoje, tem forçosamente de ser uma poesia revolucionaria”. Este é o novo papel da poesia. “Que importa que a palavra não pareça *poetica* ás vestes litterarias do culto da *arte pela arte*?” (Quental, 1865b, p.160). A poesia só faz sentido se compreender o seu tempo. Essa poesia, consciente, revolucionária e moderna, compreende e exprime o espírito do tempo novo, não mimetiza modelos do passado e é dinâmica. Consequentemente, será mal entendida e atacada pelas tais “vestes litterarias do culto da *arte pela arte*”, pelos velhos mestres da imitação e seus discípulos – os tais que não fazem parte dos grupos dos “vivos” de que Antero nos fala antes.

Nesta Nota, especialmente no que toca à nova e revolucionária *função* da poesia, julgamos encontrar a essência de um pensamento que será mais tarde trabalhado por Antero, nomeadamente na carta-manifesto *Bom Senso e Bom Gosto*, que abordaremos no próximo capítulo desta Dissertação. A proposta de Antero é a de uma poesia com uma missão. Essa missão é revolucionária, por ser *nova*, moderna, e é renovadora, no sentido de implicar um *fazer novo*. Essa poesia é *operativa*, no duplo sentido da palavra: é relativa à ação, é dinâmica; e é operacional, pronta a usar, constituindo um novo paradigma social.

Passemos agora aos poemas, às *Odes Modernas* propriamente ditas. Encontramos aqui um constante reforço das ideias apontadas na Nota de Antero. É um passar da teoria à prática poética. Ao longo de todo o trabalho, que Antero divide em duas partes, deparamo-nos de com as noções de consciência e de justiça, com a necessidade de aperfeiçoamento humano. Há aqui muito de Proudhon, desse socialismo utópico, não marxista, sendo este mais materialista. A via *revolucionária* patente na poesia de Antero encontra na consciência humana o seu caminho. Antero insiste também no “uso metafórico de símbolos religiosos consagrados” (Saraiva & Lopes, 2005, p. 831), fazendo-o de uma forma que vai além da simples provocação e da polémica, uma vez ser demonstração de um pensamento filosófico sólido, influenciado em boa tarde por Hegel. Aliás, é citando Hegel, em epígrafe da Parte Primeira da obra, que Antero começa: “L’Idée... c’est Dieu!” (Quental, 1865b, p.6).

Verificamos também que em *Odes Modernas* não há sequer uma única imagem representativa da natureza estática, tudo aparece dinamizado. É a filosofia do homem ativo, dinâmico, em ação. Por outras palavras, as de Reis (2001b), estamos face a “um vigor e uma dinâmica afirmativa que não devem ser confundidos com o sentimentalismo e com a debilidade emotiva que o Ultra-Romantismo cultivou” (Reis, 2001b, p.424). Consequentemente, “as Odes Modernas inscrevem-se na literatura de ideias e de combate. O livro é atravessado, em toda a sua extensão, por um discurso ideológico de ação que quer ser ouvido pelas instituições e pela história” (Nogueira, 2021, p.227).

Em “Á História”, na linha do que a Nota de Antero nos explica, encontramos uma crítica aos representantes do passado, de instituições cansadas: “Os tyrannos sem conto – velhos cultos, / Espectros que nos gelam com o abraço... / [...] / Da terra e ceu bandidos orgulhos, / Os reis se fé e os Deoses enganosos!” (Quental, 1865b, p.22). Estes são responsáveis pela decadência da sociedade: “O mal só d’elles vem – não vem do homem.” (Quental, 1865b, p.22). Mas, haja esperança, porque, com a sua destituição, “as auroras, um dia, o Bem, / [...] / Surgirá, como um astro de Justiça” (Quental, 1865b, p.22). Note-se à referência à “justiça”, aqui igualada ao conceito de “bem”.

Já em “Vida”, descobrimos o que poesia de Antero tem de mais perene: o idealismo ético e místico, o voluntarismo, as referências empíricas e transcendentais. O poema dirigido “a uns políticos”, expõe e condena aqueles que, centrados sobre si mesmos, são incapazes de responder aos anseios de uma sociedade em transformação. “Por que é que combateis?”, começa Antero por questionar, dirigindo-se a esses “uns políticos”. Diz-nos depois, sobre os mesmos, que para esses “além do Fórum já não há mais mundo!” Porquê? “Girais em torno de vós mesmos, / [...] limitais a terra à vossa sombra...” (Quental, 1865b, p.26). Egotismo e pedantismo, são essas as características desses “uns políticos”. Na realidade, “Se vós tendes / O olhar fito nos pés, aonde a sombra / Em volta de vós gyra apenas, / O que podeis saber d’esse Universo?!” (Quental, 1865b, p.31). Dessas características, provocadas pela incapacidade de levantar a cabeça e olhar em volta, olhar o outro, nasce a ignorância. E termina Antero com a pergunta-exclamação, de tom irónico: “E quereis aos homens ensinar a vida?!” (Quental, 1865b, p.31).

Dirige-se depois o poeta a outro alvo. Em “Pater”, poema pejado de questões, diz-nos: “Eu quero perguntar aos Sacerdotes, / Que, traduzindo o Verbo em orações, / E cuidam que Deos lhes cabe em duas mãos, / [...] / Se há quem tenha na terra monopólio / Do cambio-livre, que se chama Ideia?” (Quental, 1865b, p.37). O clero que, de facto, se arroga do monopólio da Ideia, se arroga da representação divina face ao humano, perdeu o sentido. Impõe-se a destruição desse monopólio e a destituição dos seus pregadores. “Vós, Poetas, vós sois também sybillas, / Que adivinhaes e andaes com voz fremente / Sempre a gritar – avante! avante! á gente / [...] / Vós sois os pregadores do Ideal” (Quental, 1865b, p.42). É tempo de o poeta assumir o seu papel revolucionário, é tempo da sociedade e da poesia que nela intervêm, se livrar do pensamento religioso e dogmático.

Prosseguindo a ideia de dinamismo e progresso, em “Ideia”, poema dedicado a Camilo Castelo Branco, deparamo-nos com, na opinião deste leitor, os versos que de melhor modo nos resumem as *Odes Modernas*: “Ávante! os mortos ficarão sepultos... / Mas os vivos que sigam – sacudindo, / Como pó de estrada, os velhos cultos” (Quental, 1865b, p.53). É tempo de cortar com o passado e com os seus “velhos cultos”. É tempo de avançar. Este tempo é dos “vivos” (recorde-se o que se disse acima sobre estes “vivos”, na análise feita à Nota de Antero). O destino da caminhada, para o qual importa avançar é nos explicitado nos últimos versos deste poema: “Lá, no seio da eterna claridade, / Aonde Deos á humana voz responde, / É que te havemos de abraçar, Verdade!” (Quental, 1865b, p.57).

O caminho, rumo à “verdade” não é fácil. Em “Tentanda Via”, Antero é claro: “Sim! que é preciso caminhar ávante! / Andar! passar por cima dos soluços! / [...] / É preciso passar, sobre ruínas, / [...] / Ouvir as maldições, ais e clamores, / Como quem ouve músicas divinas” (Quental, 1865b, p.64). O caminho, mudança, nunca é fácil. Fácil seria permanecer amarrado ao passado, emulando os seus modelos ultrapassados. A mudança, revolução, será criticada, Antero sabe-o bem, mas as críticas, “maldições, ais e clamores”, quando vindas desses que é preciso derrubar, dessas “ruínas” do passado, são elogios, e devem ser encaradas como “músicas divinas”. Não há melhor reconhecimento para um revolucionário do que o ataque de um reacionário!

Entrados na Parte Segunda da obra, em “Secol’ Si Rinuova”, o poeta reforça o que ficou dito da Parte Primeira. A censura do passado, e dos que o representam no presente, fica evidente quando lemos: “O Passado! essa larva macilenta, / Mixto de podridão, tristeza e sombras, / Se morreu... ressurgiu do seu sepulchro!” (Quental, 1865b, p.77). É preciso enterrar de vez aqueles que mais não querem do que prolongar o passado. “O novo mundo é toda uma Alma nova, / Um Homem novo, um Deos desconhecido!” (Quental, 1865b, p.78). Os prolongadores do passado não cabem neste presente novo projetado rumo ao futuro, ao novo. O futuro é do “Homem novo” e deus é um “Deos desconhecido”.

Esse deus novo é acessível sem os intermediários do passado. Em “O Templo”, poema de um misticismo maior, encontramos: “O Povo ha de inda um dia entrar dentro do Templo, / E ha de essa rude mão erguer-se sobre o altar; / [...] / E, ao púlpito subindo, o mundo missionar” (Quental, 1865b, p.83). O desejo, objetivo, de abraçar a “Verdade”, antes mencionado na Parte Primeira, em “Ideia”, não precisa dos velhos intermediários para ser satisfeito. Está ao alcance do “Povo”, esse que “ha de fazer-se, então, bispo e levita” (Quental, 1865b, p.84). O que pregará o “Homem novo”, o que pregará o “Povo”? “Sabeis que *missa nova* essa é que diz o Povo? / [...] / O Evangelho novo é a bíblia da Igualdade: / Justiça, é esse o thema imenso do sermão: / A missa nova, essa é a missa de Liberdade: / E orgão a acompanhar... a voz da Revolução!” (Quental, 1865b, p.85). O “Homem novo” que é o “Povo” prega uma “missa nova”, rompe com o passado e todas as suas instituições. A “missa nova” é simples: igualdade, justiça e liberdade, a atingir pela revolução.

O passado não oferece nada de produtivo, por isso, em “Aos Miseraveis”, o poeta insta: “Vae indo e vae varrendo a casa immunda / Que se chama *passado* – e faz o *novo* / Da poeira, inda hontem infecunda” (Quental, 1865b, p.90). Que “poeira infecunda” é essa que é preciso limpar? Em “Carmen Legis”, somos informados: “Muito ruido e pó, e muito escuro! / É d’isso que se vestem... / É d’esse ar que respiram e que vivem... / Salamandras da sombra” (Quental, 1865b, p.105). Quem são estas “salamandras da sombra” que vestem o “pó”, a “poeira infecunda”? Com toda a clareza, diz-nos Antero: “Chamam-se Bispos, reis, Imperadores, / Altos, Grandes e Ricos!”. Os representantes de

um mundo que importa enterrar. “É a Revolução! a mão que parte / A c’roa e a thiara / É a Luz! a Razão! é a Justiça! / E o olho da Verdade!”. (Quental, 1865b, p.108) A mensagem revolucionária, mais uma vez: caminhar para a “Verdade”, que é “Luz”, “Razão” e “Justiça”, tal como Antero tantas fez refere em *Odes Modernas*.

Termina Antero com o poema “Flebunt Euntēs”, dedicando-o ao mestre, de quem tantas vezes se afasta mas que segue sendo referência, Alexandre Herculano. A tradução livre do título será algo como *chorarão enquanto avançam*. Como em tantos outros poemas, o poeta diz-nos que o progresso não é coisa simples. Existirão obstáculos. Todos os que defenderam ruturas encaram dificuldades. Herculano, sem dúvida, entre estes. Mas a existência de dificuldades não deve ser motivo de desistência. O objetivo é grande demais para desistir: a “Liberdade!”. Termina Antero: “Se já desaba o tecto das Igrejas / E o docel d’esses Thronos, / É porque um outro céu maior nos cubra... / O céu da Liberdade!” (Quental, 1865b, p.150)

Em conclusão, a leitura de *Odes Modernas*, leva-nos a concluir que, estamos perante uma “poesia intelectualizada” (Coelho, 1965, p.66) que nasce de “uma profunda sinceridade e de uma sensibilidade marcada pelo amor ao universo e pela solidão íntima” (Coelho, 1965, p.66). Face à sociedade que o rodeia, ao estado de coisas, Antero apela à mudança, exorta, com a maior sinceridade, à ação. Acompanhamos a opinião de que as “Odes soam, em grande parte, como despedida ao romantismo herculaniano [...]. Mas a grandiloquência mantém-se e com ela um moralismo, afinal já em Herculano contraditoriamente anistórico, e agora transferido à Justiça revolucionária de Proudhon; a palavra-chave desta transferência é o epíteto de santo, atribuído aos símbolos do novo ideário” (Saraiva & Lopes, 2005, p. 831). Nesse *novo ideário* “Antero cria um novo Deus: a Verdade, uma Verdade determinada pela gradeza interior do Homem” (Coelho, 1965, p.69), divergindo do *romantismo herculaniano*. No entanto, tal como antes já apontámos, a *base herculaniana* continua presente, ou não fosse Herculano uma referência constante para Antero, e o nosso autor constrói, sobre essa base, um edifício moderno. Essa construção resulta “da interação de duas ordens de fatores: uma profunda animosidade em relação a qualquer restrição à liberdade de pensar e criar autonomamente [...], com muito de misticismo, naturalismo à Hegel e humanitarismo francês, sob um fundo

convicto de religiosidade cristã; e um severo porte formal que o soneto e a ode impõem” (Nogueira, 2021, p.226). Como já antes havíamos deixado escrito, Antero traz a totalidade do civilizado espírito da Europa e, incorporando-o, *cria* o seu trabalho original. No caso concreto das *Odes Modernas*, por tudo o que neste capítulo se disse, mantemos a opinião inicial de que se trata de uma obra fundamental, representando um certo final do romantismo, inaugurando a modernidade, e assim as *Odes Modernas* dá “origem a um novo fluxo poético, político e ideológico” (Nogueira, 2021, p.226).

2.2. *Bom Senso e Bom Gosto* ou o grito de rutura e novidade

Continuamos no ano de 1865. Depois da publicação, no mês de agosto, de *Odes Modernas*, estamos agora no mês de novembro. Pelo meio muitas reações: positivas e negativas; críticas e abonatórias. E uma divisão, uma rutura total: de um lado os *moços de Coimbra*, os que haveriam de ser (já eram) essa Nova Geração, Geração de 70, acompanhando, de modo por vezes diverso mas globalmente consensual, ou pelo menos convergente, o pensamento de Antero de Quental, pensamento esse, doutrina essa explanada pelo autor de *Odes Modernas*, como procurámos já demonstrar, na Nota em posição de posfácio à obra e ilustrada pelo conjunto de poemas que a compõem; do outro lado da *barricada*, os ultra-românticos e o seu mestre de todas as horas e principal divulgador, António Feliciano de Castilho. Concordamos pois com Reis (2001a), que nos informa de que as afirmações feitas em *Bom Senso e Bom Gosto* “prolongam o sentido da ‘Nota sobre a missão revolucionária da poesia’, não só no que ao estatuto militante e libertador do poeta diz respeito, mas também no repúdio de formas literárias conservadoras” (Reis, 2001a, p.48).

Entre as várias críticas a *Odes Modernas*, referimo-nos às negativas, muitas delas surgem em periódicos, nomeadamente lisboetas, sendo várias as assinadas por Manuel Pinheiro Chagas. Curiosamente, ou não, a mais feroz crítica a *Odes Modernas* e ao que a obra representava, que, mais do que isso, é também uma violenta crítica a Antero e aos seus companheiros, é da autoria de Castilho. Essa crítica, datada de 27 de setembro de 1865 pelo seu autor, é publicada, sob o título “Critica Litterária – Carta do Ill.mo e Ex.mo Sr. Antonio Feliciano de Castilho ao Editor” (Castilho, 1865, p.181), em posição de posfácio da obra *Poema da Mocidade seguido de Anjo do Lar*, da autoria de, pasme-se, Pinheiro Chagas. Do conteúdo da crítica de Castilho não trataremos já, reservando para tal um capítulo exclusivo. Não resistimos, no entanto, a aqui reproduzir as palavras finais de Castilho, deixadas em *post scriptum* a essa sua carta-crítica: “Queira v. s.^a dizer de antemão aos que discordam das minhas opiniões, e o houverem de dizer pela imprensa, que o Virgilio me não dá licença para lhes responder. O que pensava e sentia expendi-o; lá brigar não brigo, que tenho mais que fazer” (Castilho, 1865, p.243). Em resumo:

Castilho critica, não só a obra mas o autor, escreve uma carta, espera resposta, mas recusa-se depois a participar em qualquer tipo de debate. Falta de argumentos? Cobardia? Vaidade? Certeza de que os protegidos responderiam por si? Muito se poderia especular sobre a atitude de Castilho.

A uma carta dever-se-á responder com outra carta. É isso que faz Antero quando publica, a 2 de novembro, *Bom Senso e Bom Gosto*, carta-aberta/Manifesto dirigida a quem o atacou, Castilho. E assim estala a polémica – a maior polémica literária que Portugal já conheceu e que haveria de ficar para a história conhecida como Questão Coimbrã. Tratemos portanto de analisar este importante documento.

Em primeiro lugar: *o que é* este texto? Uma carta? Um Manifesto?

“A carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz” (Foucault, 1992, p.150). Enquadramos *Bom Senso e Bom Gosto* sob este conceito de Foucault. Antero, com este texto por si firmado, olha o destinatário – primeiro, porque *formalmente* a ele se dirige; segundo, porque *tematicamente*, se assim podemos dizer, o *descobre*, o *destapa*, o *expõe* – e olha-se a si próprio, isto é, *descobre-se*, *destapa-se*, *expõe-se*. Ora, se Antero se olha através da carta que produz, significará isso que nesta carta o autor irá manifestar argumentos capazes de rebater a crítica que lhe foi dirigida. Consequentemente, acreditamos poder extrapolar e afirmar que a carta, esta em particular, se torna Manifesto. Sabemos, por outro lado da inteligência, sensibilidade e constante intencionalidade de Antero que, podendo ter chamado este texto de Manifesto, escolhe não o fazer. Elege carta. Querendo nós respeitar a intenção do autor, optamos por chamar este texto de *carta-manifesto*, em busca de um equilíbrio nominativo. Falemos um pouco do Manifesto enquanto género textual.

O Manifesto é um género textual, “de carácter persuasivo, que se propõe a declarar publicamente princípios específicos, chamando a atenção do público, incitando à ação e alertando para a necessidade de realização de algum tipo de mudança” (Bortulucce, 2015, p.6). A esta definição, somamos a seguinte: “texto programático de uma escola ou de um movimento ou de um artista individual, que serve de proposta para

a fundamentação de uma nova estética, para um protesto contra uma ideologia vigente, ou para marcar uma posição política dentro de uma determinada conjectura cultural” (Ceia, 2009). Posto isto, concluímos que o Manifesto é sempre um texto programático e esse programa é sempre de protesto, pois defende uma rutura com o estado de coisas e apela à mudança. Sendo um tipo de texto que pretende mover e convencer, o Manifesto é um texto argumentativo ao qual cremos poder chamar de *simplificado*. Por *simplificado* queremos dizer que as típicas fases do texto argumentativo – premissa(s); argumento(s); contra-argumento(s); conclusão – são *simplificadas*, isto é, é possível passar da(s) premissa(s) para a conclusão e não há necessidade de trazer ao texto contra-argumento(s). Importa também deixar claro algumas características *formais*, se assim podemos dizer, *próprias* do Manifesto. Acompanhamos, neste respeito, o pensamento de Hanna & Ashby (2022), que nos informam do seguinte: “Os Manifestos sempre utilizaram o motivo/tema da máscara, permitindo que o autor se exprima de forma ousada. Ao vestir a máscara da autoridade (encenada) do manifesto, o autor assume um poder simbólico e liberdade. Na realidade, o manifesto é uma licença para a expressão de emoções fortes, tais como raiva e indignação” (Hanna & Ashby, 2022, p.3)⁴. Sem dúvida, encontramos o acima em *Bom Senso e Bom Gosto*. Reis (2001a) afirma que “o folheto de Antero chocou sobretudo pela ousadia da interpelação que fazia ao respeitado papa das Letras portuguesas; uma ousadia manifestada não só no ardor que Antero colocava no seu manifesto, mas também em expressões de facto desassombradas e provocatórias” (Reis, 2001a, p.48). De facto, na sua defesa à crítica de Castilho, objetivo primeiro da sua *carta-manifesto*, Antero acabará por atacar e atingir, um alvo muito maior. Mais do que uma simples *defesa* de honra, *Bom Senso e Bom Gosto* torna-se: primeiro, *contra-ataque*, a Castilho; segundo, *ataque*, a todos os opositores da nova missão da poesia, proposta e ilustrada por Antero em *Odes Modernas*, conforme vimos no capítulo anterior deste

⁴ Tradução nossa da seguinte passagem: “Manifestos have always used the motif of the mask, which enables the speaker to speak boldly. Wearing the mask of the manifesto’s (performed) authority, the speaker takes on a symbolic power and freedom. In effect, the manifesto is a licence to express powerful emotions like anger and outrage”.

trabalho; terceiro, *defesa* da nova missão da poesia, argumentada de modo a convencer todos quanto leiam a *carta-manifesto*.

Assim, não será descabido afirmar que *Bom Senso e Bom Gosto* recolhe em si características de Manifesto Literário – um tipo de texto dotado da capacidade de fundar datas e assinalar mudança ou, pelo menos, de assinalar o apelo à mudança – coisa que, sem dúvida *Bom Senso e Bom Gosto* faz. Como qualquer Manifesto Literário, *Bom Senso e Bom Gosto* é também um texto *dinâmico*, que apela à ação, e *agressivo*, tanto na forma – usando um vocabulário duro, imperativo, militante – como no conteúdo – apelando ao *rompimento* com o estado de coisas doente, passado. Verificamos também em *Bom Senso e Bom Gosto* uma dimensão coerciva e messiânica, própria do Manifesto: o Manifesto deve ser aceite e cumprido e assim se atingirá a *salvação*, o *progresso*, assim se entrará num período melhor, se atingirá um estado de coisas melhor, *novo*.

Como veremos adiante, na sua *carta-manifesto*, Antero faz o diagnóstico de Portugal e da situação nacional, de atraso face às nações *civilizadas*, europeias, em diferentes áreas do conhecimento. Na sua argumentação, e como forma de *contra-ataque* à crítica de Castilho, Antero destaca a relação da obra deste com a poesia da antiguidade clássica, na forma e no conteúdo. Além disso, Antero *ataca* Castilho e todos os seus discípulos, a quem designa de “escola de elogios mútuos”, cujo domínio das Letras portuguesas é motivo de atraso da literatura nacional. A produção artística dessa “escola” era, para Antero, infecunda, improdutivo, nada mais fazendo do que retomar, de forma acrítica, os clássicos, vez após vez e/ou moda ultra-romântica, denotar uma única, ou pelo menos excessiva, preocupação com a forma e exaltação dos sentimentos em total detrimento, ou mesmo esquecimento da razão. Por seu lado, Antero “apontava a gravidade da missão dos poetas na época de grandes transformações em curso, a necessidade de eles serem os arautos do pensamento revolucionário e os representantes do ‘Ideal’: metia a ridículo a futilidade, a insignificância e o provincianismo da poesia de Castilho” (Saraiva & Lopes, 2005, p.801).

O diagnóstico anteriano de Portugal vai além da literatura. De forma global, a produção intelectual em Portugal – das artes às ciências – está estagnada, refém, mais uma vez da reprodução acrítica de modelos passados e obsoletos.

O caminho para o progresso do país, e da literatura em particular, dependeria de uma reflexão constante, atenta a todas as transformações sociais, com especial atenção à Europa. Essa atenção à sociedade deveria produzir uma produção, passe a redundância, intelectual dinâmica, inovadora. Antero faz notar um dos principais problemas do país como sendo a falta de liberdade, a ausência de real liberdade política, artística e científica. Quem quer que se opusesse à *posição oficial* – no caso da literatura, a *oficial* era a sob domínio de Castilho – sofria críticas e represálias, *cancelamento* ou tentativa de, usando o vocabulário dos nossos dias. Do cerceamento do livre pensamento o resultado seria um só: a decadência.

Sobre a lista de nomes elencados por Antero, cujo pensamento informa o do nosso autor, assinalamos a sua pluralidade no que diz respeito a posicionamentos teóricos. Filosofia, política, movimentos estéticos, ciência, história, literatura e muito mais... “Antero procura uma *totalidade* da poesia do Romantismo europeu que até então nunca foi alcançada em Portugal. Esta *totalidade* não é uma simples sucessão de referências estéticas, mais ou menos elaboradas e fechadas num sistema” (Machado, 1986, p.85). O nosso autor recolhe, acolhe em si, assimila e produz um pensamento original e uno. Tal é possível porque, apesar de muitas serem as diferenças entre essas *referências* de Antero, há algo que as une: para todas, a procura do conhecimento, assente na razão e assumindo uma missão social, é o fundamento do progresso. No polo oposto desta noção de progresso e desenvolvimento social, estão Castilho e os seus, ancorados ao passado, sempre prontos a procurar cancelar tudo o que se afigure novo, moderno. Assistimos ao “enfrentamento de distintas concepções da função do escritor e da literatura na sociedade: uma concepção decorativa e puramente lúdica, por parte dos escritores da segunda geração romântica, agrupados em torno de Castilho, e uma concepção militante e redentora” (Reis, 2001a, p.90). Passemos agora ao texto, procurando verificar tudo quanto acima se escreveu.

Começa Antero por justificar a escrita do texto, afirmando dois motivos essenciais: “um é a liberdade absoluta que a minha posição independentíssima de homem sem pretensões literárias me dá para julgar desassombradamente, com justiça, com frieza, com boa-fé” (Quental, 1865a, p.2) – ao escrever isto, Antero insinua desde logo que

Castilho não julgou o seu trabalho dessa maneira, isto é, foi parcial, injusto, emotivo e revelou má-fé; “outro, e mais grave e obrigatório, porque é um dever, uma necessidade moral” (Quental, 1865a, p.3) – aqui, a primeira referência ao dever moral de, neste texto, defender, não só a si próprio, mas a todos os que, não tendo voz, partilham das mesmas ideias.

Em seguida, Antero explica porque considera a crítica de Castilho ter sido feita com má-fé: “é uma acção deshonestas. O que se ataca na escola de Coimbra (...) não é uma opinião litteraria menos provada, uma concepção poética mais atrevida, um estylo ou uma idêa. Isso é o pretexto, apenas. Mas a guerra faz-se á independencia irreverente de escriptores” (Quental, 1865a, p.3). Retiramos daqui duas notas: Antero expõe que a intenção de Castilho não é apenas criticar o seu trabalho literário, mas de todo um grupo de escritores, “escola de Coimbra” ou Geração de 70; o poeta expõe ainda que a crítica não o é de facto, isto é, a crítica é “pretexto” para apelar ao *cancelamento* de todo um grupo de escritores, culpados do *pecado* de serem irreverentes, independentes e livres. A crítica de que Antero se defende revela apenas a mesquinhez do crítico. “Guerra assim feita é não só mal feita, mas também pequena e miseravelmente feita” (Quental, 1865a, p.4), afirma Antero, e continua dizendo que “V.ex.^a fez-se chefe d’esta cruzada tão desgraçada e tão mesquinha” (Quental, 1865a, p.4).

De que é acusado Antero? Que *pecado* cometeu a Geração de 70? “*Quiz innovar*. Ora, para as litteraturas officiaes, mais criminoso do que manchar a verdade com a baba dos sophismas, (...) do que escrever pessimamente, peor do que isto é a falta de querer caminhar por si, de *dizer* e não *repetir*, de *inventar* e não de *copiar*” (Quental, 1865a, p.4). O incómodo provocado pela “escola de Coimbra” prende-se com o facto destes não se curvarem perante os *mestres do passado*, perante os representantes das “litteraturas officiaes”, e procurarem um caminho seu, novo, moderno, da criação e não da repetição, da inovação e não da cópia.

Que novidade apresentam Antero e *os seus*? Uma nova missão do escritor, a “immensa missão do escriptor”. Esta missão “é um sacerdocio, um officio publico e religioso de guarda incorruptivel das idêas, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras” (Quental, 1865a, p.5) Levar a cabo a alta missão, elevada por Antero ao

plano do *sagrado*, implica gozar de liberdade para criar. Só assim se poderá almejar criar “boas cousas”: “as grandes, as bellas, as boas cousas só se fazem quando se é bom, bello e grande” (Quental, 1865a, p.5). Ser livre é condição essencial para ser “bom”. Sem liberdade, o escritor “ficaria sempre curvo e submisso, humilde e sem força propria, servo de alheias idéas e apostolo apenas de palavras decoradas e vazias d’alma” (Quental, 1865a, p.5).

Um pouco mais adiante, é-nos ainda mais evidente a completa *separação de águas*, feita por Antero, entre *os seus* e *os de Castilho*: “A estes taes chamo eu poetas. Porque nos ensinam o bem. Porque são originaes e dizem sempre alguma cousa nova á nossa curiosidade de saber. (...) Os outros *adoram* a palavra, que illude o vulgo, e desprezam a *idéa*, que custa muito e nada luz. São apóstolos do dictionario, e têm por evangelho um tractado de metrificaçãõ”⁵ (Quental, 1865a, p.6). De um lado temos “poetas”, do outro lado “apóstolos do dictionario”. Tal como Reis (2001a), acreditamos que “a crítica cerrada aos ‘apóstolos do dicionário’ remete para um trabalho literário principalmente preocupado com as consequências pragmáticas do discurso literário, orientado de forma apelativa sobre o leitor do seu tempo” (Reis, 2001a, p.48). Esta é a *missão do poeta*.

Defendendo a *missão revolucionária da poesia*, já antes expressa na Nota, posfácio, a *Odes Modernas*, o nosso autor reafirma, em *Bom Senso e Bom Gosto*, que “a humanidade precisa que a levantem e que a doutrinem” porque “ha toda uma humanidade em dissolução, de que é preciso extrahir uma humanidade viva, sã, crente e formosa” (Quental, 1865a, p.7). É este o caminho do progresso, é este o fazer *novo*. Como? Não é como os da *escola de Castilho*, “não é traduzindo os velhos poetas sensualistas da greacia e de Roma, (...) não é, sobre tudo, lisongeando o máo gosto e as

⁵ Neste passo, Antero refere-se ao facto de Castilho ser o autor da obra, dada ao prelo em 1851, *Tractado de Metrificaçãõ Portugueza*, trabalho de 160 páginas na qual o seu autor se propõe a ensinar a escrever poesia de forma *correta*. O próprio subtítulo da obra afirma: “Para em pouco tempo, e até sem mestre, se aprenderem a fazer versos de todas as medidas e composições” (Castilho, 1851, p.I). Dedicada eminentemente a questões formais, Castilho reserva pouco mais de cinco páginas – último capítulo do livro – a temáticas e modelos *aceitáveis* a seguir pelo poeta. Fazemos notar a seguinte passagem: “A ambição de todo o verdadeiro poeta, deveria ser contornar, se é possível, toda a paixão moderna com a severidade das formas antigas” (Castilho, 1851, p.152). Tal pensamento, a perpetuação, acrítica, da imitação de modelos do passado, não poderia ser mais contrário ao de Antero, relativamente ao que deverá ser a *missão do poeta*.

pessimas idéas das maiorias” (Quental, 1865a, p.7). Antero defende “a necessidade de uma actualização cultural que passa pela renúncia de um nacionalismo atrofiante e pela atenção que merecem os grandes centros de inovação filosófica e científica da Europa” (Reis, 2001a, p.48). Assim, o caminho a seguir estará em olhar para novos modelos que aportem novidade, modelos de progresso: olhar para o que de novo se faz nas grandes nações da Europa. Diz-nos o autor: “quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. Não é a nossa divertida Academia das Sciencias, que revolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos factos e das idéas” (Quental, 1865a, p.8). A decadência de Portugal, país que permanece amarrado ao passado, sem curiosidade sequer para apreender novos saberes, fica evidente quando face à Europa *pensante*, ávida do *novo*. Antero avança exemplos concretos, nomes de quem muito saber se poderá extrair, escolas de pensamento a conhecer, a quem chama de “as immensas creações da alma moderna, o espírito mesmo da nossa civilização” (Quental, 1865a, p.8). A missão que Antero toma para si e para os da *sua* Geração, é esta – civilizar Portugal e, em concreto, a literatura portuguesa: uma proposta *nova, moderna, de revolução*. Aqui temos o “ideal” anteriano: “o ideal quer dizer isto: desprezo das vaidades; amor desinteressado da verdade; preocupação exclusiva com o grande e com o bom; desdem do futil, do convencional; boa fe; desinteresse; grandeza d’alma; simplicidade; nobreza; soberano bom gosto e soberanissimo bom senso... tudo isto quer dizer esta palavra de cinco letras – ideal” (Quental, 1865a, p.9). E aqui está encontrado o título desta *carta-manifesto: Bom Senso e Bom Gosto*. Bom senso e bom gosto, juntamente com todas as qualidades indicadas pelo autor, representam o “ideal”, e constituem exatamente o oposto do que, para Antero, Castilho representa. “Os seus escriptos são otimos escriptos – menos as idéas: e é v. ex.^a um grande homem – menos o ideal” (Quental, 1865a, p.9). Castilho é tudo, menos a única coisa que realmente importa. Assim, Castilho é nada.

Aproximando-se do final do seu texto, o tom de Antero aumenta em agressividade, se assim podemos dizer, à boa maneira, aliás, de qualquer Manifesto... É justificada essa agressividade? Julgamos que sim e que esta não é superior à de Castilho para consigo, conforme adiante se verá, em capítulo separado. Termina o nosso autor,

dirigindo-se ao seu professor da juventude: “A futilidade num velho desgosta-me tanto como a gravidade numa criança” (Quental, 1865a, p.11). E, dito isto, despede-se com um “nem admirador nem respeitador, Antero de Quental” (Quental, 1865a, p.11).

E assim, publicado este texto a 2 de novembro de 1865, instala-se a maior polémica literária que Portugal alguma vez viu e que ficaria para a história como *Questão Coimbrã*. Muitos tiros se dispararam em ambos os lados das *barricadas* levantadas definitivamente por *Bom Senso e Bom Gosto*.

“Castilho não reagiu publicamente; mas conseguiu a intervenção de amigos seus. Nas intervenções de uma parte e de outra, o problema central levantado por Antero ficou apagado por considerações pessoalistas” (Saraiva & Lopes, 2005, p.801). O desenrolar da polémica levou a excessos, ataques pessoais, ridicularização de defeitos físicos, como a cegueira de Castilho, por exemplo. De qualquer modo, tudo o que se escreveu em torno desta *Questão Coimbrã* representou a primeira grande manifestação pública de discordância quanto à forma de conceber Portugal e a cultura portuguesa. Desta polémica emerge definitivamente um novo grupo de intelectuais que ficaria conhecido como a Geração de 70. A *Questão Coimbrã* marcou assim o início das atividades desta Geração, que posteriormente se destacaria na atividade política e na produção literária e jornalística. É a partir da *Questão* aqui iniciada que, cinco anos mais tarde, Antero de Quental e os homens da Geração de 70, juntamente com outros intelectuais que entretanto deles se aproximam, resolvem realizar uma série de conferências *revolucionárias*, sob o título de *Conferências Democráticas do Casino Lisboense* – entre estas a famosa *Causas da Decadência*, que abordaremos em seguida.

2.3. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* ou a transparente problematização do *ser português* e a “preocupação por Portugal”

Em *Causas da Decadência* encontramos-nos com o pensamento de um Antero maduro, ainda que jovem. Um homem viajado e ainda mais capaz de desenvolver um pensamento – cujo *embrião*, consubstanciado numa abordagem mais superficial, já era visível na Nota, posfácio a *Odes Modernas* e, até certo ponto, em *Bom Senso e Bom Gosto* – profundo e crítico, da maior qualidade. Sob o título “Revisitação da Mitologia Anteriana”, prefácio à edição de 2008 de *Causas da Decadência*, Eduardo Lourenço escreve: “talvez se imponha a releitura de um texto que desde o seu nascimento se tornou na referência mítica da cultura portuguesa moderna. Ou com mais precisão, o seu próprio acto fundador” (Lourenço, 2008, p.11). Dúvidas houvesse da admiração de Lourenço por Antero, e por este texto específico, cairiam aqui por terra. Deixemos por agora Lourenço, na Parte II desta Dissertação trataremos a leitura que este faz de Antero, e comecemos por contextualizar o *nascimento* de *Causas da Decadência*.

Corre o ano de 1871, Antero está agora em Lisboa, depois de viagens que o levaram a Paris, Ponta Delgada e América do Norte. Em Lisboa, Antero e os seus companheiros de Coimbra, organizam uma tertúlia regular, que haveria de ficar conhecida como *Cenáculo*. Nos encontros regulares do grupo, participam também outros intelectuais, sem dúvida seduzidos pelo *programa* oferecido ao público por Antero em 1865, com a publicação de *Bom Senso e Bom Gosto* e a conseqüente *Questão Coimbrã*. É, por exemplo, no contexto do *Cenáculo* que nasce Fradique Mendes, o primeiro heterónimo português, essa *criatura tricéfala* nascida de Eça, Batalha Reis e Antero. Especialmente a partir de 1870, a atividade política do nosso autor intensifica-se. Antero funda, com Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, António Enes e Jaime Batalha Reis um periódico que havia de se tornar polémico, por dar voz a correntes que, sendo programaticamente diversas, concorriam em uníssono pelo fim da monarquia: *A República – Jornal da Democracia Portuguesa*. Portugal vive tempos de agitação, agitação essa a que não é alheia a chegada ao país da Associação Internacional dos Trabalhadores, com o apoio do próprio Antero e de José Fontana. A relação entre os dois viria a estreitar-

se com o tempo, de tal modo que em 1875, Fontana funda o P.S.P., Partido Socialista Português, ao lado de Antero. Chegavam ao país, ao mesmo tempo, ecos da turbulência vivida na Europa – em Espanha, o republicanismo ganha terreno; em França, a Comuna de Paris cai, após pouco mais de dois meses frenéticos, no final de maio de 1871.

É neste contexto instável que nasce, no seio do Cenáculo, a ideia de promover uma série de conferências com a intenção de, democraticamente, refletir publicamente sobre todas as mudanças sociais do momento, as novas ideias chegadas da Europa, a todos os níveis, investigar o passado e propôr caminhos para Portugal. Sob o título *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense* (o casino seria o local de realização do evento), propunham-se estes intelectuais cumprir o que Antero chamava, como vimos nos capítulos anteriores, de *missão revolucionária*. Assim, “o projecto das Conferências integra-se num largo, embora vago, plano de reforma da sociedade portuguesa” (Saraiva & Lopes, 2005, p.802).

A 16 de maio de 1871, o *Programa das Conferências*, assinado por Antero de Quental, Eça de Queirós, Germano Meireles, Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros, é tornado público. Reis chama Antero de “pai espiritual do Programa” (Reis, 1990, p.56). Tendo em conta esta *paternidade*, não será uma surpresa encontrar nele o *programa revolucionário* que já conhecemos, depois da análise feita de textos teóricos anteriores que o precederam. A intenção dos promotores das *Conferências* é transmitir um programa para a transformação social de Portugal. Essa transformação deveria ser política e cultural e contribuir para o progresso do país, ligando-o com a dinâmica Europa do conhecimento.

Não iremos aqui discorrer em profundidade sobre as *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*. Salientamos apenas que, entre as várias que estavam planeadas, apenas as primeiras quatro sessões se realizaram, ou cinco, caso contemos como primeira sessão a conferência de apresentação, sob o título *O Espírito das Conferências*, proferida no dia 22 de maio por Antero. Seguiram-se *Causas da Decadência*, também por Antero, que trabalharemos em seguida; *Literatura Portuguesa*, por Augusto Soromenho; *A Literatura Nova*, por Eça de Queirós; *A Questão do Ensino*, por Adolfo Coelho. Após esta comunicação, o Estado de então, antidemocrático, fez uso do seu poder censório para

proibir a continuação das conferências, tidas por revolucionárias e heréticas, por propagarem doutrinas *perigosas*: republicanismo, socialismo, democracia, laicismo... Não terá sido uma casualidade o facto da proibição das *Conferências* ter acontecido “no dia em que ia realizar-se a conferência sobre *Os historiadores críticos de Jesus*” (Saraiva & Lopes, 2005, pp. 803-804), por Salomão Sáragga. Tema, sem dúvida, de grande polémica, num país tão católico e conservador como o Portugal do tempo. A proibição das *Conferências Democráticas* gerou protestos. Entre os que expressaram a sua indignação, encontrava-se Alexandre Herculano. Em capítulo autónomo, analisaremos essa reação de Herculano, no qual este autor também discorre sobre Antero.

Passemos então às *Causas da Decadência*. “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares é bem o pequeno livro mais do que apropriado para figurar em todas as estantes portuguesas, para meditação e ensino, quanto mais não seja” (Martins, 2010, p.193). A justificação para a validade desta afirmação é simples: estamos face a um dos melhores textos para conhecer Portugal, para entender o *ser português*, um texto onde Antero revela a sua “preocupação por Portugal”, usando uma conhecida expressão de Eduardo Lourenço.

Uma nota preliminar: atendamos a um importante facto: o texto é pensado para leitura pública; e imaginemos Antero, no púlpito, empolgado, sacudindo as mãos, as variações no tom e volume da voz... Ouçamos!

Antero começa a sua apresentação com uma espécie de nota preambular, na qual pretende justificar a necessidade da sua comunicação. O objetivo da mesma, fica bem patente quando o orador diz: “ façamos nós também, diante do espírito de verdade, o acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar” (Quental, 1871, p.2). O autor deixa, desta maneira, bem claro que as palavras a proferir têm como objetivo regenerar o país. Antero tem plena consciência da celeuma que esta conferência irá provocar, por isso é que afirma: “ não posso pois apelar para a fraternidade das ideias: conheço que as minhas palavras não devem ser bem aceites por todos” (Quental, 1871, p.2). Tal não é um problema para o autor. De facto, o objetivo das *Conferências* é promover a livre discussão de diferentes opiniões. São, afinal, *Conferências Democráticas*. “ Não pretendemos *impor* as nossas opiniões, mas

simplesmente *expô-las*: não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão: essa discussão, Longe de nos assustar, é o que mais desejamos” (Quental, 1871, p.3). Feita esta introdução, começará o nosso autor a discorrer sobre Portugal, o *ser português*, a decadência do país e as causas da mesma e o caminho a fazer para retirar a nação dessa condição. Fazemos notar que, ainda que tenhamos plena consciência de que Antero fala das nações ibéricas, não apenas de Portugal, a nossa análise atenderá apenas ao que ao nosso país se refere, uma vez que o retrato do *ser português* é o tópico nuclear deste capítulo.

“Meus senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhamos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade” (Quental, 1871, p.3). Na esteira do pensamento de Herculano, Antero sustenta que a decadência portuguesa e espanhola, nações tão bem-sucedidas em séculos passados, tem início “no princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações” (Quental, 1871, p. 6). Portugal deixa de contar, perde importância, perde grandeza e perde originalidade. De facto, como se verá adiante, é porque perde originalidade que, por consequência, perde grandeza e importância.

Antes do século XVII não era assim. Porquê? Até essa data “em tudo acompanháramos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia” (Quental, 1871, p.5). Aqui está a resposta. O país deixou de acompanhar a Europa e por isso ficou para trás, deixou de contar. Esta situação é tanto mais triste tendo em conta o passado em que tantas vezes Portugal esteve, não a par, mas à frente da Europa. “Deste mundo brilhante, criado pelo génio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte virgula pobre ininteligente e meio

desconhecido” (Quental, 1871, p.6). O que aconteceu? Como se cai em tamanha “decadência?

As “causas da decadência” são de ordem moral, política e económica. A primeira “causa” “é a transformação do catolicismo, pelo Concílio de Trento” (Quental, 1871, p. 10), resposta Católica Romana à Reforma Protestante cujo resultado último foi a Inquisição, instrumento de reforço do poder Papal sobre as nações. A segunda “causa”, o Absolutismo monárquico, uma calamidade política e social. A terceira “causa” é económica e prende-se com a má administração imperial: as riquezas de além-mar não foram eficazmente rentabilizadas nem houve qualquer investimento industrial de relevo no país. Em resumo: “Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não seguisse, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espírito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as indústrias” (Quental, 1871, p. 26). Estas três “causas” capitais são a génese da “decadência”, segundo Antero, por um motivo simples: extinguiram ou, pelo menos, sufocaram, a liberdade. Sem liberdade, pensamento livre, o progresso não é possível. “Esses fenômenos agrupados compreenderam aspectos da vida social como o pensamento, a política e o trabalho” (Bittencourt, 2016, p.176). Está aqui identificado o problema nacional.

Às “causas”, identificadas muito explicitamente, junta-se o crónico problema da educação, ressaltando contudo que este problema é, ao mesmo tempo “causa da decadência” e *efeito da decadência*, uma vez ser consequência das “causas” explicitadas por Antero: “Dessa educação, que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes” (Quental, 1871, p. 27). Vistos os motivos da decadência, voltemos atrás no texto e vejamos, com Antero, o retrato de Portugal por ele traçado.

“A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos limitadores. Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entrámos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores” (Quental, 1871, p.8). Escutamos estas palavras e ao mesmo

tempo escutamos quase um eco de outras, antes escritas, em *Bom Senso e Bom Gosto* e, um outro eco ainda, mais ao longe, das palavras escritas na Nota incluída em *Odes Modernas*. Notem-se as referências a “atmosfera turva”, ao “pó”, aos “limitadores”, enfim símbolos da “decadência”, da morte, do atraso português. Antero afirma: “A alma moderna morrera dentro de nós completamente” (Quental, 1871, p.9). Os últimos séculos, incluindo o presente *de onde* Antero fala é revelador de um país “sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem invenção, sem costumes” (Quental, 1871, p.10), tudo produto das “causas da decadência” elencadas pelo nosso autor.

Mais do que as “causas” interessam-nos reter os *efeitos*, efeitos estes que permitem aferir sobre a questão do *ser português* sob a ótica anterior. O que caracteriza a identidade portuguesa? “A incerteza, o desânimo, o mal-estar (...). A influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, (...) esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral social e moderno, este adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX” (Quental, 1871, p.26). É o retrato de um povo acomodado, triste e cinzento. “Do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdámos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela indústria” (Quental, 1871, p. 26). Um país inerte, improdutivo e preguiçoso. “As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos” (Quental, 1871, p.26). Um povo agarrado a um passado *messiânico*, incapaz de se libertar das suas amarras e abraçar o futuro.

Face a toda esta situação, o que fazer? “Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta?” (Quental, 1871, p.27). A segunda pergunta de Antero inclui já uma resposta: é necessário voltar à Europa. Tal, não será fácil, “é necessário um esforço viril, um esforço supremo” (Quental, 1871, p.27), pois o caminho a percorrer não será livre de dificuldades e obstáculos. No entanto, Antero propõe uma solução, a sua solução, o seu programa, em que volta a insistir. O facto de Antero apontar um caminho deixa evidente que o nosso autor não é um simples pessimista capaz de identificar problemas. Não. É também um homem de ação, dinâmico, que apresenta propostas e soluções. Essencialmente, o que é acima de tudo necessário pode ser resumido da seguinte forma: primeiro, “quebrar

resolutamente com o passado” (Quental, 1871, p.27); segundo, “oponhamos ao *catolicismo*, [...] a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano [...], a filosofia, a ciência e a crença no progresso” (Quental, 1871, p.27); terceiro, “oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana” (Quental, 1871, p.27); quarto, à “*inércia industrial* oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, [...] operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro” (Quental, 1871, pp.27-28). A proposta anterior é a “Revolução”. Pôr de lado o passado, infecundo e improdutivo; *divinizar o Homem*, pela ciência, pela filosofia, pela livre consciência; derrubar a monarquia e substituí-la por uma república federal; criar um modelo de trabalho inspirado no modelo socialista de Proudhon. E termina, brilhantemente, com mais uma frase polémica: “a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno” (Quental, 1871, p.28).

Feita esta análise, podemos entender perfeitamente porque é que o nosso autor, logo no início da sua intervenção, lançou uma espécie de aviso, ao dizer saber que as suas palavras iriam criar polémica, seriam criticadas. Este texto, por tudo o que acima ficou escrito, é revelador da “preocupação por Portugal” de Antero de Quental. É essa preocupação, que perturba a sua alma desde os tempos de Coimbra, que vem ocupando a sua produção artística e crítica, especialmente desde a publicação de *Odes Modernas*, que motiva o nosso autor a proferir esta conferência: *Causas da Decadência*.

3. Antero de Quental entre os seus contemporâneos

3.1. António Feliciano de Castilho

Nascido em Lisboa em 1800, um ano após Almeida Garrett e dez antes de Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e foi autor de um conjunto de obras que apresentavam elementos estéticos do arcadismo e romantismo. “Filho de um lente de Coimbra, Castilho ficou quase completamente cego aos 6 anos, chegando, no entanto, a licenciar-se em Cânones. A sua formação é integralmente clássica, tendo começado muito novo a publicar poemas arcádicos, no *Jornal de Coimbra*, em 1816” (Machado, 1986, p.48) A desventura da sua muito precoce cegueira, que não o impediu de construir uma sólida carreira, contribuiu para a criação de uma imagem de génio literário. Tal como Júnior (1997), não acreditamos poder afirmar Castilho como um escritor romântico, ainda que contemporâneo da geração do Primeiro Romantismo. “Considerado geralmente como um dos introdutores do Romantismo em Portugal, tem sido a sua obra analisada sempre em conexão com a de Garrett e a de Herculano. Entretanto, uma revisão crítica que se impõe deverá levar a excluí-lo de tal lugar e a vê-lo como uma notável sobrevivência do espírito literário de fins do século XVIII ou princípios do XIX” (Júnior, 1997, p.163). A única, e ténue, relação de Castilho com o romantismo será apenas formal e superficial, tal como bem refere Machado (1986): “Castilho veio do Arcadismo para, passando por uma leve experiência de um romantismo meramente decorativo (no sentido estrito de culto do *décor* romântico medievalista), regressar a um puritanismo neoclássico” (Machado, 1986, p.48).

A importância de Castilho, a sua influência na literatura portuguesa da sua época, explica-se pelo facto apontado por Machado (1986): “António Feliciano de Castilho [...] tornou-se o elemento de ligação entre as chamadas ‘primeira geração’ e ‘segunda geração’ da poesia do Romantismo em Portugal. Ou seja: entre Garrett e Herculano, por um lado, e, por outro lado, os poetas a que chamaremos ‘ultra-românticos’” (Machado, 1986, p.47). Mais do que apenas “elemento de ligação” entre gerações românticas,

“Castilho foi, para a segunda geração romântica, uma espécie de padrinho, mentor e mandarim cultural” (Reis, 2001a, p.42). De facto, o prestígio acumulado por Castilho, emprestavam-lhe a capacidade de apadrinhar um grupo de escritores que em torno dele orbitavam.

Quando falamos em diferentes gerações românticas, devemos ter em mente a existência de diferenças reais – filosóficas, ideais – que vão além da simples diferença de idades entre grupos de escritores. “Esta divisão em duas gerações não é fantasista nem arbitrária, ela relaciona-se essencialmente com factores históricos e ideológicos: a ‘primeira geração’ esteve, de uma maneira ou de outra, ligada a um romantismo liberal frequentemente militante (caso sobretudo de Herculano), enquanto que a ‘segunda geração’ se afastou, em geral, das lides políticas e sociais, refugiando-se, por volta de 1850, numa mitologia provincial de um romantismo funéreo, por vezes marcado por um nacionalismo decadentista” (Machado, 1986, p.48). Esta segunda geração romântica, ultra-romântica, trata-se de uma geração profundamente reacionária, ou pelo menos ideologicamente pobre e sem quaisquer preocupações sociais. Que diferença entre estes e os da primeira geração romântica! “O que então vigorava era, pode dizer-se, uma literatura de orientação principalmente decorativa: à literatura (em especial a poesia) cabia a recatada ilustração de serões burgueses, sem excessos críticos que pusessem em causa o equilíbrio das instituições. Em conexão direta com esta tendência encontra-se a consolidação de uma literatura chamada, com propriedade, ‘oficial’, porque anunciada por homens de letras de alguma forma ligados ao poder e às instituições da Regeneração” (Reis, 2001a, p.42). É neste contexto que o poder de Castilho se afirma. Qualquer opinião expressa, qualquer crítica positiva ou negativa era tomada como *lei*. Castilho detinha um quase *monopólio literário* em Portugal, o que o tornava capaz de lançar carreiras ou destruí-las. “O tom paternalista que Castilho cultivava e, por outro lado, a veneração com que os seus juízos eram acatados faziam dele, de facto, o patrono respeitado pelos jovens poetas em promoção” (Reis, 2001a, p.42). Assim, quem quer que quisesse *ser alguém*, deveria ser próximo de Castilho, prestar-lhe o máximo de homenagem possível e imitar o seu estilo literário, ou os estilos literários tidos como *apropriados* por Castilho, o mais possível. Com Castilho no poder, o romantismo português encontrava-se agora colocado

entre o mimetismo desprovido de sentido e a veneração do autoproclamado líder. Por isso, “Castilho, correspondeu, como facilmente se verificou, a um retrocesso, ou melhor, a um bloqueamento da estética romântica em Portugal, concentrando-se à sua volta escolas e grupos de ‘provincialização’ da poesia” (Machado, 1986, p.88). É sob a *tutela* de Castilho que se assiste, como bem aponta Machado, a uma “uma degradação da ideia do romantismo” (Machado, 1986, p.71), correspondendo essa “degradação” a um movimento de regresso ao passado, reacionário, em sentido oposto ao que o precedera, isto é, ao Primeiro Romantismo, de Herculano e Garrett, e absolutamente contrário ao movimento literatura europeia. A *escola* de Castilho, ultra-romântica, incapaz de compreender a sociedade e de a representar, refugia-se na cópia de modelos passados.

Infelizmente para Castilho, felizmente para nós, estavam em Coimbra uns moços com uma visão diferente da literatura e da sua função. Entre esses, Antero de Quental. Este grupo, que haveria de ficar conhecido como Geração de 70, era completamente *desalinhado*. Não reconheciam em Castilho a sua qualidade de mestre nem escreviam como *mandava a lei* deste. Aos poucos, tornam-se um *irritante* para Castilho e os seus discípulos que, desde Lisboa, olhavam com um misto de desdém e receio para Coimbra, para o grupo formado em torno de Antero. As críticas negativas aos de Coimbra começam a surgir ainda na primeira metade da década de 60, mas é, sem dúvida, a publicação de *Odes Modernas*, em agosto de 1865, que dará a Castilho a tão aguardada oportunidade para os *contra-criticar*. A crítica seria tão *arrasadora*, julgava Castilho, que, ou os moços de Coimbra *alinhavam*, ou as suas carreiras, ainda tão embrionárias, ficariam por ali. Má estratégia, a de Castilho. *Odes Modernas* “poderia bem ter passado despercebido ou apenas notado por escasso número de leitores e logo rotulado de obscuro, perigoso ou até mesmo digno de troça, e tudo ficaria por aí” (Martins, 2021, p.9), mas Castilho queria impor ordem na sua *casa*, que era como este via a literatura portuguesa. “De facto, esses moços irritavam o velho e consagrado Castilho, e ele não perderia a oportunidade que se lhe oferecia de visá-los na Carta posfácio ao *Poema da Mocidade* de Pinheiro Chagas, publicado em 1865” (Berardinelli, 1985, p.161). É sobre esta Carta, enquanto reação de Castilho à obra de Antero, que agora falaremos. Esta crítica de Castilho, que já se mencionou em secções anteriores desta Dissertação, marca o início da famosa *Questão*

Coimbrã. Caso Castilho não tivesse escrito este texto, Antero não teria tido justificação para escrever o seu brilhante *Bom Senso e Bom Gosto*, no qual responde a Castilho. Por sua vez, depois da publicação de *Odes Modernas*, e tendo em conta a Nota de Antero – anteriormente defendemos, e explicámos porquê, que a crítica de Castilho é uma resposta à Nota –, Castilho entende que agora se impõe uma resposta drástica. Fazemos notar ainda que, autores como Reis (2001) e Machado (1986), assinalam o ano de 1862 como prenúncio da *Questão Coimbrã*. Compreendemos a posição, uma vez que nesse ano Castilho assina o prólogo da obra *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, e nesse texto deixa já algumas críticas aos jovens que em Coimbra pareciam estar algo *desalinados*... No entanto, entendemos essa publicação como, apenas, prenúncio.⁶

A polémica foi desencadeada com a publicação de *Poema da Mocidade*, de Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, em outubro de 1865. Antes, nesta Dissertação demos também conta de que, nos meses que intermediam *Odes Modernas* e *Poema da Mocidade*, o próprio Pinheiro Chagas escreve várias críticas a Antero em jornais de Lisboa – uma espécie de preparação para a crítica que Castilho haveria de escrever, usando o livro do próprio para a enquadrar.

Poema da Mocidade seguido do Anjo do Lar começa com uma dedicatória do seu autor ao seu mestre, Castilho. Nesta dedicatória, que começa ao jeito que Castilho tanto apreciava – “Julgão talvez muitos sobeja audacia e demasiada vangloria da minha parte o inscrever o nome egregio de v. ex.^a no mesquinho frontão de templo humilde e pobre” (Chagas, 1865, p.VII) –, detetamos já uma crítica velada a Antero e aos de Coimbra, ao mesmo que tempo que o autor intenta explicar o seu trabalho. A resposta de Castilho aparece no final do livro, em forma de posfácio, sob o título *Crítica Litteraria – Carta do Ill.mo e Ex.mo Sr. Antonio Feliciano de Castilho ao Editor*. O objetivo principal, ou melhor, o pretexto, do texto, era a apreciação ao trabalho de Pinheiro Chagas, cuja produção

⁶ “A publicação de *D. Jaime* de Tomás Ribeiro, com um longo prólogo de Castilho defendendo retoricamente o passado da poesia romântica, ou melhor, mantendo-se fiel a um lirismo de ‘árcade póstumo’, foi o elemento desencadeador de toda a polémica conhecida na história da literatura portuguesa do século XIX por ‘Bom Senso e Bom Gosto’ ou ‘Questão Coimbrã’” (Machado, 1986, p.73). “É, no entanto, a propósito da publicação do *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, em 1862, que pode falar-se em prenúncios da Questão Coimbrã. (...) É necessário, entretanto, esperar por Antero e pelas *Odes Modernas* para que a polémica se instaure de vez” (Reis, 2001a, pp.44-45).

literária recebeu elogios rasgados de Castilho. Estamos perante um exemplo acabado daquilo que Antero chama, em *Bom Senso e Bom Gosto*, de “escola do elogio mútuo”: o livro começa com o elogio de Chagas a Castilho e termina com o elogio de Castilho a Chagas... elogio da mediocridade.

Ao mesmo tempo que Castilho comenta o trabalho de Chagas, elogiando-o a cada passo, não se coíbe de refletir sobre a literatura contemporânea em Portugal. O ponto central da crítica de Castilho era o que considerava como posturas infantis dos jovens escritores de Coimbra, que começavam agora a sua carreira literária. Segundo Castilho, seriam uma manifestação típica de imaturidade e juventude que a idade viria a corrigir mais tarde. São vários os nomes apontados por Castilho, mas os seus alvos preferenciais são Teófilo Braga e, ainda mais, Antero de Quental. Sobre estes, Castilho di-los excessivamente idealistas, chegando ao ponto de afirmar: “Braga e Quental, de quem, pelas alturas em que voam, confesso, humilde e envergonhado, que muito pouco enxergo, nem atino para onde vão, nem avento o que será deles afinal” (Castilho, 1865, p.215). Revelando completa má-fé na sua crítica (que Antero haverá de mencionar e justificar em *Bom Senso e Bom Gosto*), Castilho assenta-a, durante todo o seu texto num ponto essencial: a divisão entre *bons* e *maus* escritores. Por um lado os seus *protegidos*, Chagas e outros, que conhecem bem o passado, que dominam os clássicos, que são eloquentes, que são patriotas; por outro os moços de Coimbra, de uma escrita infantil, que mal domina a forma, com preocupações sociais que não cabem à literatura e à arte, que, por oposição aos primeiros, não são patriotas. Arroga-se pois Castilho da capacidade máxima e única de definir *bom* e *mau* na literatura. Tal como aponta Reis, com quem concordamos, Castilho era incapaz de compreender a nova geração que agora surgia e levantava a sua voz a partir de Coimbra, geração com preocupações filosóficas, sociais e políticas, preocupada com a sociedade, uma vez que Castilho que para Castilho “continuava a ser tarefa prioritária a defesa e ilustração de uma criação poética dominada por obsessões de índole formal” (Reis, 2001a, p.46). E é isto que Castilho faz. Que literatura propõe Castilho? Voltar ao passado pela cópia. Um bom escritor seria o melhor copista. E, melhor ainda, o melhor dos melhores copistas seria o que mais elogiasse Castilho. Castilho representa então uma conceção da literatura em completa oposição ao

pensamento anterior. Não há qualquer ponto de contacto entre o nosso poeta e aquele que havia sido seu professor na infância, em Ponta Delgada e no colégio Pórtico, em Lisboa. São visões inconciliáveis, destinadas à completa incompreensão.

3.2. Alexandre Herculano

Introdutor, a par de Almeida Garrett, do Romantismo em Portugal, Alexandre Herculano foi historiador, poeta, romancista, ensaísta, crítico, investigador, polemista e homem de ação política. Herculano é, *ele-próprio*, o Romantismo. Incorpora-o em si. “Em Herculano fazer é dizer e dizer é fazer” (Pereira, 1997, p.222). Sobre o nosso autor, Pereira afirma: “Herculano edifica, com austera exemplar coerência, uma obra multimoda que, na sua diversidade, não cessa de dar corpo a uma profunda unidade, guiado por um projeto romântico-liberal que enforma não apenas a sua obra como a sua vida” (Pereira, 1997, p.221). Este homem, nascido em Lisboa, a 28 de março de 1810 construirá, ao longo da sua vida, uma obra que o coloca entre os grandes portugueses da nossa história. “É de entre as personalidades do primeiro romantismo português aquela que, pela formação e pela audiência que alcançou junto do público, representa o movimento romântico de um modo mais espetacular e persistente” (Saraiva & Lopes, 2005, p.705). De facto, é difícil pensar em nome que melhor encarne os valores do Primeiro Romantismo português. Toda a sua obra – da Ficção, em todas as suas vertentes, à História, passando pela polémica, pela intervenção política –, e a sua vida, fazem dele o arquétipo do homem do Romantismo e, mais do que isso, um nome incontornável da literatura portuguesa e até da história de Portugal. O legado de Herculano é inescapável e não há compêndio dedicado à história, literatura ou política portuguesas que não reserve páginas de relevo para este nome. Cidade dá-nos talvez o melhor resumo sobre o *significado* deste autor: “Personalidade completa, *acabada*, se as há. Capaz da paciência beneditina da investigação, tanto como da penetrante agudeza da crítica, histórica ou literária; dotado da visão arquitectónica na ordenação das ideias, tanto como da imaginação efabuladora de romancista e dramaturgo [...], não lhe faltando a emotividade que se exprime por alguns dos mais belos poemas do nosso tempo – o que não lhe impede a lucidez com que sabe encarar os problemas de ordem prática, da sua lavoura ou da economia do país” (Cidade, 1997a, p.388).

Estamos em 1871. Quatro ou cinco, se contarmos a conferência de apresentação do evento, das *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense* foram proferidas. Entre

estas a famosa *Causas da Decadência*, por Antero. Por ordem do Estado, o evento acaba de ser proibido. Já antes neste trabalho se discorreu sobre estas Conferências, sobre o papel de Antero e sobre *Causas da Decadência*. Vimos também, brevemente, os motivos que levaram ao encerramento, à proibição destas. Veremos agora como reagiu Herculano a esta proibição e, no âmbito dessa reação proferida, como este autor reage ao trabalho de Antero.

Sabemos bem que “o itinerário de Alexandre Herculano é marcado desde cedo por um voluntarismo interventivo à sombra das convicções que musculam o carácter de uma personalidade intrinsecamente moral” (Marques, 2013, p.147). Apesar de Herculano estar, nesta fase da sua vida, a viver numa espécie de *auto-exílio* em Vale de Lobos, afastado do centro político e desencantado pelo estado de coisas do país, o autor nunca deixou de observar tudo quanto se passava em Portugal e a sua personalidade não permitiu o seu silêncio face ao que considera ser uma injustiça e um atentado à liberdade de expressão – o silenciamento imposto a Antero e *aos seus*. Herculano cedo entendeu que a disseminação das ideias dos conferencistas do Casino não se limitaria àquele momento. E, de facto, a dinâmica ideológica das *Conferências* rapidamente se renovou e se espalhou. Face à proibição das *Conferências*, José Fontana, um dos organizadores, de quem já se falou neste estudo, escreve a Herculano, pedindo-lhe um parecer acerca da proibição pelo governo das mesmas.

Como não poderia deixar de ser, Herculano responde. Responde com a classe e eloquência, que não impede a “dureza”, que está apenas ao alcance de poucos, com uma enorme capacidade de encadear e justificar cada ideia passada para o papel. Sobre o texto de Herculano, diz-nos Marques (2013): “era uma longa e amadurecida exposição, com evidente relevância, sobre o denominado neocatolicismo ou vaticanismo, que o escritor recusava desdenhosamente aceitar, e as consequências políticas que se poderiam deduzir da interpretação e prática do artigo 6º da Carta Constitucional de 1826 que promulgara o catolicismo romano como a religião do estado. Incluída por sua escolha no primeiro tomo dos Opúsculos, saído em 1873, a resposta de Herculano consistia numa réplica provocatória de assinalável dureza, cuja publicidade não temia, deixando-a ao arbítrio do peticionário” (Marques, 2013, pp.151-152). Herculano não foge, nunca fugiu, a

polêmicas e não escreve para *agradar*, escreve, corajosamente, como sempre, por *imposição moral*. Que diferença entre este verdadeiro *senador* – cuja vida e obra Antero toma por exemplo, ainda que possa deste mestre tantas vezes divergir – e o *mestre*, calculista, da “escola do elogio mútuo”, Castilho.

Sob o título *A Supressão das Conferências do Casino*, Herculano escreve: “É pior que uma ilegalidade, porque é um despropósito; e na arte de governar, os despropósitos são às vezes piores que os atentados” (Herculano, 1900, p. 252). Esta é a premissa defendida: a proibição é um ato de censura desprovido de base legal, e Herculano argumentará a este respeito; a proibição releva uma extraordinária falta de inteligência, relevando-se completamente contraproducente aos desejos dos censores, uma vez contribuir para uma ainda maior popularização das ideias que se propõe silenciar.

Na sua carta, Herculano, que nunca deixou de afirmar o seu catolicismo e a sua defesa do liberalismo – ideologicamente distante de Antero e dos seus correligionários – defende, acima de tudo, a liberdade de pensamento e de expressão. Por isso escreve: “o seu amigo Anthero do Quental podia fazer dez, vinte, cem conferencias contra o catholicismo” (Herculano, 1900, p.264).

Como sabemos, e tal é visível neste texto, “Herculano nunca repudiou o Catolicismo, mas achou-se automaticamente fora do seio da igreja. E pela sua luta contra a interferência dos negócios eclesiásticos na esfera civil, contra a reintrodução das ordens religiosas, contra os Lazaristas e Jesuítas, e pela defesa do casamento civil, veio a tornar-se na sua época o mais influente crítico do clero reacionário de Portugal” (Saraiva & Lopes, 2005, p.721). A postura de Herculano, durante toda a sua vida, foi sempre anticlerical. Tanto na sua produção ficcional – em *Eurico, o Presbítero*, primeiro romance histórico português, por exemplo, como na não-ficcional, recordem-se os tempos da *Voz do Profeta* – a ideia do clero como entidade corrupta e, no limite, anti-católica, é uma constante. Esta posição difere, evidentemente da de Antero, conforme expressa em *Causas da Decadência*, em especial na crítica deste à instituição Igreja.

Posicionamento diverso se assinala quanto a ideias políticas e sociais. Em termos sintéticos, diremos que, tanto Herculano como Antero fazem o mesmo, ou muito semelhante, *diagnóstico* decadente do país e do *ser português*; revelam algumas

divergências quanto aos motivos, às causas, conducentes a esse estado; divergem quanto ao tratamento, à *cura*, da *doença* portuguesa. De um lado, Herculano, liberal, católico, anticlerical, progressista; do outro, Antero, socialista utópico, mutualista ou libertário, se quisermos, republicano, federalista, iberista.

As diferenças entre ambos, porém, não obstam a que Herculano reconheça no jovem Antero qualidade intelectual e moral. Vamos até mais longe e afirmamos: Herculano reconhecerá em Antero um pouco de si mesmo – a curiosidade do saber, a inteligência incomum, a militância, a retidão moral ou, textualmente: “clara intelligencia”, “autoridade moral”, “integridade de caracter” (Herculano, 1871, p.253). Antero é, para Herculano, um homem incomum. Diz-nos: “no seu caracter me parece descobrir uma d’estas índoles nobremente austeras que cada vez se vão tornando mais raras” (Herculano, 1871, p.252). Por outro lado, Herculano assinala a sua divergência de opinião. O autor é claro quando afirma uma “profunda divergência que ha entre as nossas opiniões” (Herculano, 1871, p.252), e, aponta um defeito ao trabalho de Antero, quando escreve: “revela o trabalho [...] as precipitações e os impetos proprios da idade de quem o delineou. Só os anos nos curam d’esse defeito” (Herculano, 1871, p.252). Herculano assinala a juventude de Antero como causa de “precipitações” e “ímpetos”... No capítulo anterior, vimos que uma das principais, talvez a principal, crítica apontada a Antero por Castilho era a sua juventude, a sua imaturidade. Agora, notamos palavras semelhantes, de Herculano. Serão estas críticas iguais? Não. Para Castilho, Antero e todos os *moços de Coimbra*, eram imaturos e por isso, a desconsiderar, a silenciar: é a postura daquele senhor de família antiga que ordena ao jovem que se cale, porque o direito a usar da palavra só assiste aos *adultos*. Herculano não critica de má-fé. Primeiro, porque se auto-inclui (“só os anos nos curam d’esse defeito”), pela utilização do pronome “nos”; segundo porque não identifica juventude com falta de inteligência, pelo contrário, nem apela ao silenciamento ou cancelamento, de Antero ou de qualquer um dos mais jovens da Geração de 70, pelo contrário, defende o seu absoluto direito a expressar, com a maior liberdade, toda e qualquer opinião, independentemente de com elas concordar ou não.

Em suma, parece-nos justo afirmar que, entre Herculano e Antero existe uma relação de respeito mútuo, de admiração.

3.3. Eça de Queirós

Nascido em 1845, três anos depois de Antero de Quental, na Póvoa de Varzim, Eça de Queirós é uma “figura capital do romance português” (Cal, 1997, p.886). Sobre este autor, Ana Piedade afirma: “Eça de Queirós, espírito incomensuravelmente inovador — pela insuperável obra romanesca que o tornou célebre e pelo menos valorizado mas nem por isso menos notável *pulsar ensaístico* da sua escrita —, foi o primeiro dos nossos escritores que antecipou ou, se se preferir, re-inventou a modernidade” (Piedade, 2009, p.132). Substituindo as palavras, diríamos nós *entre os primeiros*, ao invés de “o primeiro”, de modo a incluir nessa ideia de *modernidade*, por tudo o que já defendemos antes neste trabalho, pelo menos mais um nome, o de um querido amigo de Eça de Queirós: Antero de Quental. Assinalada esta nota, voltamos à mesma especialista, para concordar em absoluto com: “No espírito de Eça [...] perdura uma tendência obliquamente pedagógica e uma propensão lúdica que, não obstante algumas reservas suscitadas pela sua visionária lucidez, sustentam o pessimismo bem-humorado e tolerante que particularmente caracteriza o último Eça” (Piedade, 2009, p.137). Será este, em nossa opinião, o traço característico que nos permite afirmar Eça como realmente *moderno*: essa extraordinária lucidez lúdica, tantas vezes irónica, com que brinda os seus leitores. É a partir desse muito próprio ponto de vista que Eça analisa e expõe a sociedade que o rodeia. “Eça era mais analista social do que psicológico. E tirava portanto os seus melhores efeitos da descrição e caracterização incisiva de forma gerais de proceder” (Cal, 1997, p.888).

Para além de um renomado trabalho de ficção de grande qualidade, ao qual o passar do tempo não retira atualidade, enquanto ensaísta Eça não é menor. “A sua obra de ensaísta, epistológrafo e jornalista [...] é um panorama empolgante da complexa fenomenologia social, política, cultural, etc. da Europa da segunda metade da centúria passada. Eça era um filho típico do século XIX, melhor dito, da crise desse século, da fermentação e dissolução dos seus valores” (Cal, 1997, pp.889-890).

“Duas décadas após as Conferências, Antero punha fim à existência com o gesto trágico que é conhecido; e alguns anos depois do suicídio, em 1896, era publicado o **In**

memoriam, volume de homenagem em que não podia faltar a participação de Eça, através do texto de que aqui nos ocuparemos: ‘Um Gênio que era um Santo’” (Reis, 1996, p.36). Estamos na presença de um título muito especial. Vemos neste texto de Eça, antes de tudo, uma verdadeira e honesta declaração de amor, não tenhamos medo da palavra, uma dedicatória fraterna na qual o autor, com todo o engenho que o caracteriza, mas sem ironia, discorre sobre a vida e obra do seu amigo, Antero. Reis (1996), na sua análise ao texto que aqui abordamos, faz-nos notar alguns pontos preliminares que devem ser assinalados: primeiro, “cinco anos tinham passado, depois do suicídio de Antero, de modo que, quando Eça escreve esse texto, o amigo desaparecido tende a ser, de facto, cada vez mais uma recordação distante que a ‘memória ficcional’ teria que reconstruir” (Reis, 1996, p.36); segundo, “trata-se de uma homenagem *post-mortem*, motivada por uma amizade de 30 anos, consolidada em relações de solidariedade geracional, não impeditivas naturalmente de importantes divergências de opinião e comportamento” (Reis, 1996, p.36); terceiro, “Um Gênio que era um Santo’ é um texto claramente híbrido, do ponto de vista genológico” (Reis, 1996, p.37). Por outras palavras, *Um Gênio que era um Santo* é um trabalho de difícil classificação, ocupando um lugar na fronteira entre a não-ficção e a ficção. É um texto de homenagem a alguém que já não se encontra, pelo que apresenta um resumo, se assim podemos dizer, de toda uma vida, em especial do vivido entre ambos, enquanto autor e protagonista. Não é um texto biográfico construído através de uma observação em tempo-real e ao longo de anos, é um texto escrito após um considerável período de tempo, com recurso à memória do seu autor. Com estas notas em mente, passemos a *Um Gênio que era um Santo*.

“Em Antero de Quental, me foi dado a conhecer, neste mundo de pecado e de escuridade, alguém, filho querido de Deus, que muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito compreendeu, e que, simples entre os simples, pondo a sua vasta alma em curtos versos – era um Gênio e era um Santo” (Queirós, s/d). É desta forma que Eça termina o seu texto de homenagem a Antero. Como chega o autor a esta conclusão? A este Antero dual: Gênio e Santo?

O texto começa com a descrição de Eça da noite em que, em Coimbra, vê pela primeira vez Antero. Faz-se aqui o elogio do protagonista, marcado por um carisma quase

messiânico, que fazia de Antero “um bardo dos tempos novos, despertando almas, anunciando verdades” (Queirós, s/d). É esse Antero, quase mitológico, que Eça decide seguir: “também me sentei num degrau, quase aos pés de Antero que improvisava, a escutar, num enlevo, como um discípulo. E para sempre assim me conservei na vida” (Queirós, s/d). Eça não tem qualquer pejo em afirmar a sua condição de discípulo de Antero, condição que havia de se estender para além dos tempos de Coimbra, e que não seria nunca invalidada apesar de eventuais divergências filosóficas que surgiriam. De facto, estamos seguros ao afirmar que a relação entre Eça e Antero começa com a admiração do primeiro face ao último, evolui em seguida para uma relação de igualdade e partilha de ideias, e desemboca num íntimo diálogo que durou até ao final da vida de Antero.

Em Coimbra, Antero é “o Príncipe da Juventude. E com razão – porque ninguém resumia com mais brilho os defeitos e as qualidades daquela geração, rebelde a todo o ensino tradicional” (Queirós, s/d). São esses os tempos do despertar filosófico de uma nova geração que, em torno de Antero, se desenvolve. “E em cada estrela plantávamos uma tenda, onde dormíamos e sonhávamos um instante, para logo a erguer, galopar para outra clara estrela, porque éramos verdadeiramente, por natureza, ciganos do ideal” (Queirós, s/d). É em torno desta “entidade de recorte messiânico, buscando a justiça, a pureza e a bondade, com um vigor não isento de contradições” (Reis, 1996, p.41), que a Geração de 70 surge, que a amizade entre Eça e Antero desperta. Eça resume de forma muito simples o significado de Coimbra para esta sua Geração: “A universidade era, com efeito, uma grande escola de revolução: - e pela experiência da sua tirania aprenderíamos a detestar todos os tiranos a irmanar com todos os escravos” (Queirós, s/d). É neste contexto que Antero se destaca: “Antero resumiu, com desusado brilho, o tipo do académico revolucionário e racionalista: e daí começou a sua popularidade – e a sua lenda”, isto “porque já ele era, além da melhor ideia da Academia, o seu melhor verbo” (Queirós, s/d, p.9). Desta forma, nestas primeiras páginas do seu texto, o autor define claramente Antero como *líder* de uma geração, da *sua geração*. Subscrevemos por isso, aquilo que Reis (1996) afirma: “Antero é claramente um protagonista, no contexto de uma geração em emergência: a sua caracterização física, psicológica e cultural, os seus

comportamentos austeros, vigorosos e ríspidos, traduzindo uma indisfarçável superioridade em relação aos que o rodeiam, tudo contribui para afirmar e reforçar o aspecto mais destacado da sua personalidade: a autoridade moral que cauciona a sua liderança já então carismática” (Reis, 1996, p.39).

Nas páginas seguintes do texto, Eça levará, passo a passo, as suas memórias para fora de Coimbra, começando com a abordagem da *Questão Coimbrã*, que desde dessa cidade se estendeu a todo um país. Assinala o autor, a propósito de *Bom Senso e Bom Gosto*, que o “protesto de Antero foi portanto moral, não literário” (Queirós, s/d). Mais adiante reforça: “Mas sobretudo se impunha pela sua autoridade moral. Antero era então, como sempre foi, um refulgente espelho de sinceridade e rectidão” (Queirós, s/d). Acresce ainda uma outra qualidade destacada: “que dizer da sua bondade? Por um constante aperfeiçoamento, ela chegou, nos últimos tempos, a ser perfeita” (Queirós, s/d). Ao lermos estas palavras de Eça de Queirós, vem-nos à mente a maneira como Alexandre Herculano, vimo-lo no capítulo anterior, se referiu a Antero de Quental.

Ao longo do texto, Eça refere ainda a vida militante de Antero, a sua ligação ao movimento socialista, a sua atividade revolucionária. Identifica-o também como “o artista, o fidalgo, o filósofo” (Queirós, s/d), que em conjunto coexistiam em Antero. À medida que o texto progride, “Eça refugia-se [...], no domínio das considerações éticas, morais e políticas. E ao destacar em Antero a sua busca contínua de aperfeiçoamento humano, a generosidade sem limites, o idealismo extremo, o empenhamento cívico [...] Eça aproxima Antero da qualidade suprema e definitiva: a bondade que anuncia a santidade” (Reis, 1996, p.43). Veja-se por exemplo a seguinte passagem: “Em resumo, a lei moral do homem é o constante aperfeiçoamento e a progressiva santidade. De toda a filosofia de Antero (que sou bem incompetente para interpretar) só quero reter esta linha ética” (Queirós, s/d). Reforçando a ideia de santidade de Antero – progressiva santidade, feita pelo caminho do aperfeiçoamento pessoal, pela busca da justiça, pelo *bem*; santidade nascida do génio do protagonista – Eça escreve: “tão fortes qualidades morais fundidas numa graça tão cativante, modos tão suaves e amoráveis servindo de uma energia pensante, faziam de Antero de Quental uma personalidade magnificamente consoladora.” (Queirós, s/d)

Aqui está o *Antero de Eça de Queirós*: um amigo, um exemplo, um mestre.

Primeiras conclusões

“A mundividência anterioriana é, na verdade, significativa e paradigmática porque, oriunda de um aperfeiçoamento psicológico-moral, levado aos limites do possível, aclarou em termos que se diriam permanentes na conjectura cultural da nossa história contemporânea, o ser do ser-se português na Europa ou europeu em Portugal” (Serrão, 2002, p.218). Julgamos encontrar nestas palavras um resumo do quanto procurámos expor na primeira parte desta Dissertação.

Começámos por, no primeiro capítulo, contextualizar um pouco o próprio Antero de Quental e o seu tempo. Neste capítulo, colocamos em evidência aquilo que podemos chamar de *bases do pensamento anterioriano*, isto é, as suas, muitas, influências, de proveniências diversas. Assinalamos como de particular importância: a maneira como Antero olha o Primeiro Romantismo Português, em especial Alexandre Herculano; as ideias, da totalidade do romantismo europeu, que incorpora no seu pensamento.

No capítulo que se seguiu, procedemos à análise de três textos essenciais, a saber, *Odes Modernas*, *Bom Senso e Bom Gosto* e *Causas da Decadência*. Julgamos ser possível afirmar que análise destes trabalhos nos dá a conhecer o pensamento de Antero. *Odes Modernas* simboliza a introdução em Portugal da poesia revolucionária, ou melhor, *Odes Modernas* exemplifica, ilustra, o pensamento anterioriano quanto à “missão revolucionária da poesia”. É uma obra decisiva, que rompe com a estagnação ultra-romântica, retrógrada, contemporânea do nosso autor. É uma obra decisiva, porque é *moderna*. Essa *modernidade*, tão mal recebida pelos *arautos do passado*, fez estalar a maior polémica literária portuguesa, a famosa *Questão Coimbrã*. Em seguida, detivemo-nos em *Bom Senso e Bom Gosto*, carta-manifesto na qual Antero reafirma, agora de modo mais firme, quiçá mais duro, tudo quanto do seu pensamento acerca da missão do poeta e da poesia havia já explanado em *Odes Modernas*, em especial na Nota, posfácio à obra. Terminámos este capítulo com a leitura de *Causas da Decadência*, texto essencial para se entender Portugal, para entender o *ser português* segundo Antero, onde, de forma ainda mais clara do que nos textos anteriores, notamos em Antero de Quental uma real e urgente “preocupação por Portugal”.

No terceiro capítulo desta primeira parte, demos voz à crítica contemporânea do nosso autor. Escutámos a voz de Castilho – para quem Antero e as suas ideias novas eram uma ameaça –, a voz de Herculano – onde sentimos que o autor, não obstante diferenças ideológicas de monta, nutria por Antero grande estima, vendo nele, atrevemo-nos a dizer, um pouco de si mesmo, da sua militância, austeridade e elevação moral –, a voz de Eça – amigo de todas as horas, de todas as lutas, que o tinha por exemplo de *genialidade* e *santidade*.

Do estudo até agora empreendido, e não querendo repetir aquilo que antes, em cada uma das secções, já se disse, queremos reforçar uma certa dualidade representativa, que julgamos existir em Antero de Quental. Por um lado, o romântico: “chamaram-lhe santo, talvez devido à sua existência celibatária e sem outros compromissos que não fossem os ideais do espírito e a poesia. Foi, também, o emblema mais puro dessa geração que se ergueu quixotesicamente contra o moinho de vento da inércia portuguesa” (Júdice, 1997, p.23); por outro, o moderno: “o poeta moderno descobre e denuncia alienação total de um mundo cruel e desumano” (Rosa, 1986, p.27). Por outras palavras, em Antero coabitam o romântico, que, ao jeito de Herculano, se compromete totalmente com a missão atribuída por si a si mesmo, e o moderno, que observa criticamente a sociedade e que nela intervém por todas as vias que se lhe oferecem.

Em Barthes (1974), encontramos uma passagem que julgamos poder aplicar a Antero: “para escapar à alienação da sociedade presente, só existe um meio: **a fuga para a frente** – qualquer linguagem antiga fica imediatamente comprometida, e qualquer linguagem se torna antiga a partir do momento em que é repetida” (Barthes, 1974, p.83). A “fuga para a frente” anteriana, no entanto, não é mera simulação (não apliquemos o sentido primeiro, *prototípico*, da expressão francesa, que implica a fuga, por via de simulação, a um problema; antes, usemos um sentido segundo, metafórico, eliminando a noção de simulação, e entendamos fuga enquanto abandono total), é uma verdadeira fuga do passado, já que o horror ao passado e à sua repetitiva emulação, norteiam todo o pensamento anteriano, refletido na sua obra, em particular nos textos que aqui analisámos. Este é o caminho de Antero.

A obra de Antero é, de facto e por mérito próprio, um marco na história da literatura portuguesa. Não existe, por isso, obra de referência nacional, no campo da literatura e/ou da história, bem entendido, que não reserve páginas a Antero de Quental. A influência de Antero de Quental, e da Geração de 70 que liderou, nas gerações posteriores de escritores, oferece prova adicional da importância da sua obra. Apenas um exemplo: pensemos na geração de *Orpheu*, concretamente em Almada Negreiros. Note-se, a título de exemplo, o *Manifesto Anti-Dantas* de 1915 (publicado em 1916). O destinatário do violento manifesto de Almada não é apenas o poeta Júlio Dantas, mas tudo o que esse simbolizava e corporizava: uma estética ultrapassada e piegas, responsável pelo *ancoramento* português numa posição de atraso face à Europa. Ora, é Antero que em *Bom Senso e Bom Gosto* faz *jurisprudência*, usando linguagem jurídica, quanto ao uso deste tipo de crítica. Antero destina a sua carta-manifesto a Castilho, é certo, mas o destinatário(s), como antes tivemos oportunidade de deixar escrito, não se esgota em Castilho. A própria dureza da linguagem, a roçar o insulto, por vezes, típica do texto Manifesto, utilizada por Almada é remanescente da de Antero (se bem que este, por comparação, mais brando). Veja-se outro exemplo: “o sentimento-síntese do povo português é a saudade e a saudade é uma nostalgia mórbida dos temperamentos esgotados e doentes. [...] A saudade prejudica a raça tanto no sentido atávico porque é decadência, como pelo seu sentido adquirido define e estiola” (Negreiros, 2000, p.9). Estas palavras de Almada, inscritas no seu *Ultimatum Futurista*, de 1917, são, não temos dúvida, remanescentes do pensamento de Antero, especialmente visível em *Causas da Decadência*. A crítica, o diagnóstico do *ser português*, é convergente entre ambos escritores. Afirmamos decisivamente: Antero *apontou o caminho* a gerações futuras de escritores, entre estas à geração de *Orpheu*.

A capacidade de observação e análise de Antero de Quental fá-lo ser capaz de traçar um retrato de Portugal como poucos: um país inerte, preguiçoso e improdutivo. Fá-lo também ser capaz de identificar e caracterizar o *ser português*: cheio de um *orgulhosamente sós* fundado num passado já ido, acomodado, triste, cinzento e encontrando contentamento na repetição de modelos passados, desenquadrados da sociedade contemporânea e, pior ainda, modelos que impedem qualquer esperança de

progresso, de futuro. Antero quer esse futuro, por isso rompe e apela a que se rompa com o passado. Este é também um ponto de convergência com a geração de Orpheu, que posteriormente voltou a defender a total rutura com o passado, na esteira da Geração de 70, a geração de Antero. A “preocupação por Portugal”, fá-lo olhar para a Europa, enquanto símbolo de civilização e futuro, e deixar de olhar para o Portugal ultramarino do passado. A resposta está, para Antero, na Europa, nas novas ideias daí chegadas de comboio, como o socialismo, na esteira de Proudhon.

Feita esta síntese da Parte I deste estudo, a que chamamos “Conclusões preliminares”, passamos à Parte II, sob o título “Eduardo Lourenço e a leitura de Antero de Quental”. Terminemos esta parte citando Lourenço (2007a) – passagem encontrada no texto, de 1994, *Antero, Hegel e as causas da decadência*, que analisaremos adiante, e nesse momento comentaremos – deixando-a aqui em jeito de transição para a Parte II desta Dissertação: “ninguém, entre nós, pôs mais paixão no propósito de decifrar e ao mesmo tempo emendar o destino português do que Antero” (Lourenço, 2007a, p.118).

Parte II: Eduardo Lourenço e a leitura de Antero de Quental

1. O pensador em ação

Eduardo Lourenço nasce na pequena povoação de São Pedro de Rio Seco, parte do município de Almeida, distrito da Guarda, bem junto à fronteira com Espanha, no dia 23 de maio de 1923. Em 1932, vai viver para a Guarda de onde regressa no ano seguinte, concluindo o ensino primário na povoação que o viu nascer. Em 1934, volta novamente à cidade da Guarda, e em 1935 ingressa no Colégio Militar, onde permanecerá até 1940, ano em que é admitido na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Em 1941, é admitido na licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, concluindo o quarto ano da sua licenciatura quatro anos mais tarde. Em 1946, termina-a, com 18 valores, defendendo a tese *O idealismo absoluto de Hegel* ou *O segredo da dialética*. Após este período formativo, a que se segue o cumprimento do obrigatório serviço militar, Eduardo Lourenço lança-se brilhantemente numa carreira de ensino universitário que o levará além fronteiras. Passa por Bordéus, Hamburgo, Heidelberg, Montpellier, Bahia, Grenoble, Nice. Jubilando-se da carreira universitária em 1988, muda-se para Roma, no ano seguinte, para assumir funções de conselheiro cultural junto da embaixada portuguesa, cargo que ocupa até 1991. Em 1999, é nomeado para o cargo de administrador não executivo da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e em 2016 é nomeado Conselheiro de Estado pelo Presidente da República. A 1 de dezembro de 2021, morre em Lisboa aquele que é considerado uma das mais emblemáticas figuras do século XX português, deixando uma obra e um legado que certamente perpetuará o seu nome na história da nossa cultura.

Quanto à obra, a produção de Eduardo Lourenço denota um olhar abrangente e sempre atento ao presente – presente esse sempre informado pelo conhecimento primoroso do passado. Lourenço aborda de forma profunda as mais diversas áreas, com especial atenção à literatura mas sem esquecer a história, a arte ou os acontecimentos políticos. É assim uma obra singular, sempre orientada por uma argumentação original e personalista, resultando em mais de quarenta livros, um sem número de artigos, vários

prefácios, múltiplas críticas e resenhas variadas. É esta obra, trabalho de um homem de curioso e inquieto, que nunca parou, que faz de Eduardo Lourenço, na nossa opinião, partilhada por tantos outros, o expoente máximo do ensaísmo literário e cultural português. É por esta obra, tão rica e vasta que Eduardo Lourenço foi reconhecido com quatro Doutoramentos *Honoris Causa* e somou os mais variados e prestigiantes prémios nacionais e internacionais, bem como condecorações portuguesas e estrangeiras.

O que torna Eduardo Lourenço tão especial? “Eduardo Lourenço é um interrogador permanente. E se escolheu o ensaísmo como seu território por excelência, fê-lo por certo para manter sempre em aberto o ponto da sua reflexão” (Martins, 2009b, p.7). Uma singular curiosidade, para a qual a resposta será sempre a pergunta. O questionamento permanente conducente a uma reflexão contínua.

Devemos a Eduardo Lourenço um *título: pensador*. “O ensaísta foi um analista por todos reconhecido, conhecedor como ninguém dos principais autores e pensadores contemporâneos numa perspectiva original, uma vez que não se limitava às considerações eruditas, juntando-lhes sempre o senso comum e o sentir dos leitores” (Mota, 2020, p.2). Assim se define *pensador*, melhor, assim definimos *pensador em ação*, dinâmico, criativo e atento ao leitor. Eduardo Lourenço é, por isso, mais do que um ensaísta. “*Pensador*, no sentido plural que atribuímos a Eduardo Lourenço, tem como significado essencial a criação de uma obra que, baseada em pressupostos filosóficos originais, revoluciona o estado de coisas em que se encontram os estudos a que a sua investigação se dedica, ou seja, *pensador* é alguém cuja obra, fundamentada, rigorosa, revoluciona as teorias existentes, propondo sustentadamente *novas interpretações* para os mesmos factos sociais, desvelando assim *novos horizontes culturais* e *novas perspectivas hermenêuticas* nunca até então pensados” (Real, 2003, p.11). Eduardo Lourenço pensa o *novo*, o *original* e fá-lo sempre de forma fundamentada e rigorosa. É por isso que “o ensaio de Eduardo Lourenço revela um pensamento cintilante. [...] É a própria ideia que brilha com fulgor e nem folhagem se lhe vislumbra. As ideias, sim, essas enrolam-se e desenrolam-se, encadeiam-se umas nas outras, formando um labirinto onde o fio de Ariadne está sempre iluminado e por isso visível” (Almeida, 2009, p.114). Esta consideração de Almeida, com a qual concordamos totalmente, é também expressa por Barrento (2009), utilizando outra

fraseologia: “Alimentando-se mais de paixões do que de regras, ele desenvolve-se, em última análise, em espirais de pensamento e de escrita que lhe permitem, quer dar a ver o não visto, quer sugerir o não-dito através do entre-dito e do interdito” (Barrento, 2009, p.187). A escrita de Eduardo Lourenço, expressão do seu pensamento *interrogativo* é, por tudo isto, sempre viva: fala ao leitor, é mais paixão do que regra *per se*, sem que isso implique qualquer falta de rigor. É uma escrita que vive do “engajamento do coração no cérebro. Ou vice-versa” (Almeida, 2009, p.115). Estamos face a um discurso ensaístico que se reveste de um estilo peculiar, sempre interpelador, proponente, aberto, reflexivo e capaz de provocar reflexão. Há uma constante preocupação com o tentar possibilidades interpretativas antes não exploradas, ensaiar vias alternativas que não cessam de surpreender a cada passo.

No conjunto da obra lourenciana notamos uma constante: a “preocupação por Portugal”, ou a reflexão em torno do *ser português*, isto é, a interpretação das linhas de força da identidade portuguesa. “A Lourenço devemos além disso uma rara capacidade de cuidar da ideia de comunidade, reforçando sempre o nosso conjunto como nação, elucidando a experiência de bem comum que é um país, indicando a cartografia mental e espiritual sem a qual não se entende a geográfica nem nenhuma outra” (Mendonça, 2020, p.3).

Para esta missão, para esta “cartografia”, Lourenço escolhe o texto literário como principal material de trabalho. Evidentemente, esta escolha, esta seleção, nada tem de casual, tal como bem afirma Piedade (2001), quando nos diz: “Assim, o facto de a literatura representar um prisma hermenêutico axial através do qual a cultura é apreciada e avaliada não pode senão representar uma escolha inteiramente deliberada e assumida” (Piedade, 2001, p.344). A escolha de Lourenço assenta na premissa, partilhada por nós, de que a literatura aprecia de forma distinta a cultura. Assim, trabalhar a identidade coletiva, nacional, enquanto fenómeno cultural, é um empreendimento que encontrará boas bases na literatura. Consequentemente, refletir sobre a identidade portuguesa encontrará base na literatura portuguesa – e são muitos os autores trabalhados, *pensados*, por Eduardo Lourenço. Na sua obra encontramos com Camões, com Herculano, com Antero, com Eça, com Pessoa, só para citar alguns entre

muitos. Entre estes, para a realização desta Dissertação, interessa-nos o encontro de Lourenço com Antero, encontro esse que se desdobra no nosso encontro (insistimos no termo, no sentido de reunião, ligação) com Antero a partir da perspectiva de Eduardo Lourenço.

Conforme a Parte II deste trabalho procurará demonstrar, Lourenço é, não só um excelente *leitor* de Antero, no sentido de o conhecer a fundo e de o dar a conhecer ao seu leitor, mas também seu *herdeiro*, partilhando muito do seu ideário. Afirma também esta ideia Martins (2009a), quando escreve: “A primeira nota é para dizer que prefiro a ideia de considerar Eduardo Lourenço herdeiro da Geração de 70, em lugar da de discípulo. E herdeiro, uma vez que, claramente, ao longo do seu percurso, Eduardo Lourenço vai beber, antes de mais em Antero de Quental a reflexão fundamental sobre a sua inserção na nossa identidade e sobre o desenvolvimento dessa mesma identidade” (Martins, 2009a, p.32). Esta premissa é também nossa – acreditamos que o pensamento de Eduardo Lourenço quanto ao *ser português*, encontra no pensamento anterior o seu alicerce, pelo menos em boa parte. É Lourenço que nos diz: “Um crítico não é nunca outra coisa que o leitor – mesmo o crítico dos seus próprios poemas – de um verbo genial ou pela genialidade tocado. O crítico que se não ilude sobre a natureza dos seus poderes, é antes de tudo o que distinguiu, e em seguida compreendeu e integrou no horizonte que lhe convinha, ‘a luz nova’ que o génio representa. Em suma, e apenas, aquele que foi descoberto e aberto por ela, e cujo dever, daí em diante, será o de a comunicar, de ser seu apóstolo, sem jamais esquecer a distância que dela o separa” (Lourenço, 2003, p.20). Acreditamos que Lourenço toma o pensamento anterior como “luz nova” e toma como sua a missão de a “comunicar”, fazendo-o de modo brilhante.

Outro ponto de contacto, não menos relevante, entre Antero e Lourenço será político: “Afirmando-se decididamente socialista e inserindo-se, de certo modo, na linha que vem de Antero, Oliveira Martins, Proença e Sérgio, na medida em que o novo socialismo que propõe é declaradamente não-marxista” (Teixeira, 2009, p.263). Essa linha de pensamento político, essencial à obra de Antero, tal como já deixámos expresso na Parte I deste trabalho, é também uma linha de leitura a ter em conta na análise da obra

de Eduardo Lourenço, em especial na análise da leitura lourenciana de Antero, tema sobre o qual nos debruçaremos nesta Parte II que agora se inicia.

Em jeito de resumo, acompanhamos Real (2003), quando escreve que Eduardo Lourenço “*subverteu* ou, se o termo parecer excessivamente forte, reviu duas vertentes da história da cultura portuguesa cujos resultados, nascidos das suas propostas, ainda hoje são motivo de polémica: 1) revisão da história da literatura portuguesa do século XX, alterando radicalmente a perspetiva porque esta era considerada; 2) revisão da historiografia cultural portuguesa dos séculos XIX e XX, tanto na análise das representações míticas porque se tem consubstanciado a identidade portuguesa, quanto na das relações históricas entre Portugal e a Europa” (Real, 2003, p.12). É este Eduardo Lourenço *subversivo* na sua leitura de Antero, que acompanharemos nesta segunda parte da nossa Dissertação. Seguimos em busca da interpelação anterioriana de Portugal, segundo Eduardo Lourenço. Vamos à descoberta do *ser português* e da “preocupação por Portugal”.

2. Antero, a interpelação anterioriana de Portugal, o *ser português* e a “preocupação por Portugal”, segundo Eduardo Lourenço

2.1. *Europa ou o Diálogo que nos falta* (1949)

Estamos em 1949, ano em que Eduardo Lourenço, com uma bolsa de estágio da Fundação Fullbright, parte para a cidade francesa de Bordéus, onde conhecerá a sua futura mulher. Permanecerá na Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus entre novembro de 1949 e junho de 1950.

Europa ou o Diálogo que nos falta é um texto da maior importância para compreender o pensamento de Eduardo Lourenço, em especial nesta fase da sua vida – ainda jovem, num Portugal oprimido por uma ditadura que ainda haveria de muito durar. Não sendo um trabalho escrito especificamente sobre Antero de Quental, Eduardo Lourenço nomeia-o por três vezes no texto. Tal talvez não pareça razão suficiente para nos debruçarmos sobre este trabalho, mas olhemos para o primeiro parágrafo, para a primeira frase, de Eduardo Lourenço: “O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular” (Lourenço, 1987, p.7). Tal como antes já deixámos escrito, no capítulo anterior, Lourenço é *herdeiro* de Antero e não é possível lermos esta frase sua sem pensarmos de imediato em *Causas da Decadência*, texto de Antero de Quental sobre o qual refletimos na primeira parte desta Dissertação. Ao lermos esta frase pressentimos de imediato estar na presença de um texto com evidentes ecos do pensamento anterioriano.

A justificação para essa “existência crepuscular” é-nos dada, de forma imediata, por Lourenço, que nos diz: “Passando à margem dos três decisivos acontecimentos espirituais da idade moderna – a cisão religiosa das reformas, a criação da físico-matemática e a filosofia cartesiana –, a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e prometedor, para conservar apenas o comentarismo ruminante e estéril do qual aliás jamais se libertara completamente, mesmo nas suas horas mais felizes” (Lourenço, 1987, p.7). Olhemos agora para o que nos diz Antero: “a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX; apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto

mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhamos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade” (Quental, 1871, p.3). Esta muito rápida comparação leva-nos a concluir que o pensamento de Lourenço sobre Portugal encontra evidente base no pensamento anterior. Antero chama “abatimento e insignificância” ao que Lourenço chama de “existência crepuscular”; Lourenço escreve “vivo e prometedora”, ao falar dos nossos séculos XV e XVI, Antero afirma-os como de “grandeza”, “importância” e “originalidade”. Depois destes séculos, ambos autores concordam, Portugal, a cultura portuguesa, entrou em decadência. Sendo cultura “a produção de coisas valiosas e de valores” (Lourenço, 1987, p.8), escreve Lourenço, Portugal, em relação à Europa para lá dos Pirenéus, encontra-se ausente da “colectividade da autêntica cultura” (Lourenço, 1987, p.8). Esta ausência, fundada na ausência de diálogo com a Europa, tal como o título deste ensaio indica, coloca Portugal numa posição de marginalidade.

Encontramos a primeira referência a Antero de Quental ao ver o seu nome colocado numa lista de autores que Lourenço afirma como as exceções à banalidade cultural nacional: Verney, Herculano, Oliveira Martins, Antero, Gama Barros, Raul Proença (Lourenço, 1987, p.9). Estes não constituem “a expressão da cultura portuguesa, mas a excepção da cultura portuguesa” (Lourenço, 1987, p.9). Um pouco mais à frente, ainda sobre Antero, Lourenço menciona o seu “idealismo desesperado” (Lourenço, 1987, p.9). Antero está então colocado num restrito grupo que escapa a esta descrição feita por Lourenço: “Incapazes dum esforço teórico contínuo, por uma série de contingências históricas que foram tomando o aspecto de fatalidades, afloramos apenas a epiderme da cultura. Preocupados com a exterioridade que parece convir às necessidades da acção imediata e incoerente, quando nos apercebemos dos grandes movimentos do espírito europeu, arremedamo-los de longe, sem lhes comunicar nada de valioso autenticamente nosso” (Lourenço, 1987, p.10). Ao colocar Antero fora deste grupo, percebemos que, para Lourenço, Antero foi capaz de perceber os “grandes movimentos do espírito europeu”, foi capaz de com eles dialogar.

“A primeira e fundamental das exigências do espírito europeu é a liberdade” (Lourenço, 1987, p.12). Também esta frase nos faz pensar em Antero de Quental, nos faz pensar sobre aquilo que Antero nos deixou escrito, em 1865, tanto em *Odes Modernas*, em especial na Nota, posfácio, à obra, como em *Bom Senso e Bom Gosto*. A *essencialidade da liberdade* é então mais um ponto de convergência entre os pensamentos anteriano e lourenciano, tal como a ideia de Europa enquanto bastião dessa liberdade, do progresso, da filosofia, da cultura, do futuro.

O que precisa Portugal para abandonar a sua “existência crepuscular”? De forma sintética, diríamos duas coisas: ruptura com o passado; diálogo com a Europa. Tal como Antero defendeu no seu tempo, conforme deixámos escrito na Parte I deste trabalho, Lourenço escreve: “somos obrigados a recusar todas as formas míticas da alienação humana – religião, filosofia, ciência, literatura, poder, dinheiro – que não estejam ordenadas em função dos interesses fundamentais de cada homem, o primeiro dos quais é o da realização de um destino pessoal sem prejuízo de idêntica exigência da parte de todos os outros homens” (Lourenço, 1987, p.14). Este é o caminho: o caminho do aperfeiçoamento pessoal, face ao progresso, voltado para a Europa, participante da civilização, da verdadeira cultura. Este caminho é também aquele que Antero de Quental já havia apontado, em 1865, ao defender o rompimento com o passado, identificado com aquilo que Lourenço descreve como “formas míticas da alienação humana”. Termina Lourenço, voltando a ecoar *Causas da Decadência* – lembramos a passagem em que Antero afirma, com razão, que, a partir do século XVII, Portugal deixara de ser contado entre as nações europeias –, dizendo: “se quisermos ascender ao nível daquilo que a consciência histórica pede hoje a cada homem desperto, é na Europa que temos de permanecer. É do seu diálogo que temos de comunicar” (Lourenço, 1987, p.17).

2.2. *Le destin – Antero de Quental (1971)*

Estamos em 1971. Eduardo Lourenço vive em França. Depois de ter lecionado em Bordéus, Heidelberg, Hamburgo, Montpellier, Bahia, Grenoble, Vence, o nosso pensador está agora em Nice, onde permanecerá até à sua jubilação. O texto com que agora nos deparamos é escutado pela primeira vez em 1971, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, em Paris, no âmbito do ciclo comemorativo do centenário da Geração de 70. Em 1983, a comunicação é fixada em texto e publicada na obra *Poesia e Metafísica – Camões, Antero, Pessoa*. Finalmente, em 2007, este trabalho é escolhido para integrar o volume *Antero ou a Noite Intacta*, uma coleção de textos de Eduardo Lourenço devotados à leitura de Antero de Quental.

Começamos por assinalar o subtítulo escolhido por Eduardo Lourenço para esta sua comunicação: “Poésie – Révolution – Sainteté” (Lourenço, 2007a, p.15). A escolha deste subtítulo deixa antever, de imediato, uma admiração por Antero, que se confirmará, nunca sendo escondida por Eduardo Lourenço. A *santidade* faz-nos pensar de imediato no título de Eça de Queirós, *Um Génio que era um Santo*”, analisado por nós na Parte I desta Dissertação. De facto, este texto de Lourenço entrecruza-se com o trabalho de Eça, vez após vez, sendo também ele uma homenagem a Antero, desde o seu começo até à sua conclusão, com as seguintes palavras: “É a face inolvidável do estudante de olhos azuis e barba ruiva, a do *Príncipe da Juventude* que, há cem anos, ousou sonhar o mais belo sonho que alguma vez floresceu no céu do nosso País”⁷ (Lourenço, 2007a, p.46).

O objetivo desta comunicação de Lourenço é dar a conhecer Antero – esse homem inesquecível e carismático, que ousou sonhar – ao público. É portanto muito oportuno analisarmos este texto, no qual Lourenço nos dá a ler o *seu* Antero. Eduardo Lourenço trata aqui do *destino* de Antero. Acreditamos que por *destino* devemos entender uma dupla significação: o *destino* enquanto vida do autor, pautada por uma

⁷ Tradução nossa da seguinte passagem: “C’est le visage inoubliable de l’étudiant aux yeux bleus et à la barbe rousse, celui du *Prince de la Jeunesse* qui, il y a cent ans, osa rêver le plus beau rêve qui ait jamais éclos dans de ciel de notre Pays”.

intensa atividade, grande dinamismo, que termina de forma trágica, em suicídio; o *destino* enquanto objetivo, se assim podemos dizer, da obra: a defesa intransigente da rutura com o passado, a escolha de modelos filosóficos, a ideia de missão da poesia e do poeta – tudo quanto faz de Antero moderno e revolucionário.

Que Antero lê, e nos dá a ler, aqui, Lourenço? Temos alguma resposta na seguinte passagem: “jovem herói da juventude académica do seu tempo, o polemista ardente no qual toda uma geração incontornável de futuros romancistas, historiadores da literatura, sociólogos, políticos, historiadores e poetas se reconheceu”⁸ (Lourenço, 2007a, p.19). Posto isto, há portanto um *antes* e um *depois* de Antero, o que o eleva a uma condição especial, quase de herói – ou de génio e santo, tal como Eça o descreve. Para se entender Antero, defende Lourenço, há que entender o que é a literatura para o poeta de *Odes Modernas*. Diz-nos Lourenço, sem dúvida ecoando o próprio Antero das *Odes Modernas* (da Nota) e de *Bom Senso e Bom Gosto*: “Para Antero, ‘Literatura’ é uma palavra viva pela presença de um profundo pensamento sobre a História e a Vida, uma palavra inserida na trama da Ideia, ou um lugar de manifestação dessa Ideia”⁹ (Lourenço, 2007a, p.19). Antero apresenta assim uma literatura nova, original, moderna. “Assim, foi a visão clara de uma nova *palavra criadora* – poesia como voz da Revolução e Revolução como realização *poética* da humanidade – que instaurou na história da nossa consciência uma verdadeira *rutura*”¹⁰ (Lourenço, 2007a, p.20). Encontramos nestas breves palavras um breve e belo resumo do *objetivo, destino*, da obra anterior, que julgamos ir ao encontro do que já ficou dito na Parte I deste trabalho.

Sobre o *destino*, leia-se vida, de Antero, Lourenço sublinha que “é um dos traços do nosso grande espírito que melhor conhecemos. Quase demasiado e, sobretudo, um conhecimento doentio, fixado até à náusea nos inúmeros relatos de uma vida cedo

⁸ Tradução nossa da seguinte passagem: "Jeune héros de la jeunesse scolaire de son temps, du polémiste ardent dans lequel toute une génération non négligeable de futurs romanciers, historiens de la littérature, sociologues, politiciens, historiens, poètes, s'est reconnue".

⁹ Tradução nossa da seguinte passagem: "Pour Antero, la 'Littérature' est une parole vivante par la présence d'une pensée profonde de l'Histoire et de la Vie, parole insérée dans la trame de l'Ideia, ou lieu d'apparition de cette Idée".

¹⁰ Tradução nossa da seguinte passagem: "Pourtant, ce fut la claire vision d'une nouvelle *parole créatrice* – poésie comme *voix* de la Révolution et Révolution comme accomplissement *poétique* d'humanité – qui instaure dans l'histoire de notre conscience une véritable *coupure*".

prisioneira da neurose”¹¹ (Lourenço, 2007a, p.22). Absolutamente verdadeira esta afirmação. Há uma *fixação* na vida, em especial na morte, de Antero, um foco demasiado pesado sobre “a demasiado célebre *contradição* de Antero – essa combinação insólita de Idealismo militante e de Pessimismo que o caracteriza – remete para a oposição entre um corpo doente e uma razão conquistadora”¹² (Lourenço, 2007a, p.22). A tragédia anterior, leia-se os problemas mentais que o afligiram e o seu suicídio, não raro obscurecem o conhecimento do legado que Antero nos deixou, esse sim da maior relevância. De qualquer modo, e tal como afirma Lourenço, é tanto pela obra como pela vida que podemos dar a Antero o *tríplice título* de Poeta, Pensador e Místico revolucionário (Lourenço, 2007a, p.27).

Na leitura da obra de Antero, Lourenço confirma-nos o que já antes afirmámos, quanto a influências. Diz-nos: “Ainda criança, ao escutar a leitura do poema Deus, do grande historiador e poeta romântico Alexandre Herculano, Antero terá recebido aquilo a que o próprio chamou, mais tarde, de *batismo dos poetas*”¹³ (Lourenço, 2007a, p.29). Não nos cansámos de afirmar anteriormente a crença de que o Primeiro Romantismo, em especial Herculano, são a base sobre a qual Antero contruirá o seu pensamento, que resulta na sua obra. Sobre esta base, Antero coloca “os verdadeiros Mestres”, a saber, “Hegel, Michelet, Proudhon, especialmente os dois últimos”¹⁴ (Lourenço, 2007a, p.31). Já antes tínhamos visto que o próprio Antero afirma estes (não apenas estes) como mestres, ou pelo menos como influências decisivas no seu pensamento. Fazemos notar, nesta leitura de Lourenço, o menor relevo dado à influência de Hegel no pensamento anterior, assunto que Lourenço abordará novamente em outros ensaios que leremos adiante.

¹¹ Tradução nossa da seguinte passagem: “Est une des viés de nos grands esprits que nous connaissons le mieux. Presque trop et, surtout, d’une connaissance malsaine, fixée jusqu’à la nausée sur les innombrables variations d’une vie têt prisionnière de la névrose”.

¹² Tradução nossa da seguinte passagem: “La trop célèbre *contraction* d’Antero – ce mélange insolite d’Idéalism militante et de Pessimisme qui le caractérise – en la renvoyant à l’opposition d’un corps malade et d’une raison conquérante”.

¹³ Tradução nossa da seguinte passagem: “Encore enfant, en écoutant la lecture du poème Dieu, du grand historien et poète romantique Alexandre Herculano, Antero aurait reçu ce que lui-même, plus tard, appela le *baptême des poètes*”.

¹⁴ Tradução nossa das seguintes passagens: “Les vrai Maitres”; “Hegel, Michelet, Proudhon, les deux derniers surtout”.

Sobre a obra anterior, Lourenço escreve: “Obra breve; dois livros de poemas, as *Odes Modernas* e os *Sonetos*, um certo número de ensaios e reflexões de ordem história, literária e, sobretudo, filosófica. Coisa breve, mas essencial para nós. Da sua prosa se disse que introduziu em Portugal a grande *prosa das ideias*”¹⁵ (Lourenço, 2007a, p.34). Obra breve mas da maior importância! Como nenhum outro antes dele, Antero faz aparecer na nossa literatura o pensamento europeu, pensando-o, amalgamando-o em si mesmo e criando um pensamento original, preocupado com Portugal e em busca do progresso. Sobre a prosa anterior, Lourenço destaca dois trabalhos essenciais: *Causas da Decadência*, que lhe valeu uma celebridade precoce, e *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX* (trabalho sobre o qual não nos debruçamos antes nesta Dissertação por não fazer parte do nosso *corpus* de estudo, mas que mais adiante abordaremos de passo), último escrito de Antero, que Lourenço afirma como “mais construtivo”, no âmbito da obra, em prosa, anterior (Lourenço, 2007a, p.36). Sobre a poesia de Antero, informa-nos Lourenço que os seus poemas “são o túmulo de um homem vivo, incessantemente atormentado entre a necessidade de encontrar sentido no Universo, na Vida, na História, na Sociedade, nos outros e em si mesmo, e o sentimento do absurdo da existência como um todo”¹⁶ (Lourenço, 2007a, pp.39-40). Que belo resumo nos dá Lourenço sobre a poesia de Antero. São estes os grandes temas de Antero – verificámo-lo já na nossa análise de *Odes Modernas* e poderíamos seguramente verificá-lo caso a nossa opção tivesse recaído na análise de *Sonetos*.

¹⁵ Tradução nossa da seguinte passagem: “Oeuvre courte; deux livres de poèmes, les *Odes Modernas* et les *Sonnets*, un certain nombre d’essais ou des réflexions d’ordre historique, littéraire et, surtout, philosophique. Peu de chose, mais essentiel pour nous. On a dit de sa prose qu’elle a introduit au Portugal la grande *prose d’idées*”.

¹⁶ Tradução nossa da seguinte passagem: “Sont le tombeau d’un homme vivant, tiraillé sans cesse entre le besoin de retrouver en sens à l’Univers, à la Vie, à l’Histoire, à la Société, aux autres et à lui-même et le sentiment de l’absurdité de l’existence tout entière”.

2.3. *Da literatura como interpelação de Portugal* (1975)

Menos de um ano após o 25 de abril de 1974, Eduardo Lourenço apresenta esta conferência na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no âmbito do curso sobre Modernismo, organizado pela Universidade Nova de Lisboa. Tendo em conta este enquadramento, não é de espantar que Fernando Pessoa ocupe lugar central neste trabalho. Todavia, a leitura desta comunicação de Eduardo Lourenço é da maior pertinência para o nosso trabalho. O autor menciona Antero mais de 10 vezes neste texto, e refere-se à Geração de 70, da qual Antero é elemento central, ainda mais vezes no mesmo. Tal não deverá surpreender, ainda mais atendendo ao subtítulo, entre parêntesis, escolhido por Lourenço, nota com que o autor enquadra a conferência em causa: “De Garrett a Fernando Pessoa” (Lourenço, 2007b, p.80). Entre estes dois grandes nomes – o primeiro que inaugura o Primeiro Romantismo; o último que abre o Modernismo – estarão outros grandes, entre os quais Antero. Não obstante o grande interesse deste texto, no que concerne à história da literatura, ou melhor, à problematização da história de todo este rico período literário, importa ao nosso trabalho apenas o que concerne a Antero de Quental, pelo que nos vamos ater ao que sobre ele nos informa Lourenço.

Encontramos pela primeira vez Antero na seguinte passagem: “Este sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria durante todo o século XIX, a consciência de uma permanente ameaça, atingiram proporções que hoje nos parecem *absurdas*, descabeladas [...] Nesta *estrutura de pânico* anímico se inscrevem autores tão diversos como Garrett, Herculano, Antero, Eça, Oliveira Martins” (Lourenço, 2007b, p.87), entre outros, posteriores. Possuidor desta “consciência”, Antero desenvolve um pensamento que demonstra a sua “preocupação por Portugal”, preocupação essa que assenta num diagnóstico do *ser português* que chocaria muitos, tal como vimos na Parte I deste trabalho. Veja-se o que escreve Lourenço sobre a Geração de 70, da qual Antero é elemento central, como sabemos: “Com a célebre Geração [...] o estatuto de *desconfiança* ou até de suspeita em relação à nossa realidade nacional enquanto *existência valiosa* atingiu de súbito uma pressão paroxística – e já veremos – paradoxal”

(Lourenço, 2007b, pp.89-90). Factualmente, não foram os *moços de Coimbra* os primeiros a problematizar a decadência portuguesa, o atraso do país face às nações europeias – os homens do Primeiro Romantismo, Garrett, e especialmente Herculano, já o haviam feito – mas terão sido eles a fazê-lo de modo mais *assertivo, violento* até. Sendo certo que Antero começa a traçar o retrato do atraso nacional a partir de, pelo menos, 1865, a partir de *Odes Modernas* e *Bom Senso e Bom Gosto*, concordamos com Lourenço que aponta as *Conferências do Casino*, que antes mencionámos, tendo analisado com maior detalhe a conferência proferida por Antero nesse âmbito, *Causas da Decadência*, como momento definidor dessa crítica social. Escreve Lourenço: “Nas famigeradas ‘Conferências do Casino’ e no que delas se seguirá, não é apenas a mera realidade *histórico-política* de Portugal que vai ser questionada ou quem questiona os actores das Conferências: é a *totalidade do seu ser histórico-cultural*” (Lourenço, 2007b, p.90). Consequentemente, continua Lourenço, “raramente uma Geração terá implicado o *seu* país num processo tão implacável, tão cruel, como a dos homens das ‘Conferências do Casino’” (Lourenço, 2007b, p.91). Entre estes homens, Antero ocupa papel central, recebendo de Lourenço o título de “a figura mítica da Geração” (Lourenço, 2007b, p.92), ele que foi o principal animador das Conferências do Casino, com a sua *Causas da Decadência*, texto em que, tal como antes já mencionámos, aponta as causas do atraso pátrio e as soluções para deste sair, a saber, essencialmente, o caminho do socialismo utópico, rompendo com o passado, com os olhos no futuro, na Europa, no caminho do progresso. “A Geração de 70 tentou desentranhar do Portugal quotidiano, mesquinho e decepcionante, *um outro*, sob ele soterrado, à espera de oportunidade de irromper à luz do sol” (Lourenço, 2007b, p.93).

Ainda sobre Antero, atentemos nas seguintes palavras: “Antero é a primeira consciência portuguesa separada de si mesma, irredutivelmente duas. A dualidade *sentimental* ou *psicológica* [...] não existia ainda sob a forma *metafísica* e *vivencial* que Antero lhe conferirá” (Lourenço, 2007b, p.93). Desta afirmação retemos: a indissociabilidade entre a consciência de Antero e a sua inovadora forma de dualidade “*metafísica e vivencial*” que, por sua vez, marca decisivamente o modo como o autor de *Causas da Decadência* avalia, analisa e escreve sobre Portugal. Sobre esta “dualidade”,

tantas vezes mencionada, atentemos nas seguintes passagens: “Há uma correspondência entre a forma como ele concebe e vive a *ruptura* com a realidade pátria e o seu célebre dualismo” (Lourenço, 2007b, p.93); “Antero não tem pátria, mesmo como passado glorioso – como Garrett ou Herculano – só a tem como futuro” (Lourenço, 2007b, p.94). Talvez resida aqui o que de mais novo Antero nos traz: a ideia de que só o futuro importa, ideia essa que Antero vive ele mesmo. A Geração de 70, com Antero no centro, é realmente marcante. Há realmente um *antes de Antero* e um *depois de Antero*. Mais adiante, atestando esta afirmação, Lourenço escreve: “O *ser* e o *destino* de Portugal como horizonte de aventura literária converter-se-iam nos finais do século em autêntica *obsessão*. Mas sob a forma neo-garrettiana, o tema perde o seu carácter dramático e profundo, o seu aspecto ideológico significativo de consciencialização global que a interpelação do destino português assumira sob as plumas de Antero, Eça, Oliveira Martins, empenhados de facto em descobrir o nosso rosto, a cor da nossa aventura no conjunto da história, no grande espelho (acaso imaginário mas grandioso) da civilização” (Lourenço, 2007b, p.98). Será justo dizer, assim, que Antero (e a Geração de 70) confronta Portugal, interpela-o, desafia o país ao mesmo tempo que se desafia a si mesmo, pensa o *ser português*, problematiza-o, resolve-o (ou sugere solução).

2.4. *Psicanálise mítica do destino português (1977-1978)*

Escrito entre Portugal e França, durante um período de cerca de nove meses, *Psicanálise mítica do destino português* é um dos mais extraordinários textos de Eduardo Lourenço – o nosso preferido (tarefa difícil), se tivéssemos de eleger um. Entre os ensaios que compõem a obra *Labirinto da Saudade*, por tantos considerado a obra-prima de Eduardo Lourenço, a importância de *Psicanálise mítica do destino português* é imediatamente atestada pelo facto deste título ser escolhido para subtitar a própria obra. Entre a afirmação inicial – “a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses fazem de si mesmos” (Lourenço, 2007c, p.23) – até à pergunta final – “Para quando a nova viagem para esse outro desconhecido que somos nós mesmos e Portugal connosco?” (Lourenço, 2007c, p.66) – deparamo-nos com um trabalho brilhante, escrito já em plena democracia, no qual o seu autor reflete sobre a identidade nacional, sobre o *ser português*, e sobre a auto-imagem portuguesa. Pela importância deste texto, tão revelador do pensamento lourenciano, que julgamos poder afirmar, já o fizemos também antes, como herdeiro, em boa parte, da Geração de 70 e de Antero, não poderíamos deixar de o abordar. Fazemo-lo em busca da contribuição anterior para o pensamento de Lourenço.

A proposta de Lourenço fica patente nas seguintes palavras: “O que é necessário é uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global, um exame sem complacências que nos devolva ao nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o nosso rosto verdadeiro” (Lourenço, 2007c, p.24). Pelo que até aqui já deixámos escrito, parece-nos correto afirmar este objetivo como sendo convergente com o de Antero – esta ideia de “exame sem complacências”. Segue depois Lourenço descrevendo o *ser português*. Vejamos algumas passagens, e façamo-lo pensando naquilo que já conhecemos e assinalámos como relevante do pensamento anterior sobre a matéria, nomeadamente aquando da nossa análise de *Causas da Decadência*.

“A mistura fascinante de fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de ‘inconsciência alegre’ e negro presságio, que constitui o fundo

português, está ligada a esse *acto sem história* que é para tudo quanto nasce o tempo do seu nascimento” (Lourenço, 2007c, pp.24-25); “Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade [...], misteriosamente nos corrói como raiz que é a relação *irrealista* que mantemos connosco mesmos” (Lourenço, 2007c, p.25); “Tornou-se então claro que a consciência [...], a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, *era o termos sido*. E dessa ex-vida são *Os Lusíadas* a prova do fogo” (Lourenço, 2007c, p.28). Destas três breves passagens, retiramos o seguinte: Portugal é um país que procura o futuro no passado, numa “ex-vida” que para mais é irreal. Essa irrealidade alimenta o ser português, ser bipolar, desequilibrado, alternando entre extremos comportamentais e estados de espíritos opostos. O problema de Portugal? O estar amarrado a um “termos sido”. Este retrato, como antes vimos, converge com o retrato de Portugal traçado por Antero. Piedade (2011), sob o título *Contornos da ‘preocupação por Portugal’ no ensaísmo de Eduardo Lourenço*, oferece suporte ao que acima se escreveu quanto à problematização do *ser português* à “preocupação por Portugal”. A autora escreve: “Um aspecto reiteradamente expresso por Eduardo Lourenço como característico do ser-português é a gritante falta de auto-crítica que nos caracteriza. Esta parece derivar sobretudo de uma espécie de passividade congénita aliada a uma generalizada – embora ténue e muito pouco amadurecida – consciência relativamente à nossa própria existência e situação” (Piedade, 2011, p.345); e mais adiante lemos, “a nossa identidade encontra-se ‘descentrada’ do essencial, na medida em que só insatisfatoriamente corresponde a uma capacidade colectiva, efectivamente activa e capaz de transformar a nossa vida presente, empírica, de portugueses, por se encontrar ‘exilada’ num ‘puro passado’ e presa ao decisivo protagonismo de outrora” (Piedade, 2011, p.346). Em convergência com Piedade, reforçamos ser esta a leitura que Lourenço faz de Portugal, leitura herdeira da de Antero: não há “problema de identidade”, há “hiperidentidade” “descentrada do essencial”, amarrando o país ao passado e impedindo o progresso.

Até ao século XIX ninguém ousara pensar Portugal, interpelar Portugal. “Que tivéssemos merecido ser um povo, e povo com lugar no tablado universal, não se discutia. Interrogávamo-nos apenas pela boca de Antero e de parte da sua geração, para saber se éramos *viáveis*, dada a, para eles, ofuscante *decadência*” (Lourenço, 2007c, p.30). Apenas

Antero (e parte da Geração de 70) foi capaz de pensar Portugal, discutir a sua viabilidade, assinalar as causas da sua decadência, propor um caminho para dessa sair. É a partir desta Geração que se assistirá em Portugal a um questionamento – sempre pontual mas mais amiúde – do *ser português*, da nossa identidade. No entanto, e independentemente dos regimes políticos vigentes ou da mudança de condições sociais, todos os *problemas* apontados por Antero em *Causas da Decadência* (e, até certo ponto, na Nota a *Odes Modernas* e em *Bom Senso e Bom Gosto*) continuam a verificar-se. Continua a prevalecer, aponta Lourenço, a “imagem de um *Portugal-menino jesus-das-nações*, ‘éon’ histórico predestinado à *regeneração espiritual do universo*” (Lourenço, 2007c, p.41) apoiada na “fixação historiográfica no período das Descobertas” (Lourenço, 2007c, p.42), isto é, continuam os portugueses a ter-se como *povo eleito* no presente e para o futuro, porque o foram no passado (passado mitificado, pouco factual). Esta “fixação” nas Descobertas é, aliás, transversal aos historiadores: “não foi apenas um reflexo dos historiadores da ‘direita’”, o que seria mais expectável, naturalmente, mas também “investigadores ilustres da ‘esquerda’ a elas consagraram [...] um labor precioso e inovador” (Lourenço, 2007c, p.42). Este período histórico – as Descobertas e o Império – converteu-se em verdadeira obsessão e por consequência, ocupa na *psique* portuguesa um lugar de enorme destaque, tão grande que nos desequilibra enquanto país, tão grande que mantém o português amarrado ao passado. Esse passado, ou *presença assombrosa e espectral do passado*, acaba por ser tão presente e constante que é capaz (foi capaz) de criar no português “uma capacidade fantástica [...] de *integrar sem problemas de consciência* o que em geral provoca noutros povos dramas e tragédias implacáveis” (Lourenço, 2007c, p.47). Prossegue Lourenço: “Um acontecimento tão espectacular como a derrocada de um ‘império’ de quinhentos anos, cuja ‘posse’ parecia co-essencial à nossa realidade histórica e mais ainda fazer parte da nossa *imagem corporal, ética e metafísica de portugueses*, acabou sem *drama*” (Lourenço, 2007c, p.47). É, de facto, extraordinário... A questão que se coloca é a seguinte: haverá algo capaz de mudar, de transformar, a irrealista auto-imagem portuguesa? Não cremos.

Portugal continua em “existência crepuscular”, como Lourenço já havia afirmado em 1949, em *Europa ou o Diálogo que nos falta*, que analisámos antes, em decadência, como Antero apontou. Note-se a seguinte passagem, tão válida no momento que Lourenço escreve, como agora no momento em que a lemos: “Não desmente esta análise o reflexo pícaro por excelência e uma ‘maledicência’ quotidiana de café sobre nós mesmos. Quando não é sintoma de uma degradação masoquista é um jogo que faz parte intrínseca do *a-criticismo*, do irrealismo de fundo de um povo que foi educado na credence, no milagrismo, no messianismo de pacotilha” (Lourenço, 2007c, p.53). A estas carecterísticas identitárias, juntemos “um *imobilismo* de alma ou de uma mobilidade sem objecto tão própria do nosso projecto de vida colectiva” (Lourenço, 2007c, p.53). Aqui temos, novamente e de forma reforçada, o *ser português*, segundo Lourenço, herdeiro de Antero. Portugal? “Faltou-nos imaginação. Calçámos as pantufas dos reformados da história” (Lourenço, 2007c, p.66).

2.5. Antero ou o socialismo como utopia (1979)

Texto fixado em 1983 por Eduardo Lourenço para publicação no volume *Poesia e Metafísica – Camões, Antero, Pessoa*, sendo que corresponde, com algumas diferenças, à conferência proferida em 1979, em Paris, pelo autor, no colóquio *Utopie et Socialisme aux XIXème siècle en Portugal*. Recordemos que por esta época Eduardo Lourenço é politicamente ativo. Em 1975 é convidado para o cargo de Ministro da Cultura, convite que recusa, e em 1978 adere à União de Esquerda para a Democracia Socialista (U.E.D.S.). O socialismo é, então, mais um ponto de contacto entre Lourenço e Antero, autor sempre politicamente ativo, fundador, como antes já referimos, do primeiro Partido Socialista português, P.S.P.

Nesta comunicação, Lourenço discorre sobre o socialismo de Antero. “Antero de Quental, apóstolo do socialismo? Sem dúvida!” (Lourenço, 2007a, p.50). Por “apóstolo” entenda-se propagandista muto dedicado de uma doutrina. O socialismo de Antero é, no entanto, *pregado*, de maneira original. Lourenço dá conta da influência de Proudhon, que é evidente, pois a corrente socialista defendida por Antero é essa mesmo: a do cooperativismo, do mutualismo, do federalismo, muito próxima da Terceira Internacional. Mas, para a o socialismo anteriano contribuem também outras fontes, como Lourenço refere. “É justamente por isso que o socialismo de Antero não se reduzirá nunca a afirmação e defesa de um ideal generoso de justiça social [...] Para Antero, a ideia nova, o socialismo como Revolução dos tempos modernos, como o Cristianismo fora a do mundo antigo, é antes de tudo o triunfo da Ideia, isto é, a assunção de um sentido absoluto do destino histórico da humanidade em termos de Consciência” (Lourenço, 2007a, p.50). É este, é assim, o socialismo anteriano, que nos é dado a conhecer em múltiplos textos do autor, nomeadamente em *Causas da Decadência*.

“Pela seriedade e gravidade com que Antero confrontou as exigências do seu ideal socialista sob o signo da Justiça, [...] o seu combate espiritual constitui um acontecimento sem precedentes na nossa Cultura. [...] Marca o início da Modernidade entre nós, se admitirmos que essa Modernidade se acompanha de uma tomada de consciência histórica de carácter trágico” (Lourenço, 2007a, p.51). Fica assim demonstrada uma das

ideias defendidas na Parte I do nosso trabalho: Antero, o *primeiro moderno*. Um pouco mais adiante, Lourenço fala-nos sobre a *utopia anteriana*. Essa *utopia* deriva, como o autor bem indica, do caráter utópico dos próprios movimentos socialistas do século XIX. No entanto, “o utopismo de Antero de Quental é de essência ética: o socialismo toma a figura do futuro, é já o futuro que se aproxima [...]. O seu ‘utopismo’ socialista é, no fim de contas, um idealismo ético, singularmente puro e puritano [...] O seu voluntarismo não abdica de referência ética, no sentido mais radical, e esta, por sua vez, só encontra o seu fundamento na referência metafísica e o seu cumprimento como ideal último naquela aspiração que ele mesmo designou de ‘santidade’” (Lourenço, 2007a, pp.52-53). Por tudo isto, por este elevado e intransigente comprometimento ético, o nosso autor convive mal com a política do seu tempo, distanciando-se até dos seus companheiros de geração. O socialismo utópico de Antero, é também utópico porque Antero acrescenta às próprias contradições históricas do sonho socialista da época, “as suas próprias e irredutíveis contradições pessoais” (Lourenço, 2007a, p.55).

Que Antero é este que Lourenço nos dá conta? Parafraseamos, em conclusão: único intelectual comprometido com a ação que não transigiu; homem de alta exigência ética e mística; mediador da revolta dos espíritos e cruzado da utopia qual intelectual digno desse nome (Lourenço, 2007a, pp.53- 56).

2.6. Portugal – Identidade e Imagem (1987)

Publicado em 1987, pouco mais de um ano após a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, era Eduardo Lourenço à época docente na Faculdade de Letras da Universidade de Nice. Neste texto, um artigo de jornal, o autor trata de refletir sobre a identidade e imagem de Portugal, voltando a abordar uma temática já antes visitada em *Psicanálise mítica do destino português*, que analisámos no ponto 2.4. Não sendo um texto sobre Antero, parece-nos importante refletir sobre as suas páginas, onde julgamos poder verificar, novamente, a condição lourenciana de herdeiro de Antero e da Geração de 70.

Tal como em *Psicanálise mítica do destino português*, Lourenço volta a traçar o retrato do *ser português* que, como vimos nesse caso, é herdeiro da imagem traçada por Antero de Quental. Neste texto, no entanto, talvez por ser de dimensão mais curta, talvez por ser um artigo de periódico, notamos uma ainda maior acutilância de Lourenço, em especial ao abordar a identidade nacional. Diz-nos: “Portugal, o de ontem e ainda mais o de hoje, não teve nunca, nem tem propriamente, *problemas de identidade*” (Lourenço, 1994, p.19). Tal afirmação, com a qual concordamos, não deixa de ser surpreendente. Da fundação às descobertas, do império à sua queda, da monarquia à república, da democracia à ditadura, da ditadura à democracia, do pequeno país isolado à entrada na União Europeia, nenhuma destas mudanças criou quaisquer “problemas de identidade”. Nenhuma mudança altera “a estrutura da *hiperidentidade* que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza” (Lourenço, 1994, p.22). “Os Portugueses vivem-se, normalmente, como pessoas sem problemas, pragmáticas, adaptáveis às circunstâncias, confiantes na sua boa estrela, herdeiros de um passado e de uma vida sempre duramente vividos mas sem fracturas ou conflitos particularmente dolorosos ou trágicos” (Lourenço, 1994, p.19). Ler esta frase é voltar a *Psicanálise mítica do destino português* e à auto-imagem portuguesa, à ideia de irrealismo identitário característico do *ser português*.

Mais uma vez, Lourenço faz notar o papel da Geração de 70, e de Antero de Quental, pela ousadia da sua interpelação a Portugal. É esta Geração, nomeadamente com a realização das *Conferências do Casino*, e especialmente Antero, com a conferência

Causas da Decadência, que toma “consciência da nossa marginalidade” (Lourenço, 1994, p.20). Para Antero, não nos cansamos de referir, o caminho a seguir é rumo à Europa do progresso, da cultura, civilizada, “a Europa que é ao mesmo tempo o modelo a imitar e o nosso maior desespero pela distância que dela nos separa” (Lourenço, 1994, p.20). A dolorosa constatação que a Geração de 70 expõe é a de que “nem na Europa nem fora dela éramos povo que contava e com quem era necessário contar” (Lourenço, 1994, p.20). Por que razão? Segundo Lourenço e segundo Antero, pela incapacidade de Portugal se projetar para o futuro, pela permanente *presença assombrosa e espectral do passado* (como antes dissemos), que amarra o país e impede o seu desenvolvimento real. Escreve Lourenço: “O nosso passado – a leitura mitológica dele – esquizofreniza um pouco essa *imagem*, faz-nos viver como peixes na água entre o prosaísmo mais rasteiro e o onirismo mais cabal” (Lourenço, 1994, p.23). Lida esta frase, bem ilustrativa do pensamento de Lourenço sobre a identidade e imagem do *ser português*, e tendo em conta tudo quanto já deixámos escrito sobre o tópico, renovamos a afirmação de que Antero e Lourenço convergem quanto à problematização do *ser português*.

2.7. *Nacionalistas e estrangeirados* (1988)

Não se dedicando exclusivamente a Antero de Quental, este interessante trabalho, escrito no Porto em 1988 e publicado em 1991, merece a nossa atenção. Por mais de uma dezena de vezes, Lourenço chama Antero, e a Geração de 70, ao seu texto, motivo que seria suficiente para que o nosso olhar aqui se detivesse. Como o próprio título indica, Lourenço propõem-se explorar os conceitos de nacionalista e estrangeirado. Sendo uma problemática de grande interesse, interessa-nos descobrir Antero neste texto e perceber o que dele nos diz Lourenço. É isso que faremos.

Antero entra no texto *via* António Sérgio, a quem Lourenço dedica várias páginas do seu trabalho. Como sabemos, Sérgio, eminente pensador português, poderá ser considerado discípulo de Antero. Note-se a palavra que elegemos: discípulo. Para Lourenço havíamos dito outra: herdeiro. No caso concreto deste texto para o qual agora olhamos, fica bem patente a relação Antero-Sérgio, exemplificada pela relação *Causas da Decadência-Reino Cadaveroso de Portugal*. A propósito, note-se a observação de Lourenço: “Esta dramatização, estilizada pela Geração de 70, sobretudo pelo jovem Antero de Quental, receberá a sua carta de nobreza e a sua explicitação com António Sérgio” (Lourenço, 2004, p.144). Lourenço, no entanto, chama a atenção para algumas diferenças entre *Causas da Decadência* e *Reino Cadaveroso de Portugal*. É no relato destas diferenças que nos encontramos, neste texto, com a leitura lourenciana de Antero. É este o ponto de interesse maior encontrado por nós.

Sobre *Causas da Decadência*, acompanhemos a leitura de Lourenço. “No que respeita à Imagem da Idade Média em geral e da peninsular em particular, a de Antero repercute o essencial da visão de Herculano sobre a mesma época que comporta, como todos se lembram, uma boa dose de idealização, de origem romântica” (Lourenço, 2004, p.150). Tal como antes escrevemos, no capítulo que lhe corresponde, na Parte I desta dissertação, Herculano é um dos mestres de Antero, especialmente importante na construção da base do seu pensamento, sobre o qual Antero adicionará muitas outras influências. “Antero estende [...] a sua visão positiva da cultura e da sociedade peninsular, até aos últimos séculos da Antiguidade” (Lourenço, 2004, p.150), consequentemente,

“não se pode ser mais hipernacionalista ou ultracasticista em relação ao Portugal anterior ao século XVII, que Antero” (Lourenço, 2004, p.151). É muito correta a leitura de Lourenço, e muito pertinente esta sua observação. Antero, em *Causas da Decadência*, glorifica esse Portugal ante-século XVII e, fazendo-o, coloca em plena evidência a decadência do Portugal do século XVII em diante...

Finalmente, a reter da nossa leitura deste texto, a seguinte passagem: “Sérgio e Pessoa¹⁷ são também, como quase todos nós, herdeiros da Geração de 70” (Lourenço, 2004, p.156). Aqui temos: o assumir de Lourenço da sua herança anterioriana.

¹⁷ Em maio de 1912, Fernando Pessoa publica, no n.º 5 (2.ª série) da revista *A Águia*, um artigo intitulado “Reincidindo...” (Pessoa, 1912, p.137), no qual aponta Antero como precursor do Modernismo português. Afirma Pessoa: “Continua a não haver dificuldade: o precursor é Anthero de Quental” (Pessoa, 1912, p.139). E na página seguinte, reafirma: “Foi no período constitucional pre-revolucionário que apareceu Anthero de Quental, em que já vimos o precursor da nossa corrente literária” (Pessoa, 1912, p.140). Afirma-se assim Pessoa como uma espécie de herdeiro de Antero.

Esta relação *filial* Pessoa-Antero encontra base sólida na maneira como ambos trazem a filosofia para o campo da poesia. Sobre si próprio, Pessoa diz-nos: “Eu era um poeta impulsionado pela filosofia, não um filósofo dotado de faculdades poéticas” (Pessoa, 1966, p.14). Julgamos que estas palavras poderiam também descrever Antero de Quental. Note-se que Pessoa opta por escrever “impulsionado”, participio passado do verbo *impulsionar*, cujo significado aponta para *ativar, estimular, incitar*. Tanto para Pessoa, como para Antero, a filosofia, as correntes filosóficas dos seus tempos, *incitam, estimulam, ativam* a escrita. Em texto não datado, Pessoa acabaria por explicitar a relação filosofia-poesia em Antero, ao escrever: “*Poetas-pensadores são de 3 espécies: (1) Aqueles em que o poeta e o pensador estão absolutamente fundidos (Antero)*” (Pessoa, 1993, p.239). Esta opinião, que nos traz à memória o texto de Eça Queirós analisado no capítulo 3.3. da Parte I desta dissertação, acabará por também ter eco no pensamento de Eduardo Lourenço, como podemos observar na Parte II deste trabalho, em especial, nos capítulos 2.10., 2.11. e 2.12.

2.8. *I(recuperável) Antero* (1991)

Entramos na década de 90. Eduardo Lourenço jubilara-se, na Faculdade de Letras da Universidade de Nice, da carreira académica em 1989, ano em que é nomeado para o cargo de Conselheiro Cultural junto da Embaixada de Portugal em Roma, cargo que ocupa até o final de janeiro de 1991. 1991 é um ano em que Lourenço muito produz sobre Antero de Quental, dando ao prelo três textos que analisaremos, todos eles incluídos na coletânea *Antero ou a Noite Intacta*. O primeiro, para o qual agora olhamos, data de junho de 1991 e é publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nas bancas a 11 de junho. É um texto breve, que ocupa apenas duas páginas de jornal, no entanto, por ser dedicado à leitura de Antero, vale a pena ler o que Lourenço escreve.

Começa Lourenço por afirmar: “A cem anos da sua voluntária morte, Antero ainda tem inimigos. E merece tê-los. O horror seria que os não tivesse. Declarados, não são muitos. Em filigrana, são mais do que se imagina e, entre eles, vários candidatos a heróis que suportam mal que Antero tenha sido o primeiro deles nos tempos modernos” (Lourenço, 2007a, pp.59-60). Neste passo, Lourenço reafirma Antero como *moderno*, mais do que isso, *herói moderno*. Essa condição elevada provoca ódios, o facto de estes existirem é em si mesmo demonstração do elevado e diferenciado estatuto de Antero. Lourenço afirma que “Antero surgiu na ribalta como nosso ‘justiceiro’, nosso guerreiro” (Lourenço, 2007a, p.60). Assim, são naturais as recusas as inimizades suscitadas pela sua figura. Prossegue, “as reticências ou recusas em relação a Antero visam-no como símbolo de uma ‘revolução cultural’ que nem é de natureza literária, nem política, nem mesmo ideológica ou banalmente filosófica, embora se traduza em todos esses planos, mas *religiosa*” (Lourenço, 2007a, p.60). A nós, apraz-nos dizer que fundamentar deste modo a recusa a Antero significa não compreender o seu pensamento, a abrangência e alcance do pensamento anteriano. *Revolução cultural religiosa?* “No mundo da Religião, não abstractamente visada, mas concreta, institucional, se conjugavam *todos* os valores, desde os da Pátria aos de Justiça, Ordem, Família” (Lourenço, 2007a, p.62). Assim, e tendo isto em conta, é aceitável assumir que a proposta de Antero é de uma *revolução cultural religiosa* de facto. Tal proposta é, como antes verificámos aquando da análise de

Odes Modernas, uma constante no trabalho poético de Antero. Relembremos as palavras de Antero em “Pater”: “Eu quero perguntar aos Sacerdotes, / Que, traduzindo o Verbo em orações, / E cuidam que Deos lhes cabe em duas mãos, / [...] / Se há quem tenha na terra monopólio / Do cambio-livre, que se chama Ideia?” (Quental, 1865b, p.37). Aqui, o constante e revolucionário apelo anteriano: é tempo de abandonar os “Sacerdotes”, romper com o dogmatismo religioso e avançar face ao progresso.

O verdadeiro motivo para as tais “reticências”, para a tal “recusa”, para que Antero tenha tantos inimigos declarados ou não, deve-se ao facto de ele ter sido capaz de colocar o dedo na *ferida portuguesa*, de interpelar Portugal: colocando a nu o irrealismo da auto-imagem nacional, problematizando o *ser português*, apontando a decadência nacional, propondo a total e completa rutura com o passado, propondo o caminho do socialismo utópico, do federalismo e do diálogo com a Europa, como necessidade ao progresso do país. “Ele é uma *pedra negra* no caminho de rosas com que atapetamos a nossa sensível alma lusitana. É por isso que todos os nossos césaes da cultura e da vida passam cautelosa ou iradamente ao lado” (Lourenço, 2007a, p.63).

2.9. *La défense de la “lettre encyclique” ou la double pensée d’Antero de Quental (1991)*

Hesitámos quanto à inclusão, ou não, da leitura desta conferência de Eduardo Lourenço, proferida no âmbito colóquio *Antero de Quental et l’Europe*, que teve lugar nos dias 13 e 14 de junho de 1991, em Paris, no Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, fixada na sua forma escrita em 1993 e escolhida pelo autor para a composição do livro *Antero ou a Noite Intacta*. Se por um lado é claramente um texto *sobre Antero*, por outro é um trabalho que incide de forma muito evidente, como o título reflete, sobre um opúsculo de Antero que não trabalhámos no âmbito desta dissertação: *Defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada Opinião Liberal*. Pesados os prós e os contras, decidimo-nos pela inclusão. Consequentemente, de modo a enquadrar a nossa leitura do texto da conferência de Lourenço, faremos primeiro um breve enquadramento deste opúsculo anterioriano.

Antero de Quental dá ao prelo este *Defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada Opinião Liberal* em janeiro de 1865, meses antes da publicação de *Odes Modernas*, que haveria de ser publicado no mesmo ano, tal como, pouco depois, *Bom Senso e Bom Gosto*. É, portanto, um ano de grande atividade para o nosso autor. Neste opúsculo, Antero, como o nome indica, *defende* a Encíclica Papal *Syllabus Errorum*, proclamada pelo Papa Pio IX. Nessa Encíclica, o Papa clarifica a posição da Igreja face ao liberalismo e à noção de progresso e *abertura* da Igreja. A posição papal é clara: não há conciliação possível entre as ideologias de liberalismo religioso e cultural e a Igreja, isto é, correntes como o Naturalismo, o Panteísmo, Racionalismo e, especialmente, o Socialismo, são condenadas. Posto isto, que *defesa* poderia Antero fazer desta Carta Encíclica? Nenhuma, a propósito do seu conteúdo. Toda, a propósito da clareza do argumento papal. O Papa afirma a inimizade e incompatibilidade total entre o Cristianismo e o mundo moderno – ora, isso é também o que defende o próprio Antero. Neste ponto, de acordo. Assim, *Defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada Opinião Liberal* é um trabalho literário que reflete as muitas discussões e debates da época em torno da relação entre Igreja e sociedade, com Antero, através

desta *defesa*, a destacar o desajustamento da Igreja face às novas realidades sociais. Ao fazê-lo, Antero expressa uma opinião contrária a muitos liberais – Herculano, por exemplo, que sempre se afirmou católico, ainda que anticlericalista e que sempre procurou a renovação da Igreja e a procura de conciliação entre esta e a sociedade moderna. Feito este preâmbulo, passemos ao trabalho de Lourenço e vejamos como Antero nos é dado a ler nele.

A primeira passagem que queremos reter encontra-se no início do texto, quando Lourenço diz, a propósito do século XIX: “os seus pensadores mais representativos – Hegel, Proudhon, Comte, Marx – segundo aqueles que os tomaram como profetas de um mundo novo. Entre esses está, justamente, Antero de Quental”¹⁸ (Lourenço, 2007a, p.92). Notemos a honra que Lourenço concede a Antero, colocando-o nesta lista de “profetas de um mundo novo”. Em continuação, Lourenço observa: “Como tantos, considero Antero de Quental um dos poetas maiores da língua portuguesa, mas também como um dos nossos mais admiráveis prosadores, especialmente por ser um prosador de um género novo: o primeiro, entre nós, que soube misturar, numa melodia única, a clareza de um discurso que acompanha o balanço de um pensamento que integra, com naturalidade, a contradição que o suscita e o charme um pouco sombrio da dor escondida sob a completa busca da verdade”¹⁹ (Lourenço, 2007a, pp.96-97). Aqui temos, mais uma vez, o elogio de Lourenço a Antero – não só o poeta de exceção, mas o introdutor da chamada *prosa das ideias* em Portugal, integrando criticamente na sua obra em prosa as mais novas e modernas ideias chegadas da Europa, fazendo-o com total honestidade, curiosidade, em busca de equilíbrio e sendo capaz de o fazer “numa melodia única”.

Referindo-se em concreto a *Defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada Opinião Liberal*, Lourenço assinala-o como “um texto que carrega a marca retórica e romântica dos textos contemporâneos, especialmente da nota final de

¹⁸ Tradução nossa da seguinte passagem: “Ses penseurs plus représentatifs – Hegel, Proudhon, Comte, Marx – que par ceux qui ont vu en eux les prophètes d’un monde nouveau. Parmi eux, justement, Antero de Quental”.

¹⁹ Tradução nossa da seguinte passagem: “Comme beaucoup de gens, je tiens Antero de Quental pour l’un des poètes majeurs de langue portugaise, mais il est aussi l’un de nos plus admirables prosateurs, surtout un prosateur d’un genre nouveau; le premier, chez nous, qui a su mêler, dans une seule mélodie, la clarté d’un discours épousant le balancement d’une pensée qui intègre, avec naturel, la contradiction qui la suscite, et le charme un peu sombre de la douleur cachée sous toute quête de la vérité”.

Odes Modernas”²⁰ (Lourenço, 2007a, p.101). Tal não será surpreendente. São textos contemporâneos, publicados no mesmo ano. Quanto ao conteúdo propriamente dito, Lourenço faz notar que Antero não pode ser contado entre os pensadores liberais, ou seja, como antes referimos, não se conta entre os que procuram qualquer tipo de conciliação entre o mundo novo e a Igreja tradicional. Antero é pela rutura. É por isso que defende a Encíclica de Pio IX, Papa que também defende essa total rutura, se bem que em *sentido oposto*. A *tática defensiva* de Antero merece o seguinte comentário: “Em nenhum outro dos seus textos, como naquele que abre o seu caminho enquanto jovem polemista, *A Defesa da Carta Encíclica*, Antero de Quental levou a cabo com maior sucesso a sua estranha e desconcertante tática”²¹ (Lourenço, 2007a, p.98). Tática estranha, é certo. Tática corajosa do jovem autor, que assim inaugura a sua carreira de polemista. Tal como já assinalámos, Lourenço diz-nos sobre o jovem autor deste opúsculo: “Antero de Quental não pretende ser ‘superado à esquerda’ pelo anticlericalismo banal do pensamento progressista da sua época”²² (Lourenço, 2007a, p.103). Neste sentido, crítico desta escola de pensamento, Antero está *ironicamente alinhado, antagonicamente alinhado*, com Pio IX.

²⁰ Tradução nossa da seguinte passagem: “un texte qui porte la marque rhétorique et romantique des textes contemporains, en particulier de celui de la note finale des *Odes Modernes*”.

²¹ Tradução nossa da seguinte passagem: “Dans aucun de ses textes comme dans celui qui ouvre sa voie de jeune polémiste, *La Défense de la lettre Encyclique*, Antero de Quental n’a mieux mené à bien son étrange et déroutante tactique”.

²² Tradução nossa da seguinte passagem: “Antero de Quental ne tient pas à être ‘doublé à gauche’ par l’anticléricalisme banal de la pensée progressiste de son époque”.

2.10. *Antero e a Filosofia (1991)*

Tal como sucedeu com o capítulo anterior deste trabalho, hesitámos novamente sobre a inclusão, ou não, da leitura deste artigo, que Eduardo Lourenço publica no jornal Expresso, em setembro de 1991 e que, mais tarde, o autor seleciona para o alinhamento do livro *Antero ou a Noite Intacta*. Mais uma vez, se por um lado é claramente um texto sobre Antero, por outro é um trabalho que incide de forma muito evidente, sobre uma obra de Antero que não faz parte do *corpus* selecionado por nós no âmbito deste trabalho: *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Mais uma vez, decidimo-nos pela inclusão. Por isso, de modo a enquadrar a nossa leitura deste artigo de Lourenço, faremos primeiro um breve enquadramento de *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*.

A obra em referência data de 1890, ou seja, e tendo em conta que Antero de Quental põe fim à sua vida em 1891, trata-se de um texto anterior tardio, obra de um Antero mais maduro. Devemos fazer notar que a versão que hoje temos desta obra não é uma versão final, uma vez que só os dois primeiros capítulos foram revistos e passados a limpo pelo seu autor. A morte impediu Antero de terminar a revisão devida a esta obra.

Não sendo um filósofo no sentido tradicional do termo, podemos afirmar que Antero entende a filosofia como busca da verdade e entende essa busca como destino em si, percebendo a impossibilidade de alcançar uma verdade absoluta ou total. Consequentemente, parece-nos possível afirmar, com justiça, que Antero almeja sistematizar o seu pensamento filosófico – esta é a intenção de *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Assim, Antero analisa, neste texto, as principais correntes filosóficas que marcaram o período em questão, incluindo o positivismo, o idealismo e o materialismo. O autor argumenta que as tendências filosóficas em estudo são reflexo das mudanças sociais e científicas da época, na qual se assiste a um crescente interesse pela ciência e pela razão como formas de compreender o mundo. Quental aborda ainda a crise espiritual e moral que acompanha essas mudanças, refletindo sobre o seu impacto social aos níveis ético e religioso. Em suma, julgamos poder dizer que o objetivo a que Antero de Quental se propõe é o de oferecer uma visão

panorâmica das correntes filosóficas predominantes do período em análise, uma síntese do pensamento moderno, bem como das implicações sociais e culturais dessas ideias face às transformações do século XIX. Deixada aqui esta nota inicial, passemos ao breve artigo de Eduardo Lourenço.

“Se Antero não foi exatamente o que entendemos por ‘filósofo’, do amor da filosofia fez a sua única musa que lhe deu na língua de Orfeu a consolação impossível do Logos” (Lourenço, 2007a, p.73). Aqui temos a relação de Antero com a filosofia: uma relação de amor, tão à imagem da própria etimologia da palavra *filosofia*: do grego, *philo+sophia*, amor da sabedoria. A filosofia, apesar de, como também já antes referimos, Antero não ser um filósofo no sentido tradicional do termo, é a força motriz da poesia, da obra, anteriana.

Lourenço assinala que “são inúmeras as passagens em que Antero confessa a sua dúvida acerca da missão titânica ou mesmo demoníaca que se impusera: criar uma *filosofia* num deserto filosófico como o nosso era, fora do eco de alheias correntes, às quais, naturalmente, a sua própria reflexão não escapou” (Lourenço, 2007a, p.68). A missão de “criar uma filosofia” seria, para quem quer que fosse, onde quer que fosse, muito difícil. Fazê-lo no “deserto filosófico” que era Portugal, deixa de ser difícil, torna-se impossível. Além deste *problema*, Lourenço informa-nos de outros: “Antero pertenceu a um século que se caracterizou pela *inversão dos signos*, o século de que Hegel é o Supremo representante. [...] Por ser do país que era, Antero de Quental viveu menos o seu século como inversão de signos do que como *ruptura e revolução*. Ao menos, como intenção” (Lourenço, 2007a, pp.69-70) e “Antero de Quental inseriu-se na genealogia filosófica mais alta – embora de sinais os mais opostos –, mas o seu drama, que ultrapassa o da mera inquietação metafísica, apaixonadamente assumida, é que ele não teve *mestre*” (Lourenço, 2007a, p.71). Aqui temos: por via das circunstâncias, isto é, por ser português, por Portugal ser um “deserto filosófico”, por Portugal ter deixado de acompanhar a Europa – tendo entrado em decadência três séculos antes, à data de Antero – Antero sente a necessidade de “criar uma filosofia”, mas não lhe é possível ir além de *trazer filosofia*, isto é, o não existir nada no país, fá-lo ir buscar *tudo*. Esse *tudo* é tanto, tão diverso, por vezes tão oposto, que faz com que Antero não tenha “mestre”.

Também o atraso português, a decadência portuguesa, obriga Antero a concentrar-se naquilo que é, ao tempo e para si, mais premente: a rutura com o passado. Essa concentração na necessidade de rutura e revolução, obriga-o a deixar para trás muito daquilo que são as grandes tendências da filosofia europeia, incluindo de Hegel. Em conclusão, julgamos poder dizer que, em sentido estrito, *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX* não cumpre o seu objetivo último: *criar filosofia*.

Então, não sendo filósofo, segundo Lourenço, como é que Antero se torna filósofo? “Onde foi realmente filósofo, por isso se entende o sujeito de uma experiência abissal, de uma vivência única, ao mesmo tempo de vida e de verbo, foi naquele domínio que, por pura carência de nomeação, chamamos ‘poético’” (Lourenço, 2007a, p.72). É, então, por via poética, que Antero se torna filósofo, porque o “‘pensamento’ de Antero não é exterior à sua poesia” (Lourenço, 2007a, p.72). “Como poeta, Antero foi uma voz, em si mesma unida e desunida, onde o menos nomeável se disse com aquela silenciosa verdade, ao mesmo tempo repousado em inquieta, que todo o conceito visa e nenhum alcança” (Lourenço, 2007a, p.73). Por outras palavras, *como poeta, Antero é filósofo: não criou filosofia mas praticou filosofia, ilustrou filosofia, criou a partir de filosofia*.

2.11. *Antero e a Filosofia ou a Filosofia de Antero (1992)*

Eduardo Lourenço volta a abordar a relação entre Antero e a filosofia, desta vez num artigo que ocupa dez páginas da edição do primeiro semestre de 1992 da revista *Colóquio/Letras*. Este texto integrará mais tarde, em 2007, a antologia *Antero ou a Noite Intacta*. Por uma questão de coerência, havendo incluído no nosso estudo o artigo *Antero e a Filosofia*, leremos também este *Antero e a Filosofia ou a Filosofia de Antero*. Dada a evidente similaridade entre títulos, pretendemos descobrir se, neste artigo, encontramos um reforço daquilo que Lourenço já havia escrito a propósito da relação entre Antero e a filosofia ou se avança em alguma outra, diversa, direção.

Lourenço começa por referir o objetivo de Antero nos momentos em que este “se assumiu como filósofo. Ou, pelo menos, como pensador” (Lourenço, 2007a, p.78), isto é, quando produziu obras de carácter eminentemente filosófico, como *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Antero demonstra estar “não só desejoso se se situar em relação ao pensamento da sua época, mas de o completar naquilo que não lhe parecia satisfatório” (Lourenço, 2007a, p.78). Objetivo alcançado? Pelos motivos já abordados no artigo de 1991, *Antero e a Filosofia*, Lourenço defende uma resposta negativa a esta questão. “Antero não é, pura e simplesmente, um filósofo. É um poeta, perdido na filosofia, perdido mesmo pelo que ele pensava ser a filosofia, um poeta-filósofo, se se quiser, talvez um místico” (Lourenço, 2007a, p.79). Mais uma vez, na esteira do artigo de 1991 sobre a mesma matéria, Lourenço reforça a ideia de que Antero sente a necessidade de “criar uma filosofia”, mas que tal acaba por fracassar. Antero sofre de “excesso de filosofia” (Lourenço, 2007a, p.82), não resistindo à imensa tentação de tentar incorporar *tudo* no seu pensamento. Esse *tudo*, tão diverso, por vezes antagónico, faz com que Antero não tenha “mestre”. “Não há nada mais incompatível com a filosofia do que a ideia de *ecletismo* a que, em dado momento, por desespero pensante, Antero sucumbiu” (Lourenço, 2007a, p.85).

Não sendo, pelos motivos explicitados, um filósofo, Antero, produz, na sua obra, um “discurso filosófico”. Diz-nos Lourenço: “Em suma, é o estatuto mesmo das *ideias* de Antero enquanto expressão tendencialmente inteligível de uma *intuição original* geradora

de um discurso que articula o máximo da nossa experiência real em função dela e que por esse mesmo facto nós designamos como *discurso filosófico*” (Lourenço, 2007a, p.81). Enquanto poeta, Antero *afirma-se* filósofo, criador de uma obra pensada a partir da filosofia.

2.12. *Antero, Hegel e as causas da decadência* (1994)

Publicado em abril de 1994, no âmbito da obra *Antero de Quental e o Destino de uma Geração*, em *Antero, Hegel e as causas da decadência* Lourenço volta a abordar a relação entre Antero e a filosofia, tal como nos textos que antes analisámos, sob os pontos 2.10. e 2.11. Tal como esses artigos, *Antero, Hegel e as causas da decadência* é recuperado, em 2007, para a publicação *Antero ou a Noite Intacta*. Neste texto, tal como o título revela, Lourenço focará a sua leitura na relação Antero-Hegel e na obra *Causas da Decadência*, sobre a qual nos debruçámos na Parte I desta dissertação. Sem nos alongarmos, importa mencionar que Hegel, tido pelo próprio Antero como uma das grandes influências do seu pensamento – recordamos a menção ao filósofo na Nota final de *Odes Modernas*, por exemplo –, ocupa um lugar de grande destaque no panteão dos grandes nomes da filosofia. Esse destaque, torna-se evidente pelo facto de ter inaugurado uma corrente filosófica cujo nome deriva do seu: o *hegelianismo*. Da filosofia de Hegel, não sendo nós especialistas na matéria, retemos o que nos parece essencial: a ideia de que a filosofia está enraizada na História; a preocupação com a modernidade; a realidade como um *todo* em constante evolução, isto é, a realidade é essencialmente evolução e mudança. Feito este brevíssimo preâmbulo, entremos no texto de Lourenço.

Tal como nos artigos que mencionamos no parágrafo acima, Lourenço volta à relação de Antero com a filosofia, em geral, para dizer que “Antero não leu nunca os filósofos com a serenidade contemplativa de quem se abeira das manifestações superiores do provável, mas com a veemência interior de quem busca neles o segredo da vida. [...] A atitude constante de Antero foi sempre de ordem *existencial*, ordem da urgência da alma, do espírito, da vida, mais que da pura inteligência” (Lourenço, 2007a, p.107). Antero não foi filósofo porque, antes de mais, “não se podia ser filósofo em Portugal – a não ser por um milagre de mimetismo impensável – com a naturalidade com que Hegel ou aqueles que o jovem Antero leu com uma paixão espiritual sem limites o eram nas suas respectivas culturas. Contra esta fatalidade – que o foi, cultural e humana – lutou, em vão, Antero” (Lourenço, 2007a, p.109). A fatalidade da geografia.

Olhando em detalhe para relação Antero-Hegel, Lourenço dá-nos evidência da reverência de Antero face ao alemão. “‘Catedral do pensamento’, chamou ele a filosofia de Hegel e a ressonância religiosa do epíteto não é um acaso” (Lourenço, 2007a, p.107). Antero lê a filosofia de Hegel com essa atitude, toma-o como “catedral”, entrando nela em busca da Verdade. Continua Lourenço, dizendo: “o que procura não é da ordem do discurso englobante, da evidência racional, mas da presença, quase, de uma maiúscula e líquida Verdade, capaz de apagar a angústia, a sede ontológica de realidade que o consome” (Lourenço, 2007a, p.108). Essa *atitude*, esse modo anteriano de ler Hegel, acaba por, de alguma maneira o afastar da filosofia hegeliana. Explica Lourenço: “Antero adoptou, como pôde, Hegel a si, e não o inverso. A sua forma concreta de pensar não reflete a visão do real e da História dialeticamente apreendidas. O pensamento de Antero guardou sempre uma estrutura antitética, dualista, quer dizer fundamentalmente moralista” (Lourenço, 2007a, p.111) Esse *moralismo* pode ser verificado em *Causas da Decadência*. Em *Causas da Decadência*, Lourenço assinala que “Antero não é um historiador, mas grande leitor da História, de uma História que não é apenas objectivo e neutro instrumento de conhecimento do passado, mas autoconsciência de um presente que lê nela a profecia do seu triunfo, como em Michelet. Essa história é uma espécie de ética em imagens, personificada em indivíduos de excepção ou instituições-personagens a que é possível atribuir responsabilidades precisas e elevar ao papel de *causas*. Como se trata, nas *Conferências*, de compreender a nossa Decadência, essas causas são, sobretudo *culpas*” (Lourenço, 2007a, pp.111-112) Desta passagem queremos reter dois pontos relevantes: a *modernidade* de Antero, que lê a História como “autoconsciência do presente”; o afastamento de Antero da filosofia hegeliana – como acima mencionámos, “Antero adoptou, como pôde, Hegel a si, e não o inverso”, mantendo pendor “moralista” e, por isso, afastando-se de Hegel – por via de fazer equivaler, no texto, *causas* e *culpas*. A propósito deste último ponto, Lourenço acrescenta: “se Antero tivesse sido – como se supôs – um autêntico discípulo de Hegel, nunca teria abordado a questão da principal causa da decadência peninsular – a *ausência da Reforma religiosa* entre nós – nos termos em que o fez como um acontecimento da ordem da ‘subjetividade’, ou melhor da ‘contingência’ histórica. Tê-la ia abordado num contexto mais vasto, por assim dizer,

impessoal” (Lourenço, 2007a, p.112). Há então uma *divergência* entre Antero e Hegel. Porquê? Pela sua juventude – 29 anos de idade à data de *Causas da Decadência* – e mais do que isso, por ter maximizado uma porção do pensamento de Hegel, em detrimento da sua complexa totalidade, tal como nos enuncia Lourenço nesta passagem: “Também se pode dizer que o compreendeu ‘de mais’, maximizando o que em Hegel é da ordem ideal da História do Espírito – a positividade indiscutível da Reforma – sem ter em conta que isso não significa, na ordem dos acontecimentos empíricos, uma ‘fatalidade’” (Lourenço, 2007a, p.116).

A *Causas da Decadência*, Lourenço chama “pequeno grande drama da ruptura cultural” (Lourenço, 2007a, p.116) e “*primeira mitologia cultural portuguesa*, de sinal oposto à da apologética nacionalista” (Lourenço, 2007a, p.117). Seria difícil encontrar melhor epíteto para esta Conferência de Antero.

Sobre a importância de *Causas da Decadência* e do seu autor, afirma Lourenço: “Nenhuma mitologia cultural portuguesa convincente pôde, até hoje, substituir [...] aquela a que Antero emprestou a sua paixão [...]. Nada de grande se fez sem paixão, escreveu Hegel. Ninguém entre nós, pôs mais paixão no propósito de decifrar e ao mesmo tempo emendar o destino português do que Antero” (Lourenço, 2007a, p.118). Ninguém, salvo talvez o próprio Eduardo Lourenço, devotou tanto da sua energia, tanta “paixão”, nessa missão de compreender e interpretar o *ser português*, a identidade coletiva nacional, a imagem e auto-imagem portuguesas, com a perspectiva de apresentar uma solução capaz de resolver as causas da decadência nacionais.

2.13. *A hora de Vila do Conde* (1994)

Datado 18 de abril de 1994, o texto que agora leremos viu a luz do dia em 1998, aquando da publicação do número inaugural da revista *Estudos Anterianos*, pelo Centro de Estudos Anterianos de Vila do Conde. Em 2007, o artigo é escolhido para integrar a obra *Antero ou a Noite Intacta*. Não deixa de ser um curioso detalhe o facto de Eduardo Lourenço escrever este texto em Vila do Conde, local de retiro de Antero de Quental, que aí se instala em 1881 e onde vive durante uma década, pontuando essa fase da sua vida com algumas viagens a Lisboa e a Ponta Delgada, cidade para onde retorna definitivamente em maio de 1891 e onde havia de morrer. Como já antes referimos, Antero havia adotado as duas filhas do seu amigo Germano Meireles, que haviam ficado órfãs em 1877. É na sua companhia que Antero vive em Vila do Conde, destino que lhe havia sido indicado pelo médico. Neste artigo, Lourenço reflete sobre a vida e a morte de Antero e, mais importante, informa-nos de modo muito claro sobre o *seu Antero*, isto é, sobre a sua visão de Antero de Quental.

“Na vida de Antero há muitos momentos que foram mitificados como momentos de fuga ‘ao mundo’. Todo o seu destino podia ser, aliás, colocado sob esse signo de fuga ao ‘mundo’, mundo no sentido ético-religioso que lhe conferiu uma certa leitura do cristianismo, como *lugar oposto* ou *inimigo da alma*” (Lourenço, 2007a, pp.121-122). A hora de Vila do Conde representa um desses momentos de “fuga ‘ao mundo’”, um derradeiro momento de fuga. Vila do Conde está para Antero um pouco como Vale de Lobos está para Alexandre Herculano – lugar de retiro onde se procura a paz de uma vida mais simples e quieta. Vila do Conde aparece-nos exatamente como “lugar oposto”, contrário ao que se espera do revolucionário e absolutamente inquieto – e atormentado – Antero. No entanto, mesmo nos seus momentos de maior *ebulição*, “Antero amou naturalmente a solidão. Talvez por ser de um arquipélago, coexistência natural de solitudes” (Lourenço, 2007a, p.121).

Em seguida, Lourenço explica-nos quem é, para si, Antero de Quental. Vejamos duas passagens: “figura central não apenas de uma geração fora do comum, [...] o personagem-mito de uma revolução cultural por ele mesmo mitificada e em seguida

aceite como referência fundadora da *mitologia cultural portuguesa* enquanto Modernidade” (Lourenço, 2007a, pp.123-124); “Para a minha geração, Antero de Quental não pertencia, a nenhum título, a qualquer coisa que de perto ou de longe se parecesse com o famoso ‘Círculo dos poetas mortos’. Nem com poeta nem como referência cívica e ética. Herdáramos ainda intacta, da geração literária e crítica que nos precedeu e educou, a mitologia da *Geração de 70*, como a de um momento ímpar da autognose nacional” (Lourenço, 2007a, pp.125-126). Aqui temos o *Antero de Lourenço*. Antero não é, de todo, o poeta que se suicida, como tantos outros antes e depois dele o fazem, e que por apenas por isso, ou por pouco mais do que isso, ganharam alguma fama. Nada disso. Antero é o líder de uma brilhante geração, a Geração de 70. Um líder mitológico, uma voz revolucionária, que inaugura a modernidade em Portugal, que funda a mitologia cultural portuguesa, com *Causas da Decadência*, como já antes demos conta. O *Antero de Lourenço*, que é também o nosso, é o poeta ímpar, a “referência cívica e ética” de quem Lourenço é herdeiro. Ao escrevermos “referência”, lembramos o trabalho de Martins (2009a), no passo que este afirma que “temos de dizer que há em Eduardo Lourenço uma projecção muito evidente de Antero de Quental, a figura da cultura portuguesa que mais intensamente marca e influencia o pensador” (Martins, 2009a, p.9), e mais: “Esse enigma anteriano revive em Eduardo Lourenço” (Martins, 2009a, p.9). Este é o Antero de Lourenço, o Antero que o “marca” e que vive em e através de si.

Finalmente, Lourenço escreve-nos sobre a morte. “A Morte – a nossa morte – não tem conteúdo e a poesia de Antero foi a tentativa mais genial para dar corpo a essa intuição, mas é a ausência de conteúdo que, tornando-a *impensável*, a converte num fantasma letal para *quem quer penetrar o seu enigma imaginário*, como Antero, com fascinada paixão o tentou.” (Lourenço, 2007a, p.127). Muita da poesia anteriana revolve em torno do tema da morte. Lourenço identifica a morte como musa do poeta, *uma musa*, pelo menos, em especial no que aos *Sonetos* concerne. Não sendo esta obra parte do nosso *corpus* de estudo, afirmamos a nossa concordância com Lourenço, absentemo-nos de maiores comentários, pois a questão concreta, o tema da morte, e da morte como musa, foge em muito ao tema da nossa dissertação. No entanto, não podemos deixar de assinalar a importância que Lourenço dá à temática. Aliás, voltará a repetir, quase

textualmente, a mesma opinião no artigo *A Musa de Antero ou Antero e Eros*, que mais adiante leremos.

“Um suicídio é sempre um enigma. No seu caso, além de enigma, pareceu um escândalo *ético*, um insuportável desmentido não só a horas da almejada paz e aceitação desta vida, como foi a hora de Vila do Conde, mas à mensagem heróica, aos hinos à energia e ao claro sol, da sua juventude” (Lourenço, 2007a, p.129-130). O suicídio é sempre difícil, impossível até de explicar. O suicídio de Antero, não obstante serem conhecidos, pelo menos de alguns à sua volta, os seus problemas de ordem psíquica, não foge à regra. Como bem refere Lourenço, para muitos esta ação de Antero aparece como uma espécie de *traição*. Como pode o Antero revolucionário, *efervescente, solar*, pôr fim à sua própria vida? Por que colocar termo à sua vida após encontrar (terá mesmo encontrado?) paz e quietude na *hora de Vila do Conde*? Nunca teremos uma resposta completa a estas perguntas mas, na verdade, quaisquer putativas respostas seriam um tanto ou quanto inúteis, pois em pouco nada acrescentariam ou subtrairiam à importância, ao estatuto mítico de Antero de Quental.

2.14. *Antero e o imaginário Nemesiano (1998)*

O texto que agora leremos, datado de 1998, transcreve a conferência proferida por Eduardo Lourenço no âmbito do Colóquio Internacional Vitorino Nemésio – Vinte Anos depois. Tal como a maioria dos textos por nós lidos, nesta Parte II do nosso trabalho, esta comunicação foi, em 2007, integrada na publicação *Antero ou a Noite Intacta*. Não sendo a obra de Nemésio o nosso objeto de estudo, ater-nos-emos ao que Lourenço nos dá a ler sobre Antero, dando apenas nota da existência de pontos de contacto (e de divergência) entre ambos os autores sobre os quais Lourenço escreve, começando pelo facto de serem ambos oriundos dos Açores. É, portanto, natural, verificar a presença forte do mar – essa massa de água que por completo cerca a ilha – na obra de ambos.

No caso de Antero, diz-nos Lourenço, o mar é “evocado ao mesmo tempo como cenário de tormentos de alma e a própria alma como tormento infinito, oscilando sem fim entre um repouso de sonho e o abismo mortal. Antero não contempla [...] Antero está inscrito, enquanto Inconsciência, no seu magma inquieto” (Lourenço, 2007a, p.136). O poeta não contempla, *participa de*. Tal não espanta – é a *missão do poeta, a missão revolucionária da poesia*, que Antero defende. Assim, continua Lourenço, “o seu pensamento conta com a sua presença, física e metafísica. [...] O Mundo, a Vida, a Terra, significantes reais e esquemáticos, [...] são, nos seus poemas, meros fantasmas conceptuais ou enigmas à espera de ser decifrados” (Lourenço, 2007a, p.136). É esta a relação Antero – Natureza, tal como observada por Lourenço. Também esta peculiaridade, este traço original – como vimos antes, o horror ao mimetismo sempre impeliu o autor na busca do novo –, distingue Antero. Segundo Lourenço, “não há na nossa literatura, nem mesmo Camões, poeta tão naturalmente universal como Antero de Quental, dada a natureza ideal e intemporal da sua inspiração e o conflito que a alimenta, pura interpelação do espírito por si mesmo no meio de um mundo incompreensível” (Lourenço, 2007a, p.137). Mais uma vez, notamos nesta passagem a profunda admiração de Lourenço por Antero.

Finalmente, ainda sobre o mar, Lourenço observa a sua simbologia na poesia de Antero, nomeadamente as associações *mar-mal* e *mar-morte*. Sobre o mar, sobre a presença “dessa imagem e dos fantasmas que a acompanham – acima de todos o do Mal (o eterno Mal que *ruge e desvairia*) ou da Morte (na sua *nudez mais retumbante que o clamoroso mar*)” (Lourenço, 2007a, p.138). O mar é então, em Antero, símbolo de tempestade, de revolta, de abismo, de alguma maneira, afirmamos nós, o mar é ele-próprio destino do poeta.

2.15. *A Musa de Antero ou Antero e Eros* (1999)

Em 1999, Lourenço volta a publicar na revista Estudos Anterianos, desta feita no seu quarto número, (em 2007 o texto foi selecionado para a obra *Antero ou a Noite Intacta*) um artigo no qual estabelece um diálogo com Cleonice Berardinelli (em concreto, com o ensaio intitulado *Eros e Antero*, que Lourenço *puxa* para o título do seu artigo), especialista em Antero de Quental, que lemos na realização desta dissertação e mencionámos na Parte I do nosso trabalho. É um artigo sobre a poesia amorosa de Antero, tema que se situa fora da *geografia* do nosso trabalho, mas que, ainda assim, interessa ler. Procuramos, mais uma vez, descobrir como Lourenço lê Antero e como nos oferece a sua leitura.

Lourenço volta a abordar a questão da *Musa de Antero* – tema antes tratado no artigo *A hora de Vila do Conde*, publicado, curiosamente, na mesma revista, anos antes, cuja leitura já demos conta – e informa-nos na seguinte passagem: “Antecipando o tempo da sua única e verdadeira Musa – se assim se pode chamar – que reina soberana no seu imaginário – a da Morte” (Lourenço, 2007a, p.154). Esta é a única musa. Não significa, claro está, que Antero, na sua poesia amorosa, algo erótica, não se revele, de alguma maneira, herdeiro do romantismo, leia-se, Primeiro Romantismo Português. Lourenço nota o seguinte: “Nas *Primaveras*, a temática amorosa, prolongando a romântica, de Garrett ou Herculano, continua a entrelaçar o *Amor e Deus*. [...] E a esse título é, muito classicamente, ao mesmo tempo, *essência do homem*, *essência do universo* e único lugar de *salvação*. No caso de Antero – e sê-lo-á sempre – com rosto *materno* – sacralizado – Virgem Santíssima – e ele no lugar do *Filho*, quer dizer, de Cristo. Não de um *Cristo* que venceu o mundo [...], mas de um *Cristo vencido*” (Lourenço, 2007a, pp.155-156). Há, efetivamente, uma temática amorosa em alguma poesia anteriana, nomeadamente na obra *Primaveras Românticas*, texto de 1872, mas, mesmo neste caso, a *Musa de Antero* continua a ser a Morte. O Amor, à boa maneira romântica é identificado com Deus, isto é, com a “salvação”, essa “salvação” tem “rosto materno”, mas Antero aparece-nos como um “Cristo vencido”, vencido pela vida, terminada em Morte – Morte que será, *maternalmente salvação*. O erotismo é, então, se não eliminado, pelo menos

subalternizado. Voltamos ao texto e confirmamos esta ideia na seguinte passagem: “É então o seu, por um lado, um tradicional erotismo crístico, de herança *romântica*, e por outro lado, sem *sensualidade* alguma ou apenas onírica, um *náufrago do amor* que convoca para ser salvo, invocando numa espécie de glosa camoniana ou em ecos camonianos, a Mulher” (Lourenço, 2007a, p. 156).

Finalmente, Lourenço volta a repetir aqui, quase textualmente, com ligeiros ajustes à pontuação, um trecho antes escrito em A hora de Vila do Conde, do qual convocamos apenas uma pequena parte: “A Morte – a nossa morte – não tem conteúdo. A poesia de Antero é a tentativa lograda e malograda para dar voz a essa intuição” (Lourenço, 2007a, p. 160)²³. A Morte, esse nada que é tudo, é o Absoluto, a “salvação”.

²³ Veja-se: Lourenço (2007a, p.127)

2.16. *A passos de pomba* (2000)

Data de 10 de outubro de 2000 o último trabalho de Lourenço sobre Antero que leremos. Lourenço escreve-o na sua residência em Vence e escolhe-o, anos mais tarde, para capítulo inicial da obra *Antero ou a Noite Intacta*. Desta escolha deliberada – todas as escolhas de Lourenço, tal como as de Antero, o são – percebemos que *A passos de pomba* servirá, para Lourenço, como uma espécie de introdução à leitura de Antero, ou pelo menos um prefácio. Neste breve texto, Lourenço deixará *pistas* ao leitor, que depois, serão investigadas com maior profundidade, nos demais capítulos de *Antero ou a Noite Intacta*, todos eles lidos por nós na Parte II do nosso estudo, todos eles parte do *corpus* por nós selecionado. Por esse motivo, encontramos neste texto, de novo, muito do que já encontrámos antes.

Quem é Antero? “Herói juvenil e turbulento da sua geração, o agitador memorável das ‘Conferências do Casino’, o utopista do socialismo nascente” (Lourenço, 2007a, p.9). Aqui o temos: o revolucionário, o líder, o inquieto. E ao mesmo tempo: “uma espécie de personagem deslocado, em trânsito ou sem lugar apropriado, alguém de um outro tempo ou de um outro mundo” (Lourenço, 2007a, p.9). Aqui também o temos: o homem sem lugar, sem tempo e sem repouso. Alguém desajustado, em busca constante. Busca de aperfeiçoamento, de “salvação” – essa “salvação” identificada com a Morte, como antes vimos, musa noturna de Antero. Escreve Lourenço, a este propósito: “O seu fascínio pela Noite não foi apenas herança romântica exacerbada, [...] mas consubstanciação, ao mesmo tempo intelectual e erótica, com a Morte” (Lourenço, 2007a, p.10). A Noite anteriana – imagem do próprio Antero – é romântica e é moderna, é nova, original. A Noite anteriana, *Intacta*, como no título que Eduardo Lourenço escolhe para a sua antologia de textos dedicados a Antero, é única: “Hoje, num tempo e numa sociedade eufórica e euforizante, a ‘noite’ de Antero parecerá mais do que nunca arcaica ou ultrajantemente trágica. Foi a sua” (Lourenço, 2007a, p.13).

Conclusões Finais

Na Introdução desta dissertação, apontámos como objetivo a análise do pensamento anterior e a realização dessa missão a partir da perspectiva de Eduardo Lourenço, ou seja, da leitura lourenciana de Antero de Quental. Concentrámos a nossa atenção naquilo a que chamamos de problematização do *ser português* e “preocupação por Portugal”, com o intuito de descobrir – no sentido de colocar em evidência – zonas de convergência entre Eduardo Lourenço e Antero de Quental. Julgamos ter atingido a meta que nos propusemos alcançar.

Na Parte I deste trabalho, abordámos Antero e a sua obra. Seleccionámos *Odes Modernas, Bom Senso e Bom Gosto* e *Causas da Decadência* como nosso *corpus* de estudo principal e adicionamos a este três reações contemporâneas à obra do poeta – de Castilho, *Critica Litteraria* (posfácio a Poema da Mocidade, de Pinheiro Chagas); de Herculano, *A Supressão das Conferências do Casino*; de Eça, *Um Gênio que era um Santo* – uma vez considerarmos que a obra de Antero, se constrói: (I) *contra* o estado de coisas, em *rutura com o passado*, representado por Castilho, pelo que seria desejável ao nosso estudo deixar Castilho falar; (II) é influenciada pelo Primeiro Romantismo Português em especial por Alexandre Herculano, e seria assim interessante perceber como este olhava Antero; (III) tantas vezes *ombro a ombro* com os seus companheiros de Geração, dos quais justamente se destaca Eça de Queirós.

Realizado este trabalho de leitura e análise, no qual procurámos o diálogo com vários autores, concluímos que a obra de Antero é, por mérito próprio, um marco na história da literatura portuguesa, claramente influente nas gerações seguintes de escritores e pensadores nacionais. Não querendo repetir nesta secção o que já antes escrevemos, mencionamos apenas acreditar que fizemos notar a invulgar capacidade de observação e análise de Antero de Quental, cuja interpelação de Portugal foi, ao seu tempo, *única e revolucionária*. Antero retratou e problematizou o *ser português* como ninguém antes dele o havia feito. Mas Antero vai além desta problematização. Antero revela a sua “preocupação por Portugal”. Essa preocupação que o leva a olhar para a Europa, para as tendências da filosofia europeia do seu tempo, para o socialismo utópico.

Concluída esta primeira parte, cujo objetivo foi, também, preparar a nossa *leitura da leitura* (passe a repetição) *lourenciana* de Antero, entrámos na Parte II desta Dissertação, à qual demos o título *Eduardo Lourenço e a leitura de Antero de Quental*. Nesta segunda parte, acompanhámos o pensamento de Eduardo Lourenço sobre Antero de Quental ao longo do tempo, analisando um conjunto de dezasseis textos, escritos pelo autor entre 1949 e 2000. Nestes, Eduardo Lourenço lê Antero e aborda o seu pensamento e a sua ação de perspectivas diversas, como tivemos possibilidade de observar.

Falar de Eduardo Lourenço é recorrer, na nossa opinião, ao grande intérprete de Portugal, cuja reflexão abre horizontes, declinando uma visão fechada da identidade portuguesa, abrindo dimensões não providenciais ou mitológicas. A partir de meados do século XX, repensa a cultura portuguesa, em sentido lato e particularmente a relação entre filosofia e a literatura, afastando-se de ortodoxias. Lourenço vive em constante ensaio e escreve para compreender. A vida permite aos grandes pensadores a escolha dos seus guias e das suas companhias, mais ou menos criteriosas ou conscientes. Permite-lhes escolher, e ser críticos, com base na sua sensibilidade, leituras e influências. Como esta dissertação permitiu observar, Lourenço escolhe, não apenas, mas também, Antero como guia, escolhendo-se a si seu “apóstolo”, ou, pelo menos, tal como antes já se deixou escrito, seu herdeiro.

Não pretendemos, nestas Conclusões Finais, repetir em detalhe tudo quanto já antes se escreveu a propósito da relação Lourenço-Antero, mas julgamos valer a pena recordar e reescrever aqui esta bela frase de Martins: “Esse enigma anterioriano revive em Eduardo Lourenço” (Martins, 2009a, p.9). Nas páginas anteriores, em que procurámos dar testemunho das muitas leituras realizadas, acreditamos ter ficado demonstrada que a herança intelectual que Lourenço assume é, em muto, anterioriana. E assim, Antero *está vivo* em Lourenço.

São vários os pontos de contacto entre Lourenço e Antero. Desde logo assinalamos serem ambos nascidos fora de grandes centros urbanos: Lourenço numa aldeia; Antero numa ilha. Ambos estudaram em Coimbra, ambos começaram a publicar em idade jovem, ambos geraram polémica – Antero provocando a Questão Coimbrã,

Lourenço com o lançamento do polémico *Heterodoxia I*, em 1949 – mais “ruidosa” a de Antero, claro.

Para além destes factos biográficos, a grande zona de convergência entre o pensamento de Antero e Lourenço é a da problematização do *ser português* e da “preocupação por Portugal”. Desta convergência já oferecemos demonstração, a vários níveis, em cada uma das dezasseis análises de trabalhos de Lourenço em que o pensador lê Antero. Segundo Antero, conforme lido por Lourenço, é necessário romper com o passado; com todas as instituições desse passado; com todos os que as representam. É essa a missão revolucionária do poeta, missão da qual Antero se autoinveste.

Lendo Antero, Eduardo Lourenço destaca o peso excessivo do imaginário mítico e do passado que Portugal carrega. Embora esse passado possa ser, em certos aspetos, uma vantagem em termos de identidade, ele também constitui uma ficção mítica que aprisiona a visão que temos da nossa própria história, impedindo-nos de encarar o presente de forma clara e de planear o futuro. Ficamos presos, numa espera desesperada por novos “sebastiões”, figuras de outros tempos, que possam reaparecer para resolver as crises constantes de um Portugal que parece estar sempre em dificuldades. Como vimos ao longo do nosso trabalho, o português não sofre de problemas de identidade, o problema é o facto dessa identidade – “hiperidentidade”, como tantas vezes Lourenço diz – constituir uma âncora, fundeada num passado mítico que impede o progresso. Ora, o *mito*, por definição *não racional*, simplifica a complexidade da História e funciona como o estereótipo.

Na esteira de Antero de Quental, Eduardo Lourenço desenvolve um diagnóstico de Portugal em relação ao modelo de progresso europeu. Neste contexto, a Europa é analisada no seu vínculo com a reflexão sobre o papel e o futuro de Portugal, inclusive questionando a sua viabilidade como nação. O pensamento de Lourenço pode ser entendido como pertencente a uma corrente que poderíamos chamar de europeísta ou europeizante, examinando a identidade portuguesa, a sua posição e as suas possibilidades de progresso em contraste com uma certa ideia de Europa, tomando-a como referência e critério para avaliar o nosso desenvolvimento, ou falta de desenvolvimento. Lourenço, em convergência com Antero, propõe a Europa e propõe o

futuro: este é o caminho do progresso – acompanhando o ritmo da *civilização*, adaptado às exigências do mundo atual.

Esta é a *revolução*, a proposta anterior, que Lourenço lê e nos dá a ler.

Bibliografia

1. Bibliografia ativa

1.1. Parte I

- Castilho, A. F. (1865). Prefácio. In Pinheiro Chagas, M., *Poema da Mocidade seguido do Anjo do Lar*, (pp. 8-14). Livraria de A. M. Pereira.
<https://archive.org/details/poemadamocidades00pinh/page/n7/mode/2up>
- Herculano, A. (1900). A Supressão das Conferencias do Casino. In *Opúsculos, vol. I*, (pp. 249-292). Livraria Bertrand, Livraria Francisco ALves.
<https://archive.org/details/opusculos01herc>
- Queirós, E. (s/d). Um Génio que era um Santo. In *Notas Contemporâneas*, (pp.251-288). Livros do Brasil
- Quental, A. (1865a). *Bom Senso e Bom Gosto – Carta ao Excelentíssimo Senhor António Feliciano de Castilho*. <https://www.gutenberg.org/files/30070/30070-h/30070-h.htm>
- Quental, A. (1865b). *Odes Modernas*. Imprensa da Universidade.
https://books.google.com.br/books?id=mUMuAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt%20-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Quental, A. (1871). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*.
https://www.argnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html

1.2. Parte II

- Lourenço, E. (1987). Europa ou o Diálogo que nos Falta. In *Heterodoxia I e II*, (pp.7-17). Assírio e Alvim
- Lourenço, E. (1994). Portugal – Identidade e Imagem. In *Nós e a Europa ou as duas razões*, (pp.17-23). INCM
- Lourenço, E. (2004). Nacionalistas e estrangeirados. In *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, (pp.139-159). Gradiva
- Lourenço, E. (2007a). *Antero ou a Noite Intacta*. Gradiva
- Lourenço, E. (2007b). Da literatura como interpretação de Portugal. In *O Labirinto da Saudade*, 5ª edição, (pp.80-117). Gradiva
- Lourenço, E. (2007c). Psicanálise mítica do destino português. In *O Labirinto da Saudade*, 5ª edição, (pp.23-66). Gradiva

2. Bibliografia passiva

- Almeida, O. T. (2009). O ensaio à Eduardo Lourenço: existo, logo penso (e sinto). *Colóquio/Letras*, nº170, 113-117. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8823&org=l&orgp=170>
- Alves, S. (2014). Nação e Revolução – Garrett, Antero e Eduardo Lourenço na Balança da Modernidade. *Pensares em Revista*, n.4, pp.43-61. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/14113/11472>
- Assis, M. I. (2010). Antero de Quental e A Nova Poesia Portuguesa. *Revista Eletrónica Via Litterae*, v.2, n.2, pp.625-639.
<https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/5440>
- Barrento, J. (2009). As pedras brancas de Eduardo Lourenço: para uma fenomenologia do ensaio. *Colóquio/Letras*, nº170, 183-188. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8831&org=l&orgp=170>
- Barthes, R. (1974). *O Prazer do Texto*. Edições 70
- Berardinelli, C. (1985). *Estudos de Literatura Portuguesa*. INCM
- Bittencourt, F. R. (2016). Socialismo e História do Pensamento Político de Antero de Quental. *Intellèctus*, Ano XV, n.2, pp.162-185.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5761893>
- Branco, L. C. (2022). Revisitar o Camões de Eduardo Lourenço no contexto da sua geração literária. *Via Atlântico*, n.42, pp. 169-198.
<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/195458>
- Bortolucce, V. B. (2015). O Manifesto como Poética da Modernidade. *Literatura e Sociedade*, v.20, n.21. 5-17. Universidade de São Paulo.
<https://www.revistas.usp.br/lis/article/view/114486>
- Cal, E. G. (1997). Queirós, José Maria Eça de. In J. P. Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*. (4ª edição, 3º volume) (pp.886-890). Mário Figueirinhas Editor
- Castilho, A. F. (1851). *Tractado de Metrificação Portuguesa*. Imprensa Nacional.
https://kupdf.net/download/tratado-de-metrificacao-portuguesa-castilho_5a97fe08e2b6f531029c3093_pdf
- Ceia, C. (2009). Manifesto. In C. Ceia (org.), *E-Dicionário de Termos Literários*.
<https://edtl.fcs.unl.pt/encyclopedia/manifesto>
- Cidade, H. (1997a). Herculano de Carvalho Araújo, Alexandre. In J. P. Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*. (4ª edição, 2º volume) (pp.387-388). Mário Figueirinhas Editor
- Cidade, H. (1997b). Quental, Antero Tarquínio de. In J. P. Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*. (4ª edição, 3º volume) (pp.891-894). Mário Figueirinhas Editor
- Coelho, N. N. (1965). O Mundo Poético Anteriano. *Alfa*, v.7/8, 61-74.
<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3243/2970>
- Eco, U. (2007). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. (13.ª edição). Presença
- Figueiredo, M. J. V. & Belo, M. T. (1999). *Comentar um texto literário*. (6.ª edição). Presença

- Foucault, M. (1992). *O que é um autor?*. Veja
- Franco, A. C. (2019). Poesia e Metafísica em Antero de Quental. In F. Gomes, A. C. Birrento, O. Jubilado, E. Nunes Esteves (coord.), *Paisagens do Ser, Estudos de Literatura*. (pp. 91-96). Centro de Estudos em Letras, CEL-UÉ. Edições Cosmos. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8323093>
- Franco, J. E. (2009). Espelho e mito: a ideia de Europa em Eduardo Lourenço. *Colóquio/Letras*, nº170, 307-317. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8842&orgp=170>
- Gonçalves, M. O. B. (2021). Eduardo Lourenço – uma análise do destino português. *População e Sociedade*, nº36, 98-105. CEPESE. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/numero-atual-1/populacao-e-sociedade-n-o-36/eduardo-lourenco-2013-uma-analise-do-destino-portugues>
- Gouveia, M. M. M. (2003). Cecília, Antero e os caminhos para a perfeição. *SCRIPTA*, v.6, nº12, 146-155. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6165826>
- Hanna, J. & Ashby, S. (2022). Reflections on manifesto writing. *Multimodality & Society*, v.0(0). 1-8. Tilburg University. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/263497952111072444>
- Júdice, N. (1997). *Viagem Por Um Século de Literatura Portuguesa*. Relógio D'Água Editores
- Júnior, A. S. (1997). Castilho, António Feliciano de. In J. P. Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*. (4ª edição, 1º volume) (pp.163-164). Mário Figueirinhas Editor
- Ladeira, A. (2009). Ode. In C. Ceia (org.), *E-Dicionário de Termos Literários*. <https://edtl.fcsb.unl.pt/encyclopedia/ode>
- Lourenço, E. (s/d). Biografia. <http://eduardolourenco.com/biografia.html>
- Lourenço, E. (2003). *Pessoa Revisitado*. (2ª edição). Gradiva
- Lourenço, E. (2008). Revisitação da Mitologia Anteriana. In Quental, A., *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. (pp. 9-30). Tinta da China
- Machado, A. M. (1980). Geração de 70: uma literatura de exílio. *Análise Social*, vol. XVI, 61-62. pp. 383-396. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223995314A2jXL1jm0Jc21CJ3.pdf>
- Machado, A. M. (1986). *O Romantismo da poesia portuguesa (de Garrett a Antero)*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
- Machado, A. M. (2001a). A Geração de 70. In C. Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa*. (Volume 5) (pp.55-72). Publicações Alfa
- Machado, A. M. (2001b). As Conferências do Casino. In C. Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa*. (Volume 5) (pp.73-86). Publicações Alfa
- Marques, J. F. (2013). Herculano v/s Barros Gomes. In M. F. Marinho, L. C. Amaral & P. V. Tavares (coord.), *Revisitando Herculano: no bicentenário do seu nascimento*. (pp. 147-164). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12594.pdf>
- Martins, A. M. A. (1991), Eça de Queirós e o In Memoriam de Antero de Quental. *Revista de História das Ideias*, Vol.13. 379-386.
- Martins, A. M. A. (1997). Quental, Antero de (e o Romantismo). In H. C. Buesco (coord.),

- Dicionário do Romantismo Literário Português* (pp.450-453). Caminho
- Martins, A. M. A. (2009). Antero de Quental e Eduardo Lourenço: textos de polémica. *Colóquio/Letras*, nº170, 84-89. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8820&org=l&orgp=170>
- Martins, A. M. A. (2010). A Intemporalidade de Antero de Quental. *Arquipélago-História*, 2ª série, XIV-XV, 187-199.
[https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1300/1/Ana Maria Martins p187-199 ARQhist14-15.pdf](https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1300/1/Ana_Maria_Martins_p187-199_ARQhist14-15.pdf)
- Martins, A. M. A. (2021). Introdução. In A. Quental, *Bom Senso e Bom Gosto, Carta ao Excelentíssimo Senhor António Feliciano de Castilho*. (pp. 9-28). Tinta da China
- Martins, G. O. (2007). *Portugal: Identidade e Diferença – Aventuras da Memória*. Gradiva
- Martins, G. O. (2009a). Eduardo Lourenço herdeiro da Geração de 70 e da primeira “Seara Nova”. *Colóquio/Letras*, nº170, 32-34. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8814&org=l&orgp=170>
- Martins, G. O. (2009b). Nota introdutória. Eduardo Lourenço ou o primado da interrogação. *Colóquio/Letras*, nº170, 7-11. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8809&org=l&orgp=170>
- Mendonça, J. T. (2020). *As palavras que Eduardo Lourenço nos iluminou*.
<https://gulbenkian.pt/recordar-eduardo-lourenco/>
- Mota, I. (2020). *Eduardo Lourenço, a voz necessária e sempre ouvida*.
<https://gulbenkian.pt/recordar-eduardo-lourenco/>
- Moura, V. G. (2001). Nota Bibliográfica. In V. Graça Moura (org.), *Antero de Quental, poesia completa* (pp. 5-6). Publicações Dom Quixote
- Neves, M. C. P. (1993). Traços do pensamento filosófico de Antero. In *Congresso Anteriano Internacional – Actas*. (pp. 486-500). Universidade dos Açores.
<https://www.mpatraoneves.pt/media/pub/paper/M. Patr%C3%A3o Neves Tra%C3%A7os do pensamento filos%C3%B3fico de Antero.pdf>
- Negreiros, A. J. (1993). Manifesto Anti-Dantas. In *Obras Completas – Textos de intervenção*. (Vol. VI) (pp.9-23). INCM
- Negreiros, A. J. (2000). *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*. Edições Ática
- Nogueira, C. (2021). A sátira na poesia realista portuguesa. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 51-1, 225-244. <https://journals.openedition.org/mcv/14291>
- Pereira, B. C. (1997). Herculano (de Carvalho e Araújo), Alexandre. In H. C. Buesco (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português* (pp.221-230). Caminho
- Pessoa, F. (1912), Reincidindo... *A Águia*, nº5 (2ªsérie), 137-144. A Renascença Portuguesa. https://purl.pt/12152/1/j-2223-b_1912-05/j-2223-b_1912-05_item2/j-2223-b_1912-05_PDF/j-2223-b_1912-05_PDF_24-C-R0150/j-2223-b_1912-05_0000_capa-172_t24-C-R0150.pdf
- Pessoa, F. (1966). Eu era um poeta impulsionado pela filosofia, não um filósofo. In G. R. Lind & J. P. Coelho (org.), *Páginas Íntimas e de Auto-Intrepretação*. (p.14), Ática.
<http://arquivopessoa.net/textos/2798>

- Pessoa, F. (1993). Poetas-pensadores são de 3 espécies. In T. R. Lopes (coord.), *Pessoa inédito*. (p. 239), Livros Horizonte. <http://arquivopessoa.net/textos/3881>
- Porto Editora (s/d). Germano Meireles. In *Infopédia*. Porto Editora.
[https://www.infopedia.pt/\\$germano-meireles](https://www.infopedia.pt/$germano-meireles)
- Piedade, A. N. (2009). Eça e Pessoa no labirinto de Eduardo Lourenço. *Colóquio/Letras*, nº170, 132-137. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8826&orgp=170>
- Piedade, A. N. (2011). Contornos da “preocupação por Portugal” no ensaísmo de Eduardo Lourenço. In I. Morujão & Z. Santos (org.), *Literatura Culta e Popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva*. (pp. 340-349), CITCEM, Edições Afrontamento
<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12535.pdf>
- Quental, A. (1991). *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*. Fundação Calouste Gulbenkian
- Real, M. (2003). *O essencial sobre Eduardo Lourenço*. INCM
- Reis, C. (1990). *As Conferências do Casino*. Alfa.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7620094/mod_resource/content/1/As%20confer%C3%ABncias%20do%20Casino.pdf
- Reis, C. (1996). Um bardo dos tempos novos: A imagem queiroziana de Antero. *Letras de Hoje*, v.31, nº1, 35-44. EDIPUCRS.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15580/10239>
- Reis, C. (2001a). A Questão Coimbrã. In C. Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa*. (Volume 5) (pp.41-54). Publicações Alfa
- Reis, C. (2001b). *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*. (2ª edição). Almedina
- Reis, C. (2005). *O essencial sobre Eça de Queirós*. INCM
- Reis, C. (2009). Eduardo Lourenço queiroziano. *Colóquio/Letras*, nº170, 138-146.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8826&orgp=170>
- Rita, A. (2009). Eduardo Lourenço, crítico literário. *Colóquio/Letras*, nº170, 95-103. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8821&orgp=170>
- Rosa, A. R. (1986). *Poesia, Liberdade Livre*. Ulmeiro
- Saraiva, A. J. (1988). A duplicidade de Antero de Quental. *Colóquio/Letras*, nº103, 57-60. Fundação Calouste Gulbenkian.
<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.5345&orgp=103>
- Saraiva, A. J. & Lopes, O. (2005). *História da Literatura Portuguesa*. (17ª edição). Porto Editora
- Serrão, J. (2002). Quental, Antero Tarquínio de. In J. Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*. (Volume 5) (pp.213-218). Livraria Figueirinhas
- Sérgio, A. (1972). *Obras Completas. Ensaios. Tomo II*. Livraria Sá da Costa
- Sérgio, A. (1984). *Uma Antologia*. Livros Horizonte

Silva, V. M. A. (1983). *Teoria da Literatura*. (5.ª edição). Almedina

Teixeira, A. B. (2009). Democracia e socialismo em Eduardo Lourenço. *Colóquio/Letras*, nº170, 258-265. Fundação Calouste Gulbenkian.

<https://colouquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.8836&org=l&orgp=170>